

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais**

**GUILHERME DE FRANÇA TEIXEIRA**

**A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O FUNDO  
MONETÁRIO INTERNACIONAL: DE COADJUVANTE A ATOR  
PROTAGÔNICO (1945-2011)**

**BRASÍLIA**  
**2013**

**Guilherme de França Teixeira**

**A República Popular da China e o Fundo Monetário  
Internacional: De Coadjuvante a Ator Protagonístico (1945-2011)**

Dissertação a ser apresentada para a  
obtenção do título de Mestre em Relações  
Internacionais na área de História das  
Relações Internacionais.

**Orientadora: Prof. Dra. Danielly Silva Ramos Bécard**

**Brasília  
2013**



**Guilherme de França Teixeira**

**A República Popular da China e o Fundo Monetário  
Internacional: De Coadjuvante a Ator Protagonístico (1945-2011)**

Dissertação a ser apresentada para a  
obtenção do título de Mestre em Relações  
Internacionais na área de História das  
Relações Internacionais.

Defesa em: 08/03/2013

**BANCA EXAMINADORA:**

Professora Dra. Danielly Silva Ramos (Orientadora)

Professor Dr. Eiiti Sato (UnB)

Professora Dra. Andréa Freire de Lucena (UFG)

Professora Dra. Vânia Carvalho Pinto (UnB-Suplente)

**Brasília  
2013**



**Dedicatória:**

*“O coração do homem considera o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos.”*

Provérbios 16:09

**Ao Senhor Jesus, o oleiro que me criou e ainda me molda de acordo com a sua própria vontade.**

**Aos meus pais, Nelson e Solange, meus maiores exemplos, por todo o amor que me foi dedicado durante todos esses anos, pelo incentivo e o apoio nessa longa caminhada chamada vida.**

**Ao meu amigo Bruno, por dividir comigo a sua família e a carga de estar sozinho numa cidade estranha.**

**À minha prima Márcia, companhia constante via Nextel nas madrugadas de insônia em Brasília.**

## **Agradecimentos:**

**Ao Senhor Jesus, por me fortalecer diariamente e me permitir alcançar mais essa vitória na minha longa caminhada.**

**Aos meus pais, Nelson e Solange, por não me permitirem esmorecer jamais. Meu alicerce que, mesmo distante, me recorda diariamente do seu amor infinito e, assim, fazem os meus dias valerem à pena. Eu amo vocês!**

**À minha amiga Sabrina Helmold, pelas leituras incansáveis da minha Dissertação e pela paciência por suportar a minha ansiedade de querer tudo feito com rapidez.**

**Aos meus amigos e vizinhos Tamara Gregol e Mário Saade Jr. pelo tour gastronômico na cidade de Brasília nos vários fins de semana de estudos e correções dessa Dissertação.**

**À professora e minha orientadora Danielly Silva Ramos Bécard por todo o carinho e atenção durante a elaboração dessa Dissertação e por ter aceitado comigo o desafio de desenvolver um tema de tamanha envergadura.**

**À todos, o meu Muito Obrigado!**

**Resumo:**

A China, nos últimos sessenta e seis anos, passou por grandes transformações internas, tanto econômicas quanto sociais. Desde a Revolução Comunista de Mao de 1949 até as Reformas de 1978, introduzidas por Deng Xiaoping, a economia do país asiático cresceu, se modificou e se diversificou, alcançando o posto de segunda maior economia mundial. Os hábitos de sua enorme população também se modificaram, como resultado direto do enriquecimento do país. Com o aumento de sua capacidade econômica e material, a política externa econômica chinesa alça voos maiores e ambiciona influenciar o xadrez econômico nas instituições internacionais. A evolução da participação da diplomacia da China no Fundo Monetário Internacional, na busca por maior poder de decisão, é a maior consequência do enriquecimento econômico gerado pelas altas taxas de crescimento registradas pelos país desde as Reformas de 1978.

**Palavras-chave:** China, Economia Política Internacional, Teoria de Regimes e Fundo Monetário Internacional

**Abstract:**

China, in the last sixty-six years, passed through huge internal economic and social transformations. Since Mao's Communist Revolution in 1949 until 1978 Reforms, implemented by Deng Xiaoping, the chinese economy has grown, modified and diversified, being placed as second world largest economy. The habits of its enormous population have also modified as a direct result of the enrichment of the country. The increasing of its material and economic capabilities made the chinese economic foreign policy try to influence the economic international institutions. The evolution of China's diplomacy participation on International Monetary Fund, trying to get more decision power and influence, is the biggest consequence of the economic enrichment created by the high growth rates registered since 1978 Reforms.

**Key-words:** China, International Political Economy, Regimes Theory and International Monetary Fund

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	14
<b>Capítulo 1 – A República Popular da China na Economia Internacional: História, Conceito, Teoria e Método</b> .....	19
<b>1.1 – A Adesão da República Popular da China à Ordem Econômica Internacional e o Contexto do Início do Século XXI</b> .....	19
<b>1.1.1 – O Processo de Internacionalização da República Popular da China e a Crise Internacional de 2008</b> .....	20
<b>1.2 – O Conceito de Poder, a Teoria e o Método: Aplicação nos Estudos Chineses</b> .....	29
<b>1.2.1 – O Poder nas Relações Internacionais</b> .....	29
<b>1.2.2 – Arcabouço Teórico: A Teoria de Regimes</b> .....	34
<b>1.2.3 – O Método</b> .....	39
<b>1.3 – Considerações Parciais</b> .....	41
<b>Capítulo 2 – Os Modelos para o Desenvolvimento Econômico da República Popular da China</b> .....	43
<b>2.1 – As Distintas Etapas para o Desenvolvimento Econômico da República Popular da China</b> .....	43
<b>2.1.1 – O Modelo Econômico entre 1949 e 1978</b> .....	43
<b>2.1.2 – O Modelo Econômico pós-1978</b> .....	50
<b>2.2 – O Sistema Financeiro da República Popular da China e a Bolsa de Valores de Shanghai</b> .....	59
<b>2.2.1 – A Reforma do Sistema Bancário da República Popular da China</b> .....	59
<b>2.3 – Conclusões Parciais</b> .....	71
<b>Capítulo 3 – A Ordem Econômica Internacional e a República Popular da China</b> .....	73
<b>3.1 – Os Sistemas Monetário e Financeiro Internacional do pós-Segunda Guerra Mundial</b> . 74	
<b>3.1.1 – As Características dos Sistemas Monetário e Financeiro Internacional</b> .....	74
<b>3.2 – A Reforma dos Sistemas Monetário e Financeiro Internacional no Grupo dos Vinte</b> . 82	
<b>3.2.1 – As Propostas da República Popular da China de Reforma dos Sistemas Monetário e Financeiro no Grupos dos Vinte</b> .....	82
<b>3.3 – Conclusões Parciais</b> .....	94
<b>Capítulo 4 – O Dragão Chinês e o Fundo Monetário Internacional</b> .....	96
<b>4.1 – Histórico da República Popular da China no Fundo Monetário Internacional: De 1945 até 1990</b> .....	96
<b>4.1.1 – A Gênese do FMI e a Presença Chinesa: De 1945 até 1978</b> .....	97
<b>4.1.2 – O Fundo Monetário Internacional e as Reformas Econômicas da República Popular da China: De 1979 até 1990</b> .....	105
<b>4.2 – O Império do Meio no FMI: De 1991 até 2011</b> .....	111
<b>4.2.1 – A Globalização e os Desafios Chineses: De 1991 até 2000</b> .....	111
<b>4.2.2 – A Pró-Atividade da República Popular da China no FMI diante das Crises Econômicas Internacionais: De 2001 até 2011</b> .....	118
<b>4.3 – Conclusões Parciais</b> .....	126
<b>Conclusão</b> .....	129
<b>Bibliografia</b> .....	137

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Percentual de composição do PIB da RPC nos anos de 1949 e 1980.....	46
<b>Tabela 2:</b> Comércio RPC-EUA após o fim do embargo ocidental (em milhões de dólares correntes).....	49
<b>Tabela 3:</b> Comércio exterior da RPC entre 1972-1978 (valores em milhões de dólares correntes).....	49
<b>Tabela 4:</b> Posição da RPC no ranking comercial mundial de 2010 nos setores de mercadorias e serviços .....	54
<b>Tabela 5:</b> Participação percentual da RPC no comércio mundial e sua posição no ranking comercial mundial de 2010 .....	54
<b>Tabela 6:</b> PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1981-1985 .....	55
<b>Tabela 7:</b> PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1986-1990 .....	55
<b>Tabela 8:</b> PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1991-1995 .....	56
<b>Tabela 9:</b> PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1996-2000 .....	56
<b>Tabela 10:</b> PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 2001-2005 .....	57
<b>Tabela 11:</b> PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 2006-2010 .....	57
<b>Tabela 12:</b> Valor de mercado e o número das companhias listadas na SSE.....	68
<b>Tabela 13:</b> Ano e países anfitriões dos encontros dos Ministros das Finanças e dos Presidentes dos Bancos Centrais dos países do G20 .....	83
<b>Tabela 14:</b> Data e local da Cúpula dos líderes do G20.....	84
<b>Tabela 15:</b> Poder Relativo de voto da República Popular da China em 1988 no FMI.....	110

<b>Tabela 16:</b> Variação da Cota e dos Votos da RPC nas reformas de 2008 e 2010 .....	125
---	-----

## **Índice de Siglas**

AMCs – Asset Management Corporations

CIA – Agência Central de Inteligência (sigla em inglês)

EUA – Estados Unidos da América

FED – Federal Reserve

G7 – Grupo dos Sete

G8 – Grupo dos Oito

G20 – Grupo dos Vinte

HIPC – Heavily Indebted Poor Countries

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IEI – Investimento Estrangeiro Indireto

MDRI – Multilateral Debt Relief Initiative

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEI – Ordem Econômica Internacional

OI – Organizações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Política Externa

PEM – Processo de Avaliação Mútua (sigla em espanhol)

PIB – Produto Interno Bruto

RC – República da China (Taiwan)

RPC – República Popular da China

SAF - Structural Adjustment Facility

SDR – Direitos Especiais de Saque (sigla em inglês)

SOE – State-Owned Enterprises

SSE – Shanghai Stock Exchange

SSE 180 – Shanghai Stock Exchange 180

TVE – Town-Village Enterprises

UE – União Européia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

O desenvolvimento econômico acelerado da República Popular da China (RPC), nos últimos 30 anos, levou a que o governo de Pequim projetasse uma nova estratégia internacional com grandes impactos sobre a economia global. Essa nova estratégia<sup>1</sup> de inserção está alicerçada em um rápido crescimento econômico que, por sua vez, aumenta a participação do país tanto no Produto Interno Bruto (PIB) quanto no saldo comercial mundial. Com aproximadamente 1.330.000.000 de habitantes<sup>2</sup>, seu mercado consumidor interno e produção industrial fizeram da RPC uma economia altamente visada pelas grandes corporações multinacionais. O resultado dessa nova ação chinesa é o fortalecimento do Estado chinês e, conseqüentemente, de seus pleitos nos organismos internacionais.

A crise financeira de 2008 colocou à prova a real capacidade dos países desenvolvidos em solucionar seus problemas econômicos sem o auxílio das nações em desenvolvimento. Enquanto as economias norte-americana, japonesa e européia estagnaram, ou seja, pararam de crescer e contribuir para o PIB mundial, os países emergentes continuaram a elevar as taxas de expansão da economia global. As crises das dívidas públicas, principalmente na Europa, são um forte indício de que o continente atravessa uma forte decadência econômica, já que seus problemas financeiros e orçamentários necessitam de auxílio exógeno para uma possível solução. O Fundo Monetário Internacional (FMI) é o órgão que trabalha no auxílio a esses países em crise e é por meio dele que a RPC vislumbra uma grande oportunidade de aumentar sua influência político-econômica internacional, num contexto de ascensão das nações emergentes e estagnação ou decadência dos países desenvolvidos.

Parte-se do pressuposto de que essa maior participação atribuída a Pequim força política nas instituições internacionais, principalmente nas econômicas como o FMI. Esse crescimento econômico rápido, verificado na RPC, expôs alguns de seus problemas, como por exemplo, a fragilidade de seu sistema financeiro devido aos créditos irrecuperáveis<sup>3</sup>. Apesar dessa fragilidade, ocorreu, de fato, um aumento da participação de Pequim na Ordem Econômica Internacional (OEI). Esse aumento se deu, em particular, por meio da compra de

---

<sup>1</sup>A nova estratégia de inserção econômica está baseada em elevadíssimos superávits comerciais, taxas de investimento e acúmulo de reservas internacionais.

<sup>2</sup> CIA World Factbook. **China**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> Acesso em: 04 out. 2011.

<sup>3</sup>Os créditos irrecuperáveis são os empréstimos concedidos pelos bancos chineses às estatais do país e que, por algum motivo, não foram pagos. Esse conceito será explicado, com mais detalhes, nos capítulos posteriores.

títulos da dívida pública dos Estados Unidos da América (EUA) – tornando a RPC na maior credora mundial dos norte-americanos – e de investimentos estrangeiros diretos chineses, a exemplo dos projetos de infraestrutura em países da África como Angola (AARSÆTHER, 2011).

Desde 1978, quando ocorreram as primeiras reformas econômicas de Deng Xiaoping, a RPC vem passando por uma transformação interna. Tanto os hábitos de consumo de sua população como sua produção industrial vêm se sofisticando. Esse processo está alicerçado no aumento do poder de compra dos chineses, gerado pelo grande crescimento econômico, e nas altas taxas de investimento na economia do país, tanto por parte do governo como da iniciativa privada.<sup>4</sup> Combinados, ambos os fatores resultaram em mais de 30 anos de notáveis taxas de expansão da economia (média de 10% ao ano), o que alçou os chineses ao posto de segunda maior economia mundial em 2010, atrás apenas dos EUA.<sup>5</sup>

No plano internacional, o mundo passou por uma série de modificações desde o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e a emergência do neoliberalismo nos EUA por meio do Consenso de Washington.<sup>6</sup> Nesse novo sistema internacional, a RPC buscou conduzir reformas adaptativas que a inserissem no novo contexto da melhor forma possível. A aproximação entre os EUA e a RPC, nos anos 1970, os projetos internos de reforma, nos anos 1980, e a aceleração do processo de globalização, nos anos 1990, foram vitais para o ganho político e econômico de Pequim no plano externo. Assim, observou-se nos anos 2000 o coroamento do modelo de desenvolvimento implementado por Pequim nas últimas duas décadas, apesar de suas deficiências e falhas, como a artificialidade do câmbio e os problemas ambientais.

No sistema internacional, os dados que sustentam essa afirmação são tanto o aumento da participação da RPC no FMI, por meio do aumento de suas cotas<sup>7</sup>, quanto o seu posicionamento como segunda maior economia mundial em 2010, ultrapassando tradicionais economias desenvolvidas como o Japão e a Alemanha. De maneira geral, há uma grande resistência dos países desenvolvidos em ceder espaço político para nações emergentes porque isso implicaria numa perda de seu próprio poder de decisão política,

---

<sup>4</sup> Fundo Monetário Internacional. **Principal Global Indicators**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/data.htm> Acesso em: 08 fev. 2012.

<sup>5</sup>*Ibid.*

<sup>6</sup> Harvard University. **GNT – Global Trade Negotiations Home Page**. Disponível em: <http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html> Acesso em: 16 dez. 2011.

<sup>7</sup>Fundo Monetário Internacional. **IMF Quota and Governance Reform – Elements of an Agreement**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2010/103110.pdf> Acesso em: 08 fev. 2012.

inclusive no FMI. Mesmo com essa resistência, a mudança do poder de decisão está sendo realizada paulatinamente.

Na área financeira, em particular, cabe destacar que a RPC decidiu tornar-se membro do FMI em 1979, sendo que entre os anos de 1945 e 1979 quem ocupava o assento chinês era a República da China (RC). No histórico publicado pela instituição, a China é membro desde 27 de dezembro de 1945 e isso ocorreu porque o FMI considera o assento como sendo chinês, independentemente de quem o esteja ocupando, ou seja, a RPC ou a RC.

Na década de 1980, a RPC ainda não era uma economia tão relevante para o sistema internacional. O país era um devedor internacional e, em 1986, buscou um empréstimo junto ao FMI na quantia de US\$ 597.73 milhões para respaldar seu plano de estabilização macroeconômica.<sup>8</sup> Essa mesma quantia foi quitada pelo governo de Pequim no ano seguinte.

Nos anos 1990, a RPC não solicitou empréstimos ao FMI e o aumento de sua economia no decorrer da década habilitou-a rever o seu posicionamento diante do FMI. Nos anos 2000, o país passou a possuir uma cota de US\$ 9.5 bilhões e alcançou reservas internacionais em torno de US\$ 3 trilhões. Proporcionalmente ao montante total do FMI, a cota da RPC era de 2,98% em 2008, sendo elevada para 6,39% na última reforma em 2010.<sup>9</sup> A RPC obteve o maior aumento proporcional com a reforma da instituição, quando comparada a outros países emergentes como o Brasil e a Índia. Enquanto a cota do dragão asiático aumentou em média 2,40%, países europeus como Alemanha e França recuaram 0,52% e 0,28%, respectivamente.<sup>10</sup>

Um indicador do ganho de importância da RPC foi a viagem de Christine Lagarde, diretora-gerente do FMI, ao país no fim de 2011. Nessa ocasião, ela pediu que o país contribuísse financeiramente com o resgate das nações européias devido à crise da dívida de alguns membros da zona do euro de 2010. O governo de Pequim, com suas reservas internacionais em torno de US\$ 3 trilhões<sup>11</sup>, poderia resgatar os países europeus endividados e solucionar a crise.

---

<sup>8</sup> Fundo Monetário Internacional. **China**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberKey1=180&date1key=2011-10-23> Acesso em: 22 out. 2011.

<sup>9</sup>Folha de São Paulo. **Países Emergentes Ganham Influência e FMI Duplica Cotas**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/819201-paises-emergentes-ganham-influencia-e-fmi-duplica-cotas.shtml> Acesso em: 16 dez. 2011.

<sup>10</sup>*Ibid.*

<sup>11</sup> Fundo Monetário Internacional. **China**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberKey1=180&date1key=2011-10-23> Acesso em: 22 out. 2011.

Contudo, os chineses condicionaram esse possível empréstimo à participação do FMI no resgate. O FMI receberia o aporte dos países e, assim, o repassaria às nações europeias em dificuldades. Outro condicionante imposto pela RPC esteve diretamente relacionado ao ganho de poder de decisão na instituição com reformas nas cotas de participação. Com isso, houve o aumento da contribuição dos países emergentes, sendo a última reforma realizada em 2008.<sup>12</sup> Esses condicionantes, impostos por Pequim, à ajuda aos países em dificuldade são mais um indício de que a RPC está adquirindo poder efetivo nas instituições internacionais. Diversos elementos indicam, assim, que a presença da diplomacia chinesa na elaboração das soluções dos problemas econômicos do planeta tornou-se imprescindível.

Para compreender esse complexo processo de expansão econômica e as mudanças que engendraram na participação da RPC no FMI, a seguinte pergunta direcionará o processo de investigação acerca do tema proposto: Como evoluiu a participação da RPC no FMI nos últimos sessenta e seis anos (1945-2011)?

Assim, a principal hipótese a ser verificada é que a participação crescente da RPC se realizou graças aos seus recursos materiais internos, à sua pró-atividade na reforma da OEI e do FMI, e também à demanda sistêmica por maior colaboração dos países emergentes.

Os objetivos da pesquisa são distintos e subdivididos em dois. O objetivo geral do trabalho é compreender as demandas reformistas na OEI pelos países emergentes (capítulo 3). Já o objetivo específico é analisar a evolução do engajamento de Pequim, mais detalhadamente, no FMI entre os anos de 1945 e 2011 (capítulo 4).

Para que sejam alcançados os objetivos propostos na presente dissertação, a teoria de regimes de Stephen Krasner será de grande importância na análise dos dados coletados. Assim, de acordo com a teoria de regimes, a identificação dos princípios, normas, regras e processos decisórios que norteiam a OEI irão direcionar o posicionamento da política externa (PE) da RPC diante do FMI.

O método a ser utilizado será o “estudo de caso” da RPC, por meio de uma pesquisa qualitativa. A crise asiática de 1997, a crise do *subprime* nos EUA em 2008 e a crise da dívida pública da Europa de 2011 são três eventos que apresentam indícios do ganho de poder de Pequim nos últimos sessenta e seis anos no FMI. O posicionamento e as demandas reformistas da RPC após essas crises internacionais, tanto nas regras da OEI como na governança do FMI, são indicadores a serem observados quanto ao aumento do poder político-econômico chinês.

---

<sup>12</sup> Fundo Monetário Internacional. **Departamento de Relações Externas**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/NP/sec/pr/2011/pr1164p.pdf> Acesso em: 08 fev. 2012.

A principal justificativa para o estudo do aumento do poder da RPC, sobretudo no FMI, é relativa à extrema relevância adquirida por tal país na área político-econômica das relações internacionais. A importância desse processo investigativo também está alicerçada na busca por explicações para o processo de modificação do poder mundial na OEI, especialmente no FMI, das potências tradicionais para as nações emergentes, como a RPC.

Assim, esse trabalho de dissertação será composto por quatro capítulos e uma conclusão, além da presente Introdução. O capítulo 1 apresentará o contexto internacional que levou à crise econômica de 2008 que, por sua vez, propiciou um ambiente mais favorável a defesa, pelos agentes de PE da RPC, de uma reforma na OEI. Nesse capítulo será igualmente apresentada a definição de poder, assim como a teoria e método utilizados no presente trabalho acadêmico.

O capítulo 2 analisará o modelo de desenvolvimento econômico da RPC em duas seções: 1) sobre os modelos de desenvolvimento da RPC e; 2) seus sistemas monetário e financeiro. A primeira seção possui duas subseções separadas entre 1949 e 1978, com as medidas econômicas implementadas pelo governo comunista e, pós-1978 até 2011, com a introdução das reformas econômicas estruturantes de Deng Xiaoping. Já a segunda seção possui uma subseção em que serão abordados a reestruturação do sistema bancário do país e o papel da Bolsa de Valores de Shanghai no desenvolvimento econômico da RPC.

No capítulo 3 serão apresentados os sistemas monetário e financeiro internacionais, partes centrais da OEI. O capítulo apresentará as principais características e o funcionamento desses sistemas e, sobretudo, as propostas chinesas de reformá-los, por meio do G20, visando a diminuição das assimetrias entre os países desenvolvidos e as nações emergentes.

Já o quarto e último capítulo analisará a participação de Pequim no FMI, por meio de duas seções correspondentes aos períodos de 1945-1990 e 1991-2011. A primeira seção será subdividida entre 1945-1978 e entre 1979-1990. A última seção também estará subdividida entre 1991-2000 e entre 2001-2011.

Parte-se do pressuposto, como se verá no próximo capítulo, que a reforma da economia do país foi o início dos ganhos econômicos e materiais da RPC que, por sua vez, a habilitaram a uma maior pró-atividade na OEI, inclusive no FMI.

## **Capítulo 1**

### **A República Popular da China na Economia Internacional: História, Conceito, Teoria e Método**

A crise econômica iniciada em 2008 precipitou uma série de questionamentos pelos países emergentes quanto à Ordem Econômica Internacional (OEI) vigente. A República Popular da China (RPC) foi o principal emergente do início do século XXI e o seu posicionamento diante da crise foi extremamente importante para se compreender suas ambições na economia mundial. As crises econômicas internacionais ofereceram oportunidades para as nações emergentes incrementarem sua participação e poder de decisão nos regimes por meio de reformas na governança econômica internacional.

O contexto internacional do início do século XXI será abordado na primeira seção desse capítulo porque a crise do *subprime* nos Estados Unidos da América (EUA) expôs o recuo do poder econômico relativo dos países desenvolvidos em detrimento dos emergentes.

Na segunda seção, será definido o conceito de poder sob a ótica de inúmeros autores que classificaram o poder estatal de distintas formas. Assim, na terceira seção será explicada a teoria de regimes que, por sua vez, fornecerá o arcabouço que permitirá a aplicação das informações históricas e conceituais coletadas na busca por confirmar a veracidade da hipótese apresentada na Introdução.

#### **1.1 – A Adesão da República Popular da China à Ordem Econômica Internacional e o Contexto do início do Século XXI**

A próxima subseção discutirá o processo de adesão da RPC à OEI vigente e a crise econômica internacional que teve início com a crise financeira nos EUA em 2008. A crise do *subprime*<sup>13</sup>, que levou os EUA e muitos países europeus a sérios problemas econômicos e financeiros internos, acabou diminuindo a pró-atividade dessas nações no sistema internacional em detrimento do dinamismo das economias emergentes.

---

<sup>13</sup>Créditos imobiliários do mercado norte-americano com alta rentabilidade e de segurança duvidosa. O aumento da inadimplência nesse tipo de crédito foi a gênese da crise de 2008, contaminando todos os agentes econômicos ao redor do mundo que detinham esses papéis dos EUA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 13 jan. 2013.

### **1.1.1 – O Processo de Internacionalização da República Popular da China e a Crise Internacional de 2008**

Em 2007, iniciou-se a maior crise do capitalismo mundial desde a grande depressão de 1929. Esse capítulo da história mundial certamente representou uma virada na história do sistema capitalista de produção. Muitas questões e dúvidas acerca do papel das organizações e instituições foram levantadas a partir da crise, ou seja, sobre se as funções de se prever e evitar crises internacionais, para as quais elas haviam sido criadas, teriam sido cumpridas (KIM, 2009).

O princípio da financeirização, que emergiu com o neoliberalismo nos anos 1980, está alicerçado na criação de uma riqueza financeira artificial descolada da produção real e concreta de bens e serviços. A desregulamentação do sistema financeiro nos países ricos, combinada com a recusa das autoridades de se regular as inovações financeiras, foi um acontecimento decisivo no estopim para a crise econômica de 2008. Essa política neoliberal, cuja desregulamentação foi o fato histórico decisivo que abriu as portas para a crise, acarretou uma especulação selvagem entre os investidores internacionais (BRESSER-PEREIRA, 2009).

A expansão monetária conduzida por Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, pode ter contribuído para o surgimento da crise. Contudo, expansões de crédito são ocorrências comuns nas economias capitalistas e nem sempre levam a crises generalizadas. Já as desregulamentações dos sistemas financeiros, como a efetuada na década de 1980, foram incidentes históricos novos que contribuíram para explicar a crise. Segundo Bresser-Pereira, o erro da administração de Greenspan se deu não quanto à expansão do crédito, mas ao apoio à desregulamentação levada a cabo pelos países desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, as crises nos países em desenvolvimento costumam ser de balanço de pagamentos, não bancárias como a crise de 2008. A crise financeira que espalhou o temor ao redor do planeta iniciou-se com a crise dos *subprimes* nos EUA. Os *subprimes* são hipotecas oferecidas a clientes de qualidade de crédito inferior, ou seja, pessoas de baixo poder aquisitivo. Estas seriam posteriormente agrupadas em títulos complexos, cujo risco de avaliação era difícil ou quase impossível para seus compradores (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Para se entender a crise econômica de 2008, é necessário analisar o passado e a situação historicamente como consequência dessas ações, especialmente nos EUA. No final dos anos 1970, ocorreu uma profunda transformação no capitalismo mundial (BRESSER-PEREIRA, 2009). Findaram-se os anos dourados do capitalismo (1948-1977) e deu-se o *début* do chamado capitalismo financeiro. Esse novo capitalismo foi direcionado pelo setor financeiro, um setor extremamente instável devido ao alto grau especulativo e da livre mobilidade de capitais. Enquanto nos anos dourados as taxas de crescimento eram elevadas e havia regulamentação dos mercados, no novo capitalismo as taxas de crescimento declinaram e foram extintas as regulamentações que impunham estabilidade às operações do mercado (BRESSER-PEREIRA, 2009).

O objetivo final dessa desregulamentação foi diminuir os custos diretos das empresas por meio da “flexibilização” das leis trabalhistas. Essas medidas neoliberais, segundo Bresser-Pereira, também buscavam reduzir o tamanho do Estado, deixando agir a mão livre do mercado. Os preços seriam dados por meio da lei da oferta e da demanda e não por alguma espécie de intervenção de outrem.

Esse capitalismo neoliberal fez emergir um novo método de acumulação, a financeirização. Sua principal característica é o enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo. Ela abarca também uma separação entre a economia real e a economia financeira devido à criação descontrolada de riqueza financeira fictícia (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Assim, o termo financeirização foi criado para especificar o novo momento do capitalismo mundial onde a criação de riqueza financeira artificial é descolada da criação de riqueza real. A ausência de uma regulamentação rígida sobre os mercados financeiros foi uma das causas da crise financeira e econômica de 2008 (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Ainda segundo Bresser-Pereira, uma crise financeira é, por definição, iniciada pela má alocação de crédito e pelo aumento da alavancagem<sup>14</sup>. A crise de 2008 iniciou-se nas hipotecas que as famílias norte-americanas deixavam de pagar (BRESSER-PEREIRA, 2010). A estagnação salarial imposta pelo neoliberalismo e o aumento da demanda, solucionado pela expansão do crédito e o consequente endividamento das famílias, foram apenas outros fatores que contribuíram para a pior crise financeira e econômica desde a grande depressão em 1929 (KIM, 2009).

---

<sup>14</sup>Alavancagem é a diferença entre as taxas de captação e de empréstimos dos recursos de um banco. Quanto maior essa diferença, maior será o lucro da instituição bancária.

A crise de 2008 poderia ter causado maiores danos que a grande depressão, segundo Bresser-Pereira. Contudo, as ações dos países desenvolvidos em adotar políticas keynesianas heterodoxas de redução das taxas de juros, aumento drástico da liquidez na economia e a expansão fiscal atenuaram os efeitos nefastos da crise nos anos posteriores (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Em 2008, deu-se o estopim da crise. A ausência de regulamentação dos mercados financeiros fez com que crescesse enormemente a especulação financeira que, descolada da criação de riquezas materiais reais, aumentou o endividamento dos investidores estrangeiros de modo artificial (KIM, 2009). O endividamento e a alavancagem das instituições financeiras tornaram-se altos demais deixando o risco operacional insuportável. Prevaleceu a lógica racional, ou seja, o “efeito-manada” (KIM, 2009). Logo, em busca pela diminuição de seus prejuízos, os investidores se desfizeram de seus ativos em massa, derrubando as cotações das bolsas de valores ao redor do mundo. A simples perda da confiança transformou-se em pânico e irrompeu a crise.

Há poucas dúvidas sobre as causas do colapso de 2008. A simples desregulamentação e a decisão de não regulamentar as inovações financeiras foram as causas principais e decisivas para se entender a crise. Há também causas secundárias como as más avaliações do crédito, o uso indiscriminado da alavancagem e as práticas de remuneração altamente agressivas que incentivavam a tomada de riscos e os ganhos no curto prazo (BRESSER-PEREIRA, 2009). Nos anos 1980, ao passo que os mercados foram desregulamentados, as teorias keynesianas foram esquecidas e o ideário neoliberal tornou-se *mainstream*. Com isso, a instabilidade financeira foi restabelecida (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Quando a crise se iniciou, os líderes dos países desenvolvidos, antes crentes na natureza auto-reguladora dos mercados, decidiram por em prática quatro decisões: diminuir radicalmente as taxas de juros, resgatar e capitalizar os principais bancos, adotar políticas fiscais expansionistas e, por fim, regulamentar novamente o sistema financeiro, tanto interno como internacional (KIM, 2009). Segundo Bresser-Pereira, a regulamentação dos mercados ajudaria a melhorar a alocação dos recursos financeiros.

Mesmo com os avanços representados pelas ações econômicas do Grupo dos 20 (G20)<sup>15</sup>, as lições da crise não foram aprendidas quanto à necessidade de novamente se

---

<sup>15</sup>Os vinte membros do G20 são: Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, RPC, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, México, Reino Unido, Rússia, Japão, África do Sul, Turquia e União Européia (UE).

regulamentar o sistema financeiro internacional, já que a capacidade de coordenação econômica permaneceu fraca (BRESSER-PEREIRA, 2010). Todas as medidas tomadas pelo países buscaram solucionar apenas um tipo de crise financeira, a bancária. Já as crises de balanço de pagamento não foram contempladas porque afetam somente os países em desenvolvimento detentores de moedas não conversíveis (KIM, 2009). O tempo de solução para essa crise será longo, considerando-se que a expansão fiscal dos governos envolvidos foi extremamente alta. Mesmo evitando uma profunda recessão econômica, tal expansão fiscal gerou um enorme endividamento estatal (KIM, 2009).

Entretanto, não se deve confundir globalização com financeirização. Apenas a globalização financeira esteve no epicentro da crise de 2008, não a globalização comercial e produtiva (BRESSER-PEREIRA, 2010). A RPC, objeto de estudo do presente trabalho, está fortemente vinculada à globalização comercial e produtiva, mas quanto ao sistema financeiro, ainda permanece relativamente fechada e sendo moderadamente afetada pela avalanche financeira internacional (KIM, 2009).

Em novembro de 2008, os líderes dos países pertencentes ao G20 se comprometeram com uma firme re-regulamentação dos mercados financeiros internacionais. Em setembro de 2009, eles reafirmaram esse compromisso. Assim, a principal tarefa, segundo Bresser-Pereira, é restaurar o poder regulamentador do Estado nos mercados (BRESSER-PEREIRA, 2010). Segundo o autor, há diversas práticas financeiras que poderiam ser proibidas e as demais deveriam ser, simplesmente, mais transparentes para com os investidores e o próprio mercado. O objetivo final de todo esse processo, além de se evitar futuras crises, é limitar de maneira sistemática o risco financeiro embutido nas operações ao redor do mundo (BRESSER-PEREIRA, 2010).

A importância da crise de 2008 para a RPC possui dois aspectos contrastantes. O otimista está relacionado diretamente ao fato de que espaços de poder deixaram de ser ocupados com a diminuição da pró-atividade dos países desenvolvidos no sistema internacional. Os atores que antes os preenchiam ocuparam-se de seus problemas econômicos internos, abrindo lacunas para a ação dos países emergentes. Já o aspecto pessimista diz respeito à diminuição do ritmo de expansão de sua economia, acostumada a taxas acima de 10% ao ano, como os 10,3% de 2010 (em 2011 registrou avanço de 9,2%<sup>16</sup> e

---

<sup>16</sup> VEJA. **Economia chinesa apresenta crescimento de 9,2% em 2011**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/china-anuncia-que-pib-cresceu-9-2-em-2011--2> Acesso em: 12 nov. 2012.

em 2012 de “apenas” 7,8%<sup>17</sup>). Mesmo com essa desaceleração, a RPC e sua rápida ascensão econômica encontraram na crise de 2008 uma oportunidade de aumentar seu poder político internacional e, sobretudo, influenciar na reforma da OEI, da qual o FMI faz parte.

A crise financeira e econômica internacional, originada pelo *subprime* norte-americano, desencadeou mudanças na OEI. A dúvida quanto à eficiência do neoliberalismo na condução da economia mundial e na mitigação de futuras crises fomentou o reaparecimento do paradigma keynesianista, onde o Estado retorna ao papel central de motor e regulamentador do desenvolvimento.

O acelerado crescimento da economia chinesa desde as reformas de 1978, iniciadas por Deng Xiaoping, fez com que o PIB do país se multiplicasse cerca de 20 vezes, segundo o FMI. É essa expansão econômica que alicerçou a recente pró-atividade da RPC nos fóruns econômicos internacionais e lhe atribuiu condições materiais e financeiras de assumir maiores responsabilidades na re-regulamentação do sistema financeiro internacional, como acordado no G20.

As discussões acerca dos princípios, normas, regras e processos decisórios que irão nortear o novo sistema monetário e financeiro internacional transpassam a questão da hegemonia que, por sua vez, está intimamente ligada ao poder no sistema internacional. Os Estados mais fortes economicamente irão se sobrepor aos demais e suas decisões acerca da nova regulamentação serão aceitas devido à sua importância econômica e comercial para a recuperação global.

A ordem mundial não pode se sustentar se não refletir, em seus princípios, normas, regras e processos decisórios, a real distribuição de poder do sistema internacional (CHIN; THAKUR, 2010). Ao passo que o poder e a relevância econômica migram do ocidente para o oriente, será necessário que algum novo ator assuma a administração dessa transição. Será que os países emergentes deixarão de ser apenas coadjuvantes para serem protagônicos e, assim, responsáveis por capitanear a remodelação da ordem mundial? O trecho abaixo exemplifica as possíveis consequências do protagonismo da RPC para o sistema internacional.

One path – the predominant pattern to date – is China’s continued socialization into global norms, rules, practices, and standards as a “status quo” power helping mainly to maintain the post-1945 institutional arrangements. A second path would see a China that challenges more established global standards, rules, and norms in

---

<sup>17</sup>OGLOBO. **PIB Chinês deve crescer entre 7,7% e 7,8% em 2012, diz pesquisador**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/pib-chines-deve-crescer-entre-77-78-em-2012-diz-pesquisador-6107231>  
Acesso em: 01 fev. 2013.

international conduct. If the established powers were to resist encroachments on their traditional privileges as the global norm setters and enforcers, this path could heighten tensions and even provoke conflict. (CHIN; THAKUR, 2010, p. 119)

O crescimento acelerado e constante da RPC tem gerado aspectos extremamente positivos para a economia internacional. Mesmo com o enfraquecimento da economia norte-americana na crise de 2008, a expansão do dragão chinês tem diminuído as perdas, de um modo geral, para a economia global.

Segundo Bresser-Pereira, a crise de 2008 acarretou profundas mudanças no sistema internacional por meio da derrocada das idéias neoliberais e a emergência das regulamentações do sistema financeiro. Essa mudança abriu espaço para possíveis reformas na OEI, cujo deslocamento paulatino de poder econômico do ocidente para o oriente confirmou as alterações profundas as quais estão em andamento no sistema internacional, como expresso na seguinte citação.

China's development has enormous implications for how the world is governed. The sheer size of the century means the effect of its activities inevitably spills over its borders. Beyond that, there is evidence that the Chinese government has taken an active role in a number of policy areas to defend China's expanding national interest and to strengthen its status in the world. As China's economy and its political ambition continue to grow, so will its influence around the world. (HONGYING; ROSENAU, 2009, p. 5)

Assim, qual papel a RPC desempenhará na OEI do século XXI? Desde a fundação da RPC, em 1949, até o início das reformas econômicas em 1978, as relações internacionais chinesas eram direcionadas ao bloco socialista da guerra fria e ao terceiro mundo (HONGYING; ROSENAU, 2009). A relação do dragão asiático com os países desenvolvidos era muito pequena. Foi somente após o período reformista dos anos 1970 que o país gradualmente foi se integrando ao sistema formado pelas nações ocidentais (WALLERSTEIN, 2010).

A partir de 1978, com as reformas econômicas de Deng Xiaoping e uma integração da RPC mais substancial com o mundo, a visão do país acerca da natureza da OEI e o seu lugar nessa ordem foram sendo modificados. Durante os anos 1950, Pequim acreditava na divisão mundial em apenas socialistas e capitalistas. Entre os anos 1960 até as reformas de 1978, o país esteve sob a égide da teoria dos três mundos de Mao (HONGYING; ROSENAU, 2009). No primeiro mundo, estariam as duas superpotências; o segundo mundo, seria composto pelos demais países desenvolvidos; e o terceiro mundo, pelos países em

desenvolvimento. Os líderes chineses enxergavam seu país como líder e parte do terceiro mundo (HONGYING; ROSENAU, 2009).

Com o advento das reformas dos anos 1970, a visão chinesa acerca do mundo e do seu próprio espaço nessa ordem começou a se alterar. A ordem mundial passou a ser vista como um campo de oportunidades das quais a RPC deveria não só fazer parte, mas também aproveitá-la em benefício próprio. Assim, o governo chinês redefiniu seu papel de país revolucionário para o de participante desse mesmo sistema (HONGYING; ROSENAU, 2009).

Nos anos 1980, a RPC incrementou consideravelmente a sua participação no sistema internacional, sobretudo no campo econômico e comercial. Mesmo com a expansão da sua participação no sistema internacional, a RPC não deixou de defender mudanças nesse sistema por meio da busca de regras mais justas e equilibradas (WALLERSTEIN, 2010).

A simples acomodação da RPC no sistema internacional pode ser interpretada de duas formas. A primeira indica a vontade de socialização do país, ou seja, o desejo de participação da RPC junto aos demais órgãos internacionais, de acordo com as normas já vigentes (HONGYING; ROSENAU, 2009). A segunda maneira de se interpretar a acomodação da RPC está relacionada ao simples fato de sua ascensão econômica despertar dilemas de segurança, não tornando essa emergência pacífica.<sup>18</sup> Segundo os agentes de PE da RPC, o país não teria opção a não ser se integrar ao mundo globalizado para se modernizar, já que a sua participação no sistema econômico global tem sido extremamente benéfica para os interesses nacionais do país (HONGYING; ROSENAU, 2009).

Desde a década de 1980, o país passou a participar de instituições internacionais e também a receber ajuda financeira e técnica, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. No período pós-Deng Xiaoping<sup>19</sup>, a partir de 1992, o país expandiu seu envolvimento nos fóruns internacionais como um meio de ganhar poder internacional (WALLERSTEIN, 2010).

A OEI é formada pelo Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio – antigo GATT – e Banco Mundial. Entretanto, essa dissertação analisará somente as ações chinesas no FMI devido à importância que a instituição desempenha na tentativa de solução da crise de 2008.

---

<sup>18</sup>Foreign Policy. **Clash of the Titans**. Disponível em: <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034.pdf>  
Acesso em: 12 nov. 2012.

<sup>19</sup>Líder político da República Popular da China entre os anos de 1978 e 1992.

Os princípios, normas, regras e o processo decisório que regem a OEI vigente datam do final da Segunda Guerra Mundial.<sup>20</sup> O mundo se modificou, novos atores surgiram e ascenderam; logo, segundo Pequim, o regime precisa se adaptar à nova realidade.

O governo de Pequim defende que o conceito de “mundo harmonioso”<sup>21</sup> dite as relações e a reforma da OEI. Segundo a visão chinesa, a ordem vigente possui uma série de problemas, como o domínio do poder político por um grupo pequeno de países, disparidades entre o norte e o sul, intolerância a diferentes valores culturais e a tendência à solução dos problemas mundiais pela força (HONGYING; ROSENAU, 2009).

Para que seja alcançado o conceito de “mundo harmonioso”, Pequim defende a modificação desses quatro pontos anteriormente apresentados (HONGYING; ROSENAU, 2009). Assim, os quatro pontos essenciais que, segundo os chineses, deveriam nortear as negociações da reforma da OEI são: a democratização das relações internacionais, a justiça e a prosperidade comum a todos, o respeito à diversidade e à tolerância e, por fim, a resolução pacífica dos conflitos internacionais (HONGYING; ROSENAU, 2009).

Nos anos 1970, a RPC era considerada um país relativamente pobre e fraco. A partir do momento em que o país se fortaleceu economicamente, iniciou a defesa da reforma da OEI, o que suscitou desconfianças dos demais atores quanto às reais intenções dos chineses. Assim, para acabar com desconfianças e não suscitar dilemas de segurança, Pequim reafirmou seu compromisso de manter a ascensão pacífica do país (HONGYING; ROSENAU, 2009).

Mesmo com seu rápido crescimento econômico, a RPC ainda era considerada um país periférico no sistema financeiro internacional: os bancos chineses têm presença modesta no exterior, o yuan quase não possui circulação fora do território chinês, além dos mercados de capitais do país terem pouco a oferecer aos investidores internacionais. Soma-se a isso a desproporcionalidade entre o tamanho da economia da RPC e seu poder de voto no FMI (ZHOU, 2008).

Entretanto, essa realidade está sendo modificada devido à dois acontecimentos. O primeiro, a RPC tornou-se um grande credor internacional a partir 2003. Com reservas

---

<sup>20</sup> IPEA. **História** – **Bretton Woods**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 13 nov. 2012.

<sup>21</sup>Mundo Harmonioso é um conceito chinês que busca dissipar as desconfianças internacionais acerca do tipo de influência sistêmica que a RPC almeja. Sua definição diz que a paz é o único caminho para que o desenvolvimento chinês seja alcançado, evidenciando a cooperação mútua e a boa vizinhança internacional. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/561/2009/09/29/1s113218.htm> Acesso em: 13 jan. 2013.

internacionais de cerca de US\$ 3 trilhões<sup>22</sup> no final dos anos 2000, Pequim iniciou a concessão de empréstimos a terceiros países, ajudas internacionais, além de criar um fundo soberano para financiar as atividades de suas empresas tanto interna como externamente. Essa nova realidade elevou consideravelmente o potencial de a RPC influenciar o sistema financeiro internacional (HONGYING; ROSENAU, 2009).

O segundo acontecimento foi a crise de 2008. Enquanto diversas instituições financeiras dos EUA e da Europa quebraram ou se encontravam em péssima situação financeira, a RPC permaneceu uma ilha de estabilidade, sendo que o principal efeito da crise para o país foi a queda da taxa de expansão de sua economia (HONGYING; ROSENAU, 2009). Dados que confirmam a força de sua economia foram seus gastos no ano da crise econômica mundial, quando cerca de US\$ 586 bilhões foram investidos em projetos de infraestrutura e US\$ 40 bilhões foram depositados para reforçar o caixa do FMI no socorro aos países em depressão (ZHOU, 2008).

A relativa robustez da economia chinesa nos anos de crise reverberou os méritos do modelo de crescimento e desenvolvimento implementado por Pequim. O sucesso do modelo chinês, entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, e a crise econômica nos países desenvolvidos do ocidente pôs em xeque a hegemonia das políticas neoliberais, como pregou Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O sucesso econômico de Pequim fortaleceu a voz dos países emergentes no processo de reforma dos sistemas monetário e financeiro internacionais (ZHOU, 2008). A RPC apontou, além da falta de regulamentação dos mercados como a origem da crise sistêmica, a necessidade de novas regras para conduzir os sistemas monetário e financeiro internacionais e de maior comprometimento dos EUA na estabilidade da moeda referencial, o dólar norte-americano (ZHOU, 2008). O G20 tornou-se o fórum de debate legítimo tanto para a crise econômica iniciada em 2008 como para a reforma da OEI.

A RPC defendeu na ocasião o seu desejo de o FMI e o Banco Mundial aumentarem a participação dos países emergentes nos seus respectivos processos decisórios internos. Esse incremento se daria por meio da elevação das cotas de participação e contribuição das nações em desenvolvimento (ZHOU, 2008).

Mesmo com esse seu ativismo, a habilidade chinesa de influenciar os sistemas monetário e financeiro internacionais permaneceu restrita e limitada. Os problemas internos

---

<sup>22</sup> Fundo Monetário Internacional. **China**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberKey1=180&date1key=2011-10-23> Acesso em: 22 out. 2011.

do mercado financeiro do país e sua grande dependência de exportações, principalmente para os EUA, constrangeram seu poder potencial como credor internacional (HONGYING; ROSENAU, 2009). Segundo Hongying & Rosenau, se o país não adotar um regime de câmbio realmente flexível, liberalizar seu mercado de capitais e desenvolver um banco central confiável o yuan não será uma moeda aceita como meio de pagamento internacional.

De modo pragmático, a RPC agiu em dois campos opostos. Ela auxiliou no combate à crise econômica iniciada em 2008, já que uma recessão econômica nos países desenvolvidos afetaria diretamente via exportações e uma maior volatilidade do dólar norte-americano afetaria o valor de suas reservas internacionais (HONGYING; ROSENAU, 2009). Do outro lado, o dragão asiático atuou como um reformador da ordem econômica vigente em conjunto com outros países emergentes, pressionando por novas regulamentações financeiras e pelo fim do domínio do dólar como moeda referencial no sistema monetário internacional (HONGYING; ROSENAU, 2009). Logo, ao obter mais poder de decisão na OEI, a RPC poderá se tornar um país formulador de regras e não apenas tomador de regras, como já explicado.

## **1.2 – O Conceito de Poder, a Teoria e o Método: Aplicação nos Estudos Chineses**

Nas próximas três subseções estarão explicitadas: 1) as definições de poder e suas implicações na atuação dos Estados no sistema internacional; 2) a teoria de regimes e; 3) o método que guiará o processo de investigação.

### **1.2.1 – O Poder nas Relações Internacionais**

O sistema internacional é um conjunto de relações entre unidades políticas com certo grau de interdependência entre si e submetidos a um modo de regulação (BULL, 2002). A anarquia corresponde à ausência de um governo e de leis que definem os parâmetros de comportamento e regulação de um determinado espaço. No sistema, a ordem se origina das relações que se estabelecerão entre os atores e a sua dinâmica, predominando a lógica da competição e da sobrevivência, do choque de interesses. Assim, o poder será o definidor das relações internacionais (PECEQUILO, 2004).

Para que seja possível verificar se um determinado país aumentou seu poder em alguma organização internacional ou mesmo no sistema internacional, primeiramente é necessário que se defina o termo poder. A palavra poder é muito utilizada e difundida em estudos ou trabalhos ao redor do mundo, todavia, apesar de ser extremamente difícil de ser conceituada ou mensurada, isso não faz dela uma palavra sem significado ou definição (NYE, 2011).

Na política internacional o poder é um meio e um fim a partir do qual se instaura uma relação de dominação entre duas ou mais partes. O poder é exercido por meio de duas fontes possíveis, a da violência, sustentada na força física, e a da racionalidade, baseada no convencimento (ARON, 2002; PECEQUILO, 2004).

O poder estaria diretamente relacionado às relações humanas, mais precisamente às relações políticas, enquanto o dinheiro regeria as relações econômicas (NYE, 2011). O dinheiro é um recurso palpável e permite a aquisição de uma gama de bens. Já os recursos que produzem o poder em uma determinada relação ou contexto podem não gerá-lo em outra.

O poder é um conceito amplamente contestado. Não há uma definição universal e as pessoas que utilizam a palavra usam-na de acordo com seus valores e interesses. Alguns definem o poder como a habilidade de fazer ou resistir a alguma mudança (ARON, 2002). Já outros dizem que o poder é a habilidade de se conseguir o que se busca ou objetiva (NYE, 2011).

As definições comportamentais julgam o poder pelos resultados determinados depois da ação e não antes. Entretanto, formuladores de PE buscam entender e prever o futuro para que seu conhecimento possa guiar suas ações no sistema internacional. Frequentemente, esses mesmos formuladores de PE definem o poder meramente em termos de recursos que podem produzir resultados (NYE, 2011). Mas essa segunda definição de poder como simples “recursos para produzir resultados”, também classificado por Aron como elementos da potência, reconhece que um país poderoso o é se ele possuir uma grande população, território, recursos naturais, pujança econômica, forças militares e estabilidade social (ARON, 2002). Essa segunda definição é a que faz o poder parecer algo concreto e mensurável, ou seja, possuir um caminho a ser seguido (NYE, 2011).

Contudo, essa definição apresenta problemas já que a mera posse dos recursos não garante que seus objetivos serão sempre alcançados. Definir poder em termos de recursos é um atalho que os formuladores de política externa acreditam ser útil (NYE, 2011). Em geral, um país que possui muitos recursos de poder tem maiores chances de afetar outro

país mais fraco e assim, ser menos dependente do outro numa relação estratégica como mostrado abaixo.

PODER DEFINIDO POR RECURSOS:

PODER = RECURSOS => CONVERSÃO => OBJETIVOS

Fonte: *Tradução Livre* (NYE, 2011)

Quais recursos propiciam a melhor base para que o poder possa ser obtido? O petróleo não era considerado um recurso de poder no quadro internacional até a revolução industrial, nem o urânio antes do advento da era nuclear. Os recursos de poder são matérias-primas tangíveis e intangíveis que circunscrevem as relações de poder e se esses recursos produzem os objetivos buscados pelos atores. Assim, segundo Nye, muitos analistas rejeitam os “elementos do poder nacional” quando comparados à visão comportamental ou relacional do poder (NYE, 2011).

Segundo Raymond Aron, convergindo com a definição de Joseph Nye, o poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, *poder* é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas fruto de uma relação entre os homens, como mostrado abaixo (ARON, 2002).

PODER DEFINIDO POR COMPORTAMENTO (RELACIONAL):

PODER = AFETAR OS DEMAIS => BUSCA POR ALGO => MEIOS => OBJETIVOS

Fonte: *Tradução Livre* (NYE, 2011)

A habilidade de um Estado de comandar os demais atores e modificar seus comportamentos quando comparado aos seus objetivos iniciais é uma dimensão extremamente importante do poder comportamental (NYE, 2011). Outra dimensão desse aspecto do poder é afetar os objetivos do outro, ou seja, fazer com que o outro queira o que você quer sem ordená-lo para que mude de objetivo. Essa face do poder foca na habilidade de influenciar os atos dos demais atores ou agentes em contrário aos seus desejos e objetivos estratégicos iniciais (NYE, 2011).

A capacidade de um ator é definida pelos recursos de poder que deterá no sistema, devendo-se distinguir duas dimensões: a da posse e conversão de recursos de poder e a definição dos tipos de recursos de poder, ou seja, o *hard* e o *soft power* (NYE, 2011).

No que se refere à posse e conversão dos recursos de poder, deve ser feita a distinção entre poder potencial e poder real. O poder potencial representa qualquer recurso que exista em estado bruto, não podendo ser utilizado. O poder real será aquele determinado pela capacidade de conversão, sendo passível de utilização para o exercício do domínio ou projeção. Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional (ARON, 2002; PECEQUILO, 2004).

Suscintamente, o *hard power* é a capacidade de pressionar e o *soft power* é a de atrair. Já quanto a definição dos tipos de poder, o *hard power*, ou poder “duro”, refere-se aos recursos de poder tradicionais, passíveis de serem vistos e sentidos com facilidade, percebendo-se sua influência e importância na prática. O *soft power*, ou poder “suave”, sustenta-se em elementos de poder intangíveis e que não podem ser percebidos na prática. O poder suave relaciona-se ao poder do convencimento e das idéias, sendo suas principais fontes o desenvolvimento econômico, o conhecimento e tecnologia, a ideologia e a cultura (PECEQUILO, 2004).

O *soft power*, segundo a definição de Nye, é a habilidade de afetar os demais por meio da cooptação, seja pelos tópicos da agenda de reuniões nas instituições internacionais ou pela persuasão, provocando uma atração nos demais atores que favoreça o alcance dos objetivos almejados (NYE, 2011). Outra definição de *soft power*, segundo o autor, são as forças não tradicionais como cultura e bens comerciais (NYE, 2011).

Essa definição apresentada por Nye se aproxima da elaborada por Pecequilo. Segundo ela, as potências mundiais ou superpotências são aqueles países que detêm o controle tanto do *hard* como do *soft power*. As grandes potências possuem esses recursos em quantidade e qualidade suficiente para exercer seu poder de maneira significativa no sistema internacional. A situação ideal e que sustenta de fato a hegemonia de um país é que os poderes *hard* e *soft* estejam em equilíbrio para que se alternem como instrumento de dominação (PECEQUILO, 2004).

Dotadas destes recursos de dominação, as potências mundiais terão como fundamento de sua ação o avanço de seus interesses e o comando do sistema, projetando poder globalmente. Tal projeção permitirá que estes países influenciem diretamente os fluxos e fenômenos sistêmicos, interferindo na política mundial de forma a alcançar seus objetivos e maximizar sua posição de liderança (PECEQUILO, 2004).

Ainda segundo Nye, há uma outra tentativa de definir a palavra poder por meio de uma divisão entre diferentes tipos: o poder militar, o poder econômico e o *soft power*. Se na

classificação anterior tinha-se somente o *hard power* e o *soft power*, nessa proposta o *hard power* foi subdividido em *hard* militar, ferramentas militares, e *hard* econômico, medidas econômicas. Ambos os instrumentos são violentos, afetam e colocam a vida das pessoas em risco. Assim, o poder econômico, que será detalhado mais adiante, é visto como algo ambíguo, e pode ser classificado tanto como *soft* ou *hard*.

O poder militar tem sido chamado de “a última forma de poder” na política mundial, mas uma próspera economia é fundamental para que se possa produzir esse poder por meio de treinamento e da compra de armas e equipamentos (NYE, 2011). Os recursos econômicos podem produzir tanto o *soft* como o *hard power*. O sucesso de um modelo econômico não só confere condições de adquirir recursos militares para a execução do *hard power*, mas também atrair outros a seguirem esse mesmo modelo (NYE, 2011).

Os recursos econômicos básicos que alicerçam tanto o *hard* como o *soft power* são a representação direta do tamanho e da qualidade do PIB de um país, a renda *per capita*, o nível de tecnologia, os recursos naturais e humanos, as instituições políticas e legais para os mercados e, por fim, uma variedade de recursos direcionados para áreas especiais como comércio, finanças e competitividade (ARON, 2002; NYE, 2011). Há também outros economistas que aceitam a realidade do poder econômico como “força econômica utilizada para adquirir domínio ou controle” ou “capacidade decisiva de punir outro ator”. Contudo, muitos economistas ainda são céticos acerca da real produção do chamado poder econômico pelas variáveis mencionadas (NYE, 2011).

Um outro aspecto do poder econômico comportamental é o esforço do ator para estruturar seus mercados e, conseqüentemente, melhorar sua posição relativa frente aos demais na economia mundial. A estruturação dos mercados passa por uma lista de instrumentos utilizados pelos Estados como tarifas, cotas, regras de controle de acesso aos seus mercados, sanções, manipulação da taxa de câmbio, ajuda ao desenvolvimento, entre outros (NYE, 2011). A dimensão fundamental do poder acima citado é fazer com que, numa relação interdependente, os demais atores sejam mais dependentes de um Estado do que esse Estado dos demais atores.

A relação entre os EUA e a RPC é um bom exemplo de interdependência. Enquanto os EUA importam bens baratos da RPC, que são pagos em dólar norte-americano, os chineses investem esse dinheiro em bônus do tesouro dos EUA e em suas reservas internacionais que são as maiores do mundo, como já afirmado (NYE, 2011). Muitos analistas dizem que a RPC teria, então, um grande poder sobre os EUA apenas vendendo dólares e, conseqüentemente, desvalorizando a moeda no mercado internacional. Contudo, a

RPC também perderia porque não só diminuiria o valor de suas reservas, mas faria com que os EUA parassem de importar seus bens. Embora a RPC pudesse afetar os EUA, o resultado dessa atitude também repercutiria sobre si, o que não poderia ser evitado (NYE, 2011). Somente países com capacidades materiais relevantes, como explicitado acima, são capazes de influenciar a economia internacional por meio de suas atitudes. Tal afirmação é corroborada pela citação:

Grandes Estados periféricos são aqueles países não-desenvolvidos, de grande população e de grande território, não-inóspitos, razoavelmente passíveis de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos” sendo que “o desenvolvimento de todas as potencialidades [...] traria efeito notável sobre a capacidade econômica e o potencial militar e, em consequência, sobre a capacidade de exercer influência política nos âmbitos regional e mundial. (Guimarães *Apud* PECEQUILO, 2004)

Os formuladores de PE chineses possuem consciência da importância dessa relação com os EUA. O que confirma essa afirmação é a declaração de Yi Gang, diretor da administração estatal chinesa das reservas internacionais, que explicou serem “os investimentos chineses em títulos do tesouro norte-americano um comportamento de investidor de mercado, não devendo politizá-los” (NYE, 2011). Caso esses títulos viessem a ser utilizados com objetivos meramente políticos, os prejuízos seriam mútuos, ou seja, tanto para os EUA como para a RPC.

As assimetrias nos mercados de câmbio são importantes e muito eficientes na produção de poder econômico e elas permeiam a OEI. Nem os EUA nem a RPC seriam capazes de destruir ou modificar as assimetrias nas relações econômicas que os mantêm juntos. Contudo, os EUA têm permitido um aumento gradual da influência chinesa nos fóruns internacionais, assim como das demais economias emergentes ao redor do planeta (NYE, 2011). Logo, um crescimento econômico acelerado e robusto provê a base necessária para os instrumentos de poder econômico, como será abordado na próxima seção desse capítulo.

### **1.2.2 – Arcabouço Teórico: A Teoria de Regimes**

#### *A Teoria de Regimes*

O sistema internacional, segundo alguns analistas, é anárquico em razão da ausência de uma autoridade central que o administre. Para evitar que o caos predomine, os atores buscam meios para dar um caráter organizado ao sistema (LUCENA, 2012).

Dessa forma, os Estados elaboram padrões de comportamento que devem ser respeitados internacionalmente e que são capazes de lhes garantir tranquilidade doméstica. Na impossibilidade de conviverem naturalmente de maneira ordenada, os países buscam, então, meios de dar uma maior estabilidade ao mundo (LUCENA, 2012). Surgem, dessa forma, as instituições, as quais, de fato, têm o importante papel de buscar e manter a ordem. Nesse contexto, os regimes surgiram como uma forma bastante usual de ordenamento das relações entre os Estados (LUCENA, 2012).

O conceito de regimes internacionais é extremamente importante para se entender as ações dos Estados no sistema internacional e, por sua vez, são definidos como princípios, normas, regras e processos decisórios acerca das expectativas convergentes de alguns atores sobre um determinado tema (KRASNER, 1983). Em outras palavras, os regimes também podem ser entendidos como um conjunto de expectativas, regras, regulamentos, planos, entidades organizacionais e compromissos financeiros aceitos de forma recíproca por um grupo de Estados (*Apud* CARVALHO, 2010).

Os regimes são concebidos como variáveis intervenientes entre os fatores básicos causais (mais notadamente, poder e interesses) e os resultados/comportamentos dos Estados.

VARIÁVEIS BÁSICAS CAUSAIS => REGIMES => RESULTADOS/COMPORAMENTOS

Fonte: *Tradução Livre* (KRASNER, 1983)

Essa fórmula coloca duas questões: qual a relação entre os fatores básicos causais e os regimes? Qual a conexão entre os regimes em si e os resultados/comportamentos dos atores? Outra questão é: Quais são as condições para o surgimento, a existência e a transformação de um regime? (KRASNER, 1983) Assim, ainda segundo Krasner:

Os regimes internacionais têm sido encarados como um conjunto de variáveis que intervêm entre os fatores causais básicos, por um lado, e os resultados/comportamentos, por outro. Os princípios consistem em crenças estabelecidas, causalidade e legalidade. As normas consistem em padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras consistem em princípios que orientam a ação. Os processos de tomada de decisões representam práticas dominantes para a adoção e implementação das escolhas coletivas. (*Apud* CARVALHO, 2010, p. 209)

Uma gama de variáveis é oferecida na tentativa de se explicar o desenvolvimento dos regimes. Os mais proeminentes são o autointeresse, o poder político e o conhecimento (KRASNER, 1983).

A primeira variável causal básica que prevalece acerca da existência dos regimes internacionais é o autointeresse. Krasner se refere ao desejo de maximização das próprias funções utilitárias dos Estados, já que esses desejos não incluem as aspirações dos demais atores sistêmicos. O Estado se preocupa apenas quando o comportamento dos demais afeta seu próprio interesse de maximizar suas funções (KRASNER, 1983). No autointeresse, o egoísta está preocupado com o comportamento dos outros somente na medida em que esse comportamento pode afetar a ele mesmo.

O poder político é a segunda variável usada para explicar o desenvolvimento de um regime. Duas diferentes orientações em relação ao poder podem ser distinguidas. A primeira é cosmopolita e instrumental: o poder é utilizado para garantir resultados ótimos para o sistema como um todo, ou seja, o poder é colocado a serviço do bem comum (*Apud* CARVALHO, 2010). Já a segunda é particularista e potencialmente conclusiva: o poder é usado para aumentar e perseguir os valores de atores específicos dentro do sistema. O poder é posto a serviço dos interesses particulares (KRASNER, 1983).

Já a variável final é o conhecimento, utilizada para explicar o desenvolvimento dos regimes. Ele é tratado como uma variável interveniente e não exógena, como as duas primeiras. A definição de conhecimento é “a soma de informações técnicas e de teorias que produzem consenso suficiente em um dado momento entre atores interessados em servir como guias das políticas públicas concebidas para atingir algum alvo social” (*Apud* CARVALHO, 2010).

Existem ainda três modos para a formação de regimes internacionais. Dentre eles, apenas os dois primeiros, segundo Krasner, são baseados em cálculos egoístas e de auto-interesse (KRASNER, 1983):

- 1) Espontaneidade – regimes emergem da convergência de expectativas individuais dos atores;
- 2) Negociação – regimes são formados por acordos explícitos e públicos;
- 3) Impostos – regimes são inicialmente forçados sobre determinados atores por agentes externos.

Os regimes internacionais também podem ser caracterizados como princípios implícitos e explícitos num determinado tema nas relações internacionais (KRASNER, 1983). Eles não surgem por iniciativa própria e não são considerados como fins em si mesmos. Uma vez estabelecidos, realmente afetam resultados/comportamentos relacionados (*Apud* CARVALHO, 2010).

Segundo Andréa Lucena, existem vários tipos de instituições bastante conhecidas, como as de ordem internacional, regime internacional e organização internacional. A autora as diferencia, sendo a primeira um padrão de comportamento que busca ordenar certo aspecto particular da vida internacional. O segundo refere-se ao componente funcional da ordem, ou seja, são os meios, nem sempre simétricos, de conduzir as relações entre os atores e, por fim, a terceira é uma entidade que possui estrutura administrativa, corpo de funcionários, procedimentos e rotinas. Enfim, a ordem internacional é construída com a presença de princípios, normas, regras e processos decisórios, que são os regimes, e pode ou não ser criada/mantida por uma organização internacional (*Apud* LUCENA, 2012).

O arcabouço teórico desenvolvido por Krasner é consistente com a definição de Andréa Lucena e Keohane e Nye. Nela, eles afirmam serem os regimes “um conjunto de arranjos para governar”, que incluem “uma rede de regras, normas e procedimentos que regulam e controlam o comportamento e seus possíveis efeitos” (KEOHANE; NYE, 1989).

Já Hedley Bull, usando uma diferente terminologia, se refere à importância das regras e instituições na sociedade internacional afirmando que as regras são “os princípios imperativos gerais que requerem ou autorizam classes de pessoas ou grupos pré-estabelecidos a se comportarem de um modo também já pré-estabelecido”. As instituições, segundo Bull, asseguram e ajudam na adesão dos Estados às regras por meio de sua formulação, comunicação, administração, interpretação e legitimação (BULL, 2002).

Os regimes precisam ser compreendidos como algo mais que um simples arranjo temporário que se modifica a cada queda ou ascensão de potências mundiais ou interesses estatais (KRASNER, 1983). Há também uma distinção analítica básica entre regimes internacionais e acordos. Os acordos, segundo ele, são pontuais, muitas vezes constituindo-se em arranjos “feitos de uma só vez”. Já o objetivo dos regimes é o de facilitar os acordos (KEOHANE; NYE, 1989).

Segundo Andréa Lucena, há duas limitações na capacidade dos Estados em implementar domesticamente as provisões de um acordo ou regime negociado previamente. Esses entraves, segundo ela, são divididas em limitações de capacidade política e econômica (*Apud* LUCENA, 2012). A primeira ocorre quando um governo não consegue assegurar que

os atores domésticos públicos e privados cumpram o acordo. A segunda acontece quando as crises financeiras internas ou externas acabam impedindo que um governo cumpra as suas obrigações devido ao receio dos agentes econômicos domésticos (*Apud* LUCENA, 2012).

Apesar de serem de ordem interna, os problemas de capacidade política e econômica podem ser resolvidos por meio de esforços internacionais. Na verdade, a inexistência de uma burocracia eficiente, a falta de recursos financeiros e tantas outras questões domésticas que afetam a capacidade de um governo podem ser sanadas por meio de programas de assistência internacional. Enfim, a construção de capacidade para os Estados, por meio de auxílio técnico e financeiro internacional, é uma atividade primordial que garante o cumprimento dos acordos ou regimes (*Apud* LUCENA, 2012).

Assim, os princípios e as normas conferem as características básicas da definição de um regime. Mudanças nas regras e nos processos decisórios são alterações internas aos regimes, ou seja, não modificam suas características básicas (KRASNER, 1983). As mudanças nos princípios e normas, segundo o autor, são mudanças no regime em si. Quando as normas e os princípios são abandonados, surge necessariamente um novo regime (KRASNER, 1983).

No entanto, existem porta-vozes do “Terceiro Mundo”<sup>23</sup> que argumentam que mudanças nas regras são como mudanças no próprio regime porque eles as identificam, em princípio, como mudanças básicas, ou seja, alterações que não extinguem o próprio regime em detrimento de um novo arranjo. Existe, então, uma diferença fundamental entre caracterizar a modificação da regra como uma mudança dentro do regime em si e a modificação dos princípios como uma alteração entre regimes distintos (RUGGIE, 1983).

Em resumo, mudanças dentro dos próprios regimes envolvem alterações nas regras e nos processos decisórios, mas não nos princípios e normas. Já as mudanças de regimes requerem novos princípios e normas pré-estabelecidas. O enfraquecimento de um regime implica em uma incoerência entre os seus componentes ou uma inconsistência entre o próprio regime e os comportamentos dos Estados participantes (KRASNER, 1983).

Assim, a busca pela revisão da OEI provoca a necessidade de se rever a participação e a contribuição dos Estados na própria ordem. As nações emergentes utilizam as crises econômicas internacionais o recuo da participação relativa dos países desenvolvidos no PIB

---

<sup>23</sup>A origem do nome é do demógrafo francês Alfred Sauvy em 1952, que propunha a ideia de um Terceiro Mundo, inspirado na proposição do Terceiro Estado da Revolução Francesa. O Terceiro Mundo seria composto por países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e, em alguns casos, geopoliticamente não-alinhados. Disponível em: [http://www.revista.vestibular.uerj.br/questao/questao-objetiva.php?seq\\_questao=571](http://www.revista.vestibular.uerj.br/questao/questao-objetiva.php?seq_questao=571) Acesso em: 13 jan. 2013.

mundial para defenderem propostas de reforma das regras e dos processos decisórios vigentes.

### 1.2.3 – O Método

A presente dissertação será desenvolvida como uma pesquisa qualitativa, pelo método de estudo de caso. As pesquisas qualitativas não são traduzidas em números ou estatísticas como as quantitativas e pretendem verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008). Por sua vez, o método do “estudo de caso” irá trabalhar com aspectos específicos de um problema e suas decorrências (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

A pesquisa qualitativa pode ser conduzida por meio de três caminhos: 1) pesquisa documental; 2) etnografia; e 3) estudo de caso (GODOY, 1995b). A pesquisa documental é realizada pela análise do próprio documento, sejam escritos, imagens ou vídeos. Quaisquer formas materiais de registro de informação são válidas. A etnografia é a pesquisa desenvolvida no meio em que se pretende estudar. O trabalho de campo é o elemento fundamental em uma pesquisa etnográfica. Enfim, o estudo de caso é aquele voltado à investigação profunda de um objeto de pesquisa (GODOY, 1995b).

O investigador coleta diversos dados, retirados de inúmeras fontes em distintos momentos históricos para analisar situações atuais, por meio das quais ele próprio não possui controle ou influência e que só adquirem significado em seu contexto específico. Mesmo que a pesquisa seja majoritariamente qualitativa, dados quantitativos poderão ser utilizados para aclarar dúvidas menores, como defende Arilda na citação:

Adotando um enfoque exploratório e descritivo, o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deverá estar aberto às suas descobertas. Mesmo que inicie o trabalho a partir de algum esquema teórico, deverá se manter alerta aos novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do trabalho (GODOY, 1995b).

O estudo de caso selecionado foi a RPC. Os três eventos, selecionados e listados a seguir, apresentam indícios do ganho de poder de Pequim na OEI. Eles são: 1) a crise asiática de 1997; 2) a crise do *subprime* nos EUA em 2008; e 3) a crise da dívida pública da Europa de 2011. A pesquisa qualitativa, como já afirmado, irá mostrar a relação da realidade com o estudo de caso, apresentando conclusões de análises indutivas por parte do

investigador. Os eventos selecionados foram os mais relevantes, economicamente, nas décadas de 1990 e 2000. Eles são marcos históricos para o projeto de poder chinês porque foram oportunidades únicas que alicerçaram a defesa de Pequim pela reforma da OEI, sobretudo o FMI.

Os dados que serão coletados acerca dos eventos listados são: 1) os cargos chineses no FMI e; 2) a redistribuição das cotas de participação no FMI. Esses dois dados a serem apurados foram escolhidos porque, por meio deles, será possível mostrar se houve uma evolução na participação e contribuição da RPC no FMI.

Entretanto, para que essa evolução se cristalice, seria necessária uma reforma nas regras e processo decisório da OEI. Os princípios e as normas que norteiam seu funcionamento não seriam modificados, sendo eles, respectivamente: 1) a forma da moeda internacional; 2) a dimensão hierárquica do sistema; 3) o grau de mobilidade de capitais; 4) o regime de câmbio; e 1) as três características da moeda em âmbito nacional e internacional; 2) a moeda referencial é sempre do país hegemônico; 3) a livre mobilidade de capitais; 4) o regime de câmbio flutuante.

Segundo Marcos Faro, o interesse acadêmico pelos regimes internacionais resultou de uma evolução a partir de uma preocupação com o tema da “governança internacional”, correspondente a questão: “Como a moderna Sociedade das Nações governa a si mesma?” (CASTRO, 2005). A governança internacional é o resultado das ações das organizações internacionais em seus atributos formais, tais como estatutos, procedimentos de votação, estrutura de comitês entre outros (CASTRO, 2005).

As regras e o processo decisório da OEI, os quais as nações emergentes buscam reformar são, respectivamente: 1) a hierarquia entre as moedas; 2) a conversibilidade das moedas; 3) as taxas de juros; 4) a fuga de capitais; e o fortalecimento do G20 como fórum legítimo de discussão dos assuntos internacionais. A troca do G8 pelo G20<sup>24</sup> seria a reforma do processo decisório e democratizaria a tomada de decisões acerca dos rumos da OEI.

Em seguida, os trabalhos acadêmicos passaram a focalizar os processos reais de tomada de decisão das OI, como mostrado no parágrafo anterior. As agendas de pesquisa expandiram-se para incluir investigações a respeito das fontes de influência sobre os processos reais de decisão das OI, destacando o papel do prestígio e o poder dos Estados (CASTRO, 2005).

---

<sup>24</sup>Para mais informações acerca da substituição do G8 pelo G20 ler a Tese de Doutorado de Augusto César Batista de Castro com o título “Ordem e Governança Econômica no Pós-Guerra Fria: Do G7 ao G20”, defendida no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília em 2011.

O terceiro foco de análise dos trabalhos acadêmicos desenvolveu-se acerca do papel organizacional das instituições, ou seja, sua capacidade de resolver problemas em áreas temáticas específicas como as crises econômicas internacionais, por exemplo. Também estão inseridas nesse terceiro foco de análise as falhas das OI em alcançar a solução dos problemas pelos meios institucionais disponíveis, possibilitando que alguns Estados defendam sua reestruturação, ou seja, sua reforma (CASTRO, 2005).

### **1.3 – Considerações Parciais**

Nesse capítulo foram discutidas as diferentes formas de poder e suas respectivas formas de dominação. O poder pode ser classificado em poder relacional (quando o comportamento de um Estado modifica o dos demais atores) e poder por recursos (as capacidades materiais quantificam o poder estatal). Entretanto, o poder por recursos pode ser subdividido de dois modos. O primeiro em poder militar, econômico e *soft*. A segunda subdivisão somente em *hard* e *soft*.

Contudo, ambas as subdivisões podem ser agrupadas da seguinte maneira. O poder militar é classificado como *hard power*, o poder suave é *soft power* e o poder econômico pode ser incluído tanto como *hard* e *soft power*.

Foi explicada também a teoria que embasará o processo investigativo. A teoria de regimes define os regimes internacionais como princípios, normas, regras e processos decisórios acordados pelos Estados acerca de um determinado tema. Vale ressaltar que os princípios e as normas são diferentes das regras e dos processos decisórios. Modificações nos princípios e nas normas são mudanças de regime, enquanto alterações nas regras e processos decisórios são transformações dentro do próprio regime.

Foi exposto que não só o ambiente externo influencia a ação dos Estados nos regimes, mas também o interno. A busca pela construção e cooperação nos regimes internacionais, segundo Andréa Lucena, é um indício da vontade de superação dos problemas econômicos domésticos, a exemplo da RPC. A abertura para o mundo, a adesão à OEI, as reformas econômicas e a assistência técnica que as instituições internacionais vêm dando ao país corroboram ao argumento da autora. A RPC buscou, por meio da integração e cooperação com os regimes internacionais, superar seus desafios e gargalos econômicos nacionais.

Logo, o aumento das capacidades materiais da RPC e a busca pela modernização (reformas econômicas internas dos anos 1970), como será exposto no capítulo seguinte, associados às crises econômicas internacionais (incapacidade dos países desenvolvidos em solucionar sozinhos os problemas mundiais) vão alicerçar as demandas do país asiático por maior poder de decisão na OEI, como será mostrado no capítulo 3. O governo chinês não buscará construir uma nova ordem (alterando seus princípios e normas), mas sim reformá-la (modificando suas regras e processos decisórios), com o intuito de incluir no rol dos países formuladores de regras a RPC.

## **Capítulo 2**

### **Os Modelos para o Desenvolvimento Econômico da República Popular da China**

Nesse capítulo, será estudado na primeira seção o processo de enriquecimento chinês por meio dos seus modelos de desenvolvimento econômico. O primeiro modelo, implantado com o advento da Revolução Comunista de 1949 e, o segundo, com as reformas de Deng Xiaoping nos anos 1970.

Apesar do sucesso relativo de seus modelos de desenvolvimento, sobretudo o proposto por Deng Xiaoping, o país também enfrenta debilidades. Seu sistema financeiro e seus bancos apresentam problemas. O governo busca reformar esse setor da economia para que essas fraquezas sejam eliminadas. Esses aspectos serão apresentados na segunda seção desse capítulo, em conjunto com o papel da Bolsa de Valores de Shanghai para o desenvolvimento e expansão das atividades das empresas que operam em solo chinês.

#### **2.1 – As Distintas Etapas para o Desenvolvimento Econômico da República Popular da China**

Nas duas subseções seguintes serão estudados os dois principais períodos da história econômica contemporânea chinesa. O primeiro período é compreendido entre 1949 e 1978, ou seja, desde o advento da Revolução Comunista de Mao Tsé-Tung até as reformas de Deng Xiaoping. O segundo período é chamado de pós-1978 e vai até os dias atuais. A análise dos modelos de desenvolvimento econômico da República Popular da China (RPC) é de extrema importância para que se possa compreender a alteração de sua postura nos fóruns econômicos internacionais. Parte-se do pressuposto que somente por meio do enriquecimento do país e do aumento expressivo de suas capacidades materiais que foi possível a adoção de uma postura pró-ativa nas instituições internacionais, em destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI).

##### **2.1.1 – O Modelo Econômico entre 1949 e 1978**

Nessa subseção serão apresentadas as características do desenvolvimento da RPC entre os anos de 1949 e 1978. Esse período é de grande importância porque muitos dos

dados apresentados justificam as políticas adotadas a partir de 1978. As medidas econômicas implantadas pelo regime comunista serão o alicerce para as reformas de Deng Xiaoping iniciadas em 1978.

A história da RPC, iniciada em 1949, é marcada pela subida ao poder dos comunistas. O Partido Comunista Chinês encontrou um país destruído tanto por anos de ocupação e humilhação dos japoneses quanto por uma guerra de libertação que buscava livrar o país do domínio europeu (AIGUO, 1999). Após a expulsão dos europeus, a guerra de libertação tornou-se uma guerra civil entre comunistas e não comunistas, chamados nacionalistas. A fuga dos nacionalistas<sup>25</sup> republicanos para Taiwan, fundando a República da China (RC) e pondo fim à guerra civil, deu partida a um período de estabilidade política e recuperação econômica da RPC (AIGUO, 1999).

A chegada dos comunistas ao poder, sob a liderança de Mao Tsé-Tung, trouxe benefícios ao país, mas também representou enormes desafios. Alguns benefícios que a estabilidade política trouxe foram a união nacional (à exceção de Hong Kong, Macau e Taiwan)<sup>26</sup>, a revitalização da nação por meio do desejo estatal de desenvolver o país e a força do governo central, sendo o primeiro um elemento central desde a queda da monarquia (AIGUO, 1999).

Contudo, como já foi dito, o novo governo também enfrentou desafios como a infraestrutura precária, uma agricultura estagnada e um parque industrial irrelevante (AIGUO, 1999). Somam-se a isso a falência fiscal do Estado, uma hiperinflação e um caos social, além dos problemas da guerra da Coreia, em 1950, quando os Estados Unidos da América (EUA) decretaram um embargo comercial à RPC (AIGUO, 1999).

Na busca por soluções rápidas às questões da RPC, os comunistas tomaram diversas medidas, tais como a melhora da resposta governamental aos problemas do país, implantação de reforma agrária, ações estatais visando atender aos mais vulneráveis na sociedade, confisco da propriedade de chineses que se aliaram a estrangeiros nos períodos de guerras, criação de um exército forte e fundamental na restauração da ordem interna, fim das guerras internas e do poder dos senhores regionais, expropriação pelo Estado dos meios de produção e restauração do comércio com as demais nações que havia sido impedido pelo

---

<sup>25</sup>Os nacionalistas republicanos eram liderados por Chiang Kai-Shek e pertenciam ao Partido Kuomintang.

<sup>26</sup>Após a Revolução Comunista de 1949 e a expulsão dos europeus, Hong Kong continuou sendo um entreposto britânico na Ásia, assim como Macau o foi de Portugal. Hong Kong foi devolvida à China em 1997 e Macau somente em 1999. A ilha de Taiwan foi o refúgio dos nacionalistas derrotados por Mao Tsé-Tung na Revolução de 1949, e não está inserida no sistema político do Partido Comunista Chinês. Disponível em: <http://epoca.globo.com/edic/19991227/mundo3.htm> Acesso em: 10 jan. 2013.

embargo dos EUA. Esse bloqueio comercial, por sua vez, forçou a RPC a uma estratégia autárquica de desenvolvimento e de atuação externa.<sup>27</sup>

Com o passar dos anos, o regime comunista controlou com mais força o processo produtivo do país, como resultado da política de expropriação dos meios de produção, antes privados. Em 1956, o Estado já controlava a grande maioria dos meios de produção do país. O rompimento de relações diplomáticas e comerciais de diversos países com a RPC, no contexto da guerra da Coreia, fez com que o governo de Mao estreitasse laços com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na busca não só de apoio externo, mas também de cooperação bilateral.<sup>28</sup>

Entre 1950 e 1956, o comércio exterior da RPC com os países ocidentais caiu de 36% para apenas 8%. O embargo comercial exercido pelos EUA foi decisivo para essa queda. O isolamento chinês só fez estreitar suas relações comerciais com a URSS. O governo de Moscou era a única opção viável como fonte de equipamentos e bens de capital para a construção de novas plantas industriais no país.<sup>29</sup>

A aproximação entre Pequim e Moscou foi celebrada com um acordo comercial em 1950. Tal acordo visava o estabelecimento de uma aliança de 30 anos, onde a URSS apoiaria o desenvolvimento e o comércio exterior da RPC. Contudo, essa aliança não teve longa duração. Os dois países romperam devido à fissuras ideológicas e à negativa soviética de repassar tecnologia nuclear ao regime chinês. Esse rompimento praticamente isolou a RPC do mundo. Assim, seu modelo de desenvolvimento passou a ser alicerçado em recursos nacionais e não mais em alianças ou apoio de outros Estados.<sup>30</sup>

A estratégia pela busca da industrialização foi alicerçada na construção de uma base industrial local e que não tivesse vínculos com terceiros mercados. Acreditava-se que após o desenvolvimento e crescimento dessa indústria nascente o país poderia ser exposto à competição do mercado internacional e, conseqüentemente, ser reintegrado no sistema econômico (AIGUO, 1999).

A política econômica de busca pelo crescimento econômico foi iniciada pela perseguição do pleno emprego nas áreas rurais, por meio da coletivização. A criação de

---

<sup>27</sup>THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>28</sup>*Ibid.*

<sup>29</sup>*Ibid.*

<sup>30</sup>*Ibid.*

fazendas coletivas teve um alto custo para o governo chinês, além de ter gerado inúmeros conflitos fundiários devido à expropriação realizada em terras privadas.<sup>31</sup>

Tanto a expropriação dos meios de produção como das terras produtivas contribuíram para o aumento da taxa de investimento do Estado chinês na economia (AIGUO, 1999). Essa expropriação, por parte do governo, foi utilizada para injetar mais recursos direcionados ao desenvolvimento da indústria. Assim, a taxa de investimento saltou de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1949, para 10% do PIB logo após a revolução comunista de 1949, atingindo 25% do PIB em 1953 (AIGUO, 1999).

Como a RPC não tinha acesso a recursos ou financiamentos externos, os investimentos foram concentrados nos setores industriais pesados e no aumento da capacidade militar independente.<sup>32</sup> O governo concedeu especial atenção às indústrias de base por meio da criação de empresas estatais que pudessem suprir a demanda por artigos de defesa (AIGUO, 1999).

Para que essas metas de industrialização fossem alcançadas, foi elaborado um rígido planejamento central, sem que houvesse abandono da agricultura, e a execução era feita pelo Estado (AIGUO, 1999). Para complementar essas metas, o governo de Pequim adotou uma série de iniciativas para impulsionar o crescimento econômico. Dentre essas iniciativas, pode-se citar o baixo custo dos investimentos por meio de atraentes taxas de juros, baixos preços da energia, matérias-primas e do câmbio (AIGUO, 1999). Com essas ações, a indústria pesada, que respondia por 5% num PIB composto 30% por indústrias, sofreu uma grande transformação, como mostra a tabela 1.

Tabela 1: Percentual de composição do PIB da RPC nos anos de 1949 e 1980.

Setores da Economia	1949	1980
Agricultura	70%	24,6%
Indústria Leve	22,1%	35,4%
Indústria Pesada	7,9%	40,4%

Fonte: Aiguo, Lu. (1999).

<sup>31</sup> THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>32</sup> *Ibid.*

O planejamento estatal era direcionado a todas as instâncias políticas do país (nacional, províncias e cidades). O poder nacional dirigia, executava e fiscalizava tais ações. O governo controlou a escalada dos salários para facilitar o desenvolvimento da indústria pesada até meados de 1978, já que as fazendas coletivas garantiam emprego e bens de subsistência a todos. O desenvolvimento da indústria pesada foi apenas mais um meio de gerar empregos, renda e bens para a população, não submetendo os chineses a apenas empregos, renda e bens oriundos da agricultura.<sup>33</sup>

O país possuía um sistema bancário subordinado ao Banco do Povo da China, que, por sua vez, exercia a função de Banco Central. Contudo, podiam ser encontrados bancos setoriais, como fomentadores da construção civil e da agricultura, por exemplo.

No ano de 1953, o governo centralizou e enrijeceu ainda mais o planejamento do processo de industrialização. O Estado chinês passou a negociar a compra de matérias-primas no lugar das empresas, o que tornou o processo mais burocrático, ineficiente e rígido. Entretanto, esse planejamento rígido e centralizado também teve suas vantagens. Ele configurou uma grande e veloz expansão do setor industrial e, já em 1957, a indústria do país era a que mais crescia na Ásia (AIGUO, 1999).

Entre os anos de 1949 e 1978, a economia da RPC se expandiu a uma taxa média de 5,9% ao ano e o investimento atingiu 35% do PIB (AIGUO, 1999). Um país antes tido como pobre e que atravessou o caos da ocupação estrangeira e de uma guerra civil, tornou-se autossuficiente em energia, além de ter desenvolvido artigos militares como mísseis e a própria bomba atômica em 1964 (AIGUO, 1999). Mesmo com grande desenvolvimento, o país continuou majoritariamente rural na década de 1960 e não possuía uma indústria leve significativa para o consumo de massa. A ausência de relevância no PIB dos bens de consumo ocorreu por uma opção política pelas indústrias pesadas, o que propiciou o desenvolvimento da química, cimento, aço, fertilizantes entre outros.<sup>34</sup>

Nos anos 1970, a indústria pesada, desenvolvida a partir de maciços investimentos governamentais, era capaz de fornecer quaisquer insumos para os demais setores da economia. Contudo, essa produção não era eficiente. Havia muito desperdício e as empresas possuíam pouca autonomia operacional.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup>THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>34</sup>*Ibid.*

<sup>35</sup>*Ibid.*

A opção pela indústria pesada contribuiu para manter o país essencialmente rural. Isso ocorreu porque ela é pouco intensiva em mão-de-obra e, conseqüentemente, não demandou muitos trabalhadores para suas linhas de produção. O processo de industrialização chinês, com baixa ênfase nas indústrias leves para o consumo de massa, retirou poucas pessoas da vida rural para a urbana (AIGUO, 1999). Ademais, o controle estatal sobre o deslocamento da população no espaço territorial reduziu drasticamente o processo de favelização, fenômeno social muito comum em países em desenvolvimento. A RPC manteve uma boa taxa de crescimento econômico, mesmo sob embargo ocidental e sem acesso aos mercados de capitais, financiamentos e investimentos externos (AIGUO, 1999).

Nesse período de desenvolvimento autárquico, o comércio exterior chinês tinha a função básica de comprar as futuras plantas industriais. Para isso, não era primordial um comércio exterior muito intenso (AIGUO, 1999). Mesmo assim, o início do período comunista gerou importantes déficits comerciais com a então URSS. Esses déficits seguidos reforçaram a estratégia de Pequim de obter um desenvolvimento econômico autárquico objetivando o fim do comércio entre Pequim e Moscou, que ocorreu em 1960 (AIGUO, 1999).

Mesmo com o embargo comercial do ocidente (1950-1971), a RPC ainda comercializou com o Japão durante esse período. Com a crise diplomática e o fim do comércio com a URSS, o Japão passou a ser o principal vendedor de plantas de fábricas para a RPC e foi alçado a principal parceiro comercial do país, contribuindo com cerca de 13% das trocas externas do país em média nesse período (AIGUO, 1999).

A política interna da RPC era extremamente dual no período compreendido entre 1949-1978. Se em um determinado momento o comando do governo estava com os mais radicais, que defendiam uma economia autárquica ao extremo, em outro estava com os pragmáticos, que utilizavam a diplomacia e o comércio exterior como ferramenta para desenvolver o país. Mesmo com essa dualidade, a taxa de crescimento das trocas comerciais internacionais chinesas foi em média de 5,3% ao ano entre 1966-1972.<sup>36</sup>

O Estado chinês manteve, durante todo o período entre 1949-1978, controle rígido e centralizado tanto do planejamento quanto da execução dos empreendimentos

---

<sup>36</sup>THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

governamentais. Esse controle facilitou a etapa de desenvolvimento seguinte, ou seja, pós-1978.<sup>37</sup>

Assim, a principal transformação pela qual a RPC passou após 1978 está diretamente relacionada à abertura perante os EUA e ao fim do embargo comercial ocidental (AIGUO, 1999). No período de 1971-1972, os EUA modificaram sua política em relação à RPC, apoiando a aceitação do país como membro das Nações Unidas e do próprio Conselho de Segurança. Em 1972, Richard Nixon visitou a RPC e os acordos assinados puseram fim ao isolamento externo chinês (AIGUO, 1999). O fim do embargo ocidental gerou um crescimento vigoroso do comércio entre a RPC e os EUA, como mostra a tabela 2.

Tabela 2: Comércio RPC-EUA após o fim do embargo ocidental (em milhões de dólares correntes).

Ano Comercial	Exportações dos EUA à RPC	Exportações da RPC aos EUA	Saldo EUA
1972	66	32	34
1975	304	156	148
1980	3755	1059	2696

Fonte: Wu, Jinglian. (2005).

Os EUA tinham interesses nos lucros que poderiam obter ao voltarem a comercializar com o país asiático. A RPC comprava dos EUA todas as tecnologias das quais necessitava e, por sua vez, os EUA obtinham volumosos superávits comerciais com os chineses (AIGUO, 1999).

Nos anos 1970, o comércio exterior chinês passou de US\$ 4,8 bilhões para US\$ 20,6 bilhões, como mostra a tabela 3. Nessa década, após vários anos de déficits comerciais consecutivos, os chineses passaram a se preocupar em desenvolver e produzir bens para a exportação e, assim, sanar essa evasão de divisas estrangeiras (AIGUO, 1999).

Tabela 3: Comércio exterior da RPC entre 1972-1978 (valores em milhões de dólares correntes).

Ano	Exportações	Importações	Total	Crescimento	Saldo
1971	2636	2205	4841	-	431

<sup>37</sup>THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

1972	3443	2858	6301	30,2%	585
1973	5819	5157	10976	74,2%	662
1974	6949	7619	14568	32,7%	-670
1975	7264	7487	14751	1,3%	-223
1976	6855	6578	13433	-8,9%	277
1977	7590	7214	14804	10,2%	376
1978	9745	10893	20638	39,4%	-1148

Fonte: Wu, Jinglian. (2005).

Os resultados alcançados pelas políticas implementadas pelo governo de Pequim abriram espaço para o debate sobre modificações na economia e na política externa (AIGUO, 1999). O Estado chinês não era mais fraco tal como quando os comunistas subiram ao poder. Ao contrário, era um Estado forte, centralizado e capaz de dar respostas aos problemas postos. Soma-se a isso o fato de que as intervenções estrangeiras, como as do século XIX, não faziam mais sentido, até pelo fato de o país contar com numerosas forças armadas e artefatos militares, como a própria bomba atômica (AIGUO, 1999). Contudo, há estudiosos, como Kissinger, que dizem o oposto. O Estado chinês não era tão forte e ainda apresentava inúmeras deficiências internas quanto às respostas efetivas aos problemas e à sua população, a exemplo da grande fome entre 1958-1961 (KISSINGER, 2011).

Assim, entre os anos de 1972 e 1978, a RPC iniciou um processo de transição em sua economia. A abertura comercial ao exterior, a participação na ONU e no Conselho de Segurança foram alguns dos sintomas desse processo (AIGUO, 1999).

Essas alterações na política econômica chinesa serão estudadas na próxima subseção desse capítulo. Nela, serão apresentadas as medidas econômicas relacionadas ao período pós-1978, quando Deng Xiaoping e os tecnicistas assumiram o controle do Estado chinês e empreenderam uma série de reformas que visaram o aumento da produção e da eficiência tanto do Estado como da economia, de um modo geral. A importância da próxima subseção está relacionada diretamente à sua capacidade de ajudar a explicar a atual posição do país no sistema internacional.

### **2.1.2 – O Modelo Econômico pós-1978**

Para se entender o período pós-1978, as primeiras evidências das mudanças estruturais da RPC, na década de 1970, são mandatórias. Esses sinais foram percebidos por

meio de sua política externa onde, em 1971, Henry Kissinger, o então assessor para assuntos de segurança dos Estados Unidos, foi à RPC, em segredo, para agendar a visita do Presidente Richard Nixon ao país. Em 1972, Nixon desembarcou em Pequim e foi recebido por Mao Tsé-Tung com muita simpatia. A grande exposição dessa visita na mídia chinesa marcou a virada da política interna e externa do país (LARDY, 2002).

O encontro entre os dois Presidentes possuiu um objetivo específico para ambos os lados. O líder chinês buscava reafirmar alguma ordem após os estragos provocados pelo Grande Salto Adiante<sup>38</sup> e pela Revolução Cultural, enquanto Nixon tentava reverter sua baixa popularidade devido à Guerra do Vietnã (LARDY, 2002).

Entretanto, as evidências das mudanças internas na RPC estavam centradas na debilidade da saúde de Mao, o que abriu espaço para a reabilitação dos tecnicistas, como Deng Xiaoping. Deng voltou ao posto de vice-Primeiro-Ministro e realizou, em 1974, um discurso na ONU que dizia:

Autoconfiança não significa autoisolamento e rejeição da ajuda exterior. Sempre consideramos benéfico e necessário ao desenvolvimento nacional que os países realizassem intercâmbios econômicos e técnicos, tendo por base o respeito à soberania nacional, a igualdade e o benefício mútuo. (LARDY, 2002)

No ano de 1976, após a morte de Mao, Deng Xiaoping foi preso e expurgado do Partido Comunista Chinês, só retornando ao poder, novamente como vice-Primeiro-Ministro, em 1977. Nasceu, então, o slogan das quatro modernizações nos campos da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Esse período ficou conhecido pela historiografia como o “pragmatismo de Deng Xiaoping” (KISSINGER, 2011).

O resultado dessas políticas foi uma abertura econômica, a partir dos anos 1980, sem nenhuma contrapartida em termos de liberdades civis e políticas (KISSINGER, 2011). As frases que mais ilustram o momento pelo qual a RPC passava foram ditas pelo próprio Deng, então vice-Primeiro-Ministro: “enriquecer é glorioso” e “não importa a cor do gato, desde que ele casse bem os ratos” (LARDY, 2002).

Na política interna chinesa, Deng diferenciou o governo central dos governos locais e as empresas rurais das empresas urbanas, antes misturadas no período maoísta. Com essa distinção, a autonomia local foi restaurada, o que melhorou a capacidade de resposta dos governos e de produção das empresas. Foram criados novos órgãos como a Comissão

---

<sup>38</sup>O Grande Salto Adiante buscava concretizar os ideais maoístas mais abrangentes de desenvolvimento industrial e agrícola. Grande parte do que restava de propriedade privada e incentivos individuais da China foi eliminada à medida que o país era reorganizado em comunas populares compartilhando posses, comida e trabalho (KISSINGER, 2011, p. 186).

Estatal de Planejamento, a Comissão Estatal de Economia, a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia e o Ministério das Finanças, o que, como consequência, gerou uma grande profissionalização dos seus respectivos corpos administrativos.<sup>39</sup>

O sucesso das reformas conferiu a Deng respaldo político e seu poder cresceu no governo. Entretanto, esse poder estava alicerçado em duas forças progressistas: Hu Yaobang e Zhao Ziyang, Secretário-Geral do Partido Comunista entre 1982-1987 e Primeiro-Ministro da RPC entre 1980-1987, respectivamente. Ao passo que o poder de Deng crescia, o legado maoísta foi sendo revisto, ou seja, responsabilizado por perseguições à população e ao Partido no período da Revolução Cultural entre 1966-1969 (LARDY, 2002).

Após a revisão do passado maoísta e do predomínio da visão tecnicista na economia do país, as reformas econômicas presentes no slogan das quatro modernizações puderam ser realmente efetivadas.

No campo da agricultura, os agricultores tiveram a permissão do governo para voltar a comercializar seus excedentes de produção a preço de mercado. Já no ano de 1979, iniciou-se a política de descoletivização do campo que buscava aumentar e melhorar a produção de alimentos. Essa medida, de responsabilidade dos governos locais, baseou-se na distribuição de lotes privados de produção para as famílias chinesas. Essa distribuição de terras impactou diretamente a produção do país, que passou a crescer a uma taxa de aproximadamente 18% ao ano até 1983.<sup>40</sup>

Na indústria, um dos marcos simbólicos foi a Coca-Cola. Em 1978 ela selou um acordo para vender refrigerantes na RPC e, conseqüentemente, abrir uma fábrica de engarrafamento na cidade de Shanghai. Já em 1979, foram abertas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) em quatro províncias chinesas: Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Shantou (LARDY, 2002). Nessas áreas, o governo garantia infraestrutura, mão-de-obra extremamente barata e disciplinada, além de baixos impostos. Inicialmente, os investimentos estrangeiros diretos (IED) estavam restritos a essas regiões do país. Em contrapartida, esperava-se dos empresários uma produção voltada exclusivamente para a exportação e o compromisso de trazer tecnologia avançada. A produção concentrou-se em grande parte na indústria leve como calçados, têxteis e produtos de baixo valor comercial (LARDY, 2002).

Como as ZEE eram as únicas áreas abertas para os investimentos estrangeiros diretos, as demais províncias chinesas tiveram outros dois modelos industriais: Town-

---

<sup>39</sup>RIBEIRO, Valéria L. **A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX.** Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/RIBEIRO\\_VL.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>40</sup>*Ibid.*

Village Enterprises (TVE) e State-Owned Enterprises (SOE). As TVE eram responsáveis, geralmente, pela produção de ferro, cimento, hidroeletricidade, fármacos, produtos químicos, entre outros. Já as SOE cuidavam da seguridade social da população, como a educação, as aposentadorias e a saúde. Ambos os modelos eram financiados pelos bancos estatais chineses.<sup>41</sup>

Um elemento fundamental do crescimento econômico chinês foram os níveis incomparáveis de investimentos em ativos fixos. Esses investimentos chegaram ao máximo de 40% do PIB, sendo que desse montante, 65% correspondiam às SOE, 15% às TVE e 20% ao setor privado. O resultado dessa divisão foi que, ao final dos anos 1980, as estatais respondiam por cerca de 85% do PIB chinês, percentual que só declinou no decorrer dos anos 90 (LARDY, 2002).

A economia chinesa teve um perfil intensamente exportador durante os anos 1980, sendo os IED importantes para os setores exportadores graças à absorção de novas tecnologias e de *know-how* administrativo. O efeito a curto prazo, ou seja, em menos de dez anos, da abertura chinesa para os IED foi a transformação do caráter da economia do país de autárquico para exportador.

No início dos anos 1980, no campo da ciência e tecnologia foram criadas cerca de oitenta e oito universidades em todo o país, com admissão por meio de exames. Essa modificação significou um grande avanço rumo à melhora da qualidade na educação na RPC. Outra medida adotada pelo governo foi o envio de estudantes chineses para nações mais desenvolvidas por meio de intercâmbios. O objetivo dessa vivência no exterior foi aprender técnicas industriais para que pudessem ser aplicadas no contexto interno chinês.<sup>42</sup>

Somam-se a essas medidas os exorbitantes investimentos em pesquisa aplicada e centros tecnológicos que procuravam aumentar tanto quantitativa quanto qualitativamente a participação da RPC na produção científica mundial. Juntas, essas medidas significaram uma grande melhora no sistema educacional do país e na formação de novos profissionais para um mercado de trabalho em franca expansão (LARDY, 2002).

Na economia chinesa dos anos 1990, os IED foram permitidos nacionalmente, mas ainda com algumas restrições, como nos setores de TV e eletricidade. Além da liberação dos IED, o governo central concedeu incentivos ao capital destinado a projetos de alta tecnologia e de “tecnologias verdes” (MEDEIROS, 2000).

---

<sup>41</sup>RIBEIRO, Valéria L. **A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX.** Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/RIBEIRO\\_VL.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>42</sup>*Ibid.*

Outra característica da gestão econômica chinesa foram as adaptações implantadas nas companhias estatais. Houve uma completa reestruturação das SOE nos anos 1990. Se antes estavam focadas na cobertura social da população, passaram a adotar diretrizes estabelecidas segundo o foco estratégico do governo. Esse objetivo foi materializado por meio de uma entrada agressiva em novos mercados, como o da África, por exemplo (MEDEIROS, 2000).

Apesar de o processo de modernização ter sido conduzido pelo Estado, ele não o controlava por completo<sup>43</sup>. No ano 2000, a economia chinesa já não era mais inteiramente controlada pelo Estado, quando cerca de 90% do PIB e 60% da mão-de-obra eram frutos da iniciativa privada. Já em relação aos preços, apenas 5% eram controlados pelo governo e os outros 95% flutuavam de acordo com as leis do mercado (MEDEIROS, 2000).

O crescimento da economia do país foi sustentado pelos altos níveis de investimentos e pelo consumo de sua população, contrariando o pensamento de que as exportações eram seu “carro-chefe”. Esse alto padrão de consumo foi originário da facilidade de crédito concedido pelo governo, que além de estimular o consumo, incrementou a produção da indústria (MEDEIROS, 2000). Mesmo que as exportações não tenham sido o principal motivo da expansão econômica do país, houve um incremento de sua participação no comércio internacional entre os anos de 1978 e 2010, como mostram as tabelas 4 e 5.

Tabela 4: Posição da RPC no ranking comercial mundial de 2010 nos setores de mercadorias e serviços.

Ranking 2010	Exportações	Importações
Mercadorias	1	2
Serviços	4	3

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Tabela 5: Participação percentual da RPC no comércio mundial e sua posição no ranking comercial mundial de 2010.

<sup>43</sup>Controlar a economia está relacionado ao fato de o Estado tomar para si atividades econômicas que poderiam ser desenvolvidas pela iniciativa privada. Já ao conduzir a economia, o Estado simplesmente induz, por meio de incentivos ou subsídios, por exemplo, a que terceiros façam o que lhe é interessante ou estratégico, segundo seus interesses nacionais.

Participação Comercial	Exportações	Importações	Total	Ranking Mundial
2010	4.61%	5.47%	10.08%	3

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

O desempenho da economia da RPC tem sido significativo, nas últimas duas décadas, com um crescimento médio anual de 9,3% entre 1990 e 2004, como mostram as tabelas 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Esse crescimento foi acompanhado por uma grande expansão da participação da RPC no comércio internacional, cujo percentual aumentou de menos de 1% em 1979 para cerca de 8% em 2006.<sup>44</sup>

Tabela 6: PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1981-1985.

Ano	1981	1982	1983	1984	1985
PIB (%)	5.2	9.1	10.9	15.2	13.5
PIB (\$)	168.3	281.2	301.8	310.6	307.0
TI (PIB)	55.0	33.5	34.1	34.8	38.3
Infl. (%)	2.3	1.9	1.5	2.8	9.3
DP (%)	n/a	n/a	n/a	0.9	3.3

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Tabela 7: PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1986-1990.

Ano	1986	1987	1988	1989	1990
PIB (%)	8.8	11.6	11.3	4.1	3.8
PIB (\$)	297.5	323.9	404.1	451.3	390.2

<sup>44</sup>THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

TI (PIB)	38.3	37	37.8	37.2	36.1
Infl. (%)	6.5	7.3	18.8	3.1	3.4
DP (%)	3.2	3.5	4.4	6.4	6.9

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Tabela 8: PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1991-1995.

Ano	1991	1992	1993	1994	1995
PIB (%)	9.2	14.2	14	13.1	10.9
PIB (\$)	409.1	488.2	613.2	559.2	727.9
TI (PIB)	36.1	37.4	44.4	42.2	41.8
Infl. (%)	3.4	6.4	14.7	24.1	17.1
DP (%)	7.4	4.9	6.7	6.1	6.1

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Tabela 9: PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 1996-2000.

Ano	1996	1997	1998	1999	2000
PIB (%)	9.9	9.2	7.7	7.5	8.3
PIB (\$)	856.0	952.6	1,019	1,083	1,198
TI (PIB)	40.4	37.9	37.1	36.5	35.1
Infl. (%)	8.3	2.8	-0.8	-1.4	0.4
DP (%)	6.7	6.5	11.4	13.8	16.4

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Tabela 10: PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 2001-2005.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005
PIB (%)	8.2	9	9.9	10	11.2
PIB (\$)	1,324	1,453	1,640	1,931	2,256
TI (PIB)	36.2	37.8	41.2	43.2	42
Infl. (%)	0.7	-0.7	1.1	3.9	1.8
DP (%)	17.7	18.9	19.2	18.5	17.6

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

Tabela 11: PIB (%), PIB Corrente (bilhões de US\$), Taxa de Investimento (TI – em bilhões de US\$), Inflação (%) e Dívida Pública (DP – em Porcentagem do PIB) entre os anos de 2006-2010.

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
PIB (%)	12.6	14.1	9.5	9.2	10.3
PIB (\$)	2,712	3,494	4,519	4,990	5,878
TI (PIB)	42.9	41.7	44	48.2	48.1
Infl. (%)	1.4	4.7	5.9	-0.6	3.3
DP (%)	16.1	19.5	16.9	17.6	33.8

Fonte: <http://www.imf.org/external/index.htm>

O país tem mantido, desde 1994, um regime cambial que é considerado formalmente um sistema de câmbio flutuante, administrado com uma banda restrita. Contudo, na prática, o que se tem observado é a manutenção de um câmbio fixo, com o yuan atrelado ao dólar.<sup>45</sup> Isso significa, na prática, que com o câmbio desvalorizado e fixo, os produtos chineses se

<sup>45</sup>THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf>  
Acesso em: 22 nov. 2012.

mantêm altamente competitivos no mercado internacional, favorecendo as exportações do país.

A administração da taxa de câmbio na RPC tem sido permitida tanto pelo crescente volume de reservas internacionais, quanto pela existência de controles na entrada e saída de dólares na conta de capitais. A liberalização gradual do sistema cambial chinês tem ajudado a garantir a oferta adequada e prudente de recursos externos, a manter a taxa de câmbio estável e a isolar o mercado financeiro doméstico de flutuações violentas do mercado financeiro internacional, sobretudo das taxas de juros e câmbio externas (SHAMBAUGH; ROBINSON, 2006).

O significativo e agudo processo de acumulação de reservas da RPC, desde o início da década de 1990, derivou tanto dos elevados superávits em conta corrente quanto do aumento da entrada de capitais sob a forma de IED. As reservas internacionais elevadas têm garantido o atendimento da demanda por liquidez em moeda estrangeira, garantindo a estabilidade da taxa de câmbio, o controle da inflação e da taxa de juros para a expansão do crédito doméstico.<sup>46</sup>

A combinação de um excelente desempenho no setor exportador e um aumento significativo em suas reservas internacionais fez com que os índices de vulnerabilidade externa da RPC mostrassem uma situação de extremo conforto, ou seja, a relação dívida externa/PIB, além de ser baixa, declinou entre os anos 1990 e 2002, alcançando cerca de 13,5% do PIB em 2002. Soma-se a isso o fato de sua dívida ser composta de cerca de 70% de títulos de longo prazo, ou seja, o país tem mantido a estrutura de sua dívida externa saudável e com um bom nível de maturidade.<sup>47</sup>

Assim, as dívidas públicas majoritariamente compostas por títulos de longo prazo possuem taxas de juros menores o que, conseqüentemente, faz com que os Estados tenham maior facilidade para resgatá-los, ou seja, rolar sua dívida. Taxas de juros mais baixas e resgate no longo prazo atribuem um caráter saudável à dívida pública. Já as dívidas públicas compostas em grande parte por títulos de curto prazo não são bem vistas porque possuem taxas de juros maiores. Nesse caso, o Estado além de possuir menor tempo para resgatá-los, necessita de uma maior quantidade de dinheiro para efetuar a sua rolagem no mercado internacional.

---

<sup>46</sup>RIBEIRO, Valéria L. **A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX.** Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/RIBEIRO\\_VL.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>47</sup>*Ibid.*

Assim, a RPC vem administrando seu regime cambial de conversibilidade restrita com certo grau de sucesso, tanto no gerenciamento da política macroeconômica como na criação de um ambiente de estabilidade econômica para o crescimento do país.<sup>48</sup> Em particular, o caso da RPC mostra o quanto é importante o estabelecimento de um gerenciamento adequado da conta de capital e da adoção de políticas que busquem a diminuição da vulnerabilidade externa do país (SHAMBAUGH; ROBINSON, 2006).

Em síntese, o crescimento das exportações da RPC, de modo geral, contribuiu para a redução das taxas de vulnerabilidade externa do país e lhe conferiu suas características macroeconômicas atuais.

Por sua vez, a abertura econômica da RPC, por meio da liberalização dos IED e da entrada das multinacionais, impulsionou seu crescimento e dobrou suas taxas de expansão econômica quando comparadas ao período maoísta. Essas medidas na direção da economia de mercado viabilizaram a melhora de seu posicionamento internacional. Sem que essas reformas internas fossem efetivadas, uma inserção chinesa mais pró-ativa no sistema internacional seria inviabilizada. As taxas de crescimento de sua economia no período entre 1949 e 1978 não seriam suficientes para atribuir-lhe capacidades materiais e de colocá-la pró-ativamente na economia internacional (SHAMBAUGH; ROBINSON, 2006).

## **2.2 – O Sistema Financeiro da República Popular da China e a Bolsa de Valores de Shanghai**

Na subseção seguinte será estudado o sistema bancário chinês, suas deficiências e tentativas de reforma por parte do governo de Pequim. Também será analisada a Bolsa de Valores de Shanghai e seu papel no processo de capitalização das companhias que operam no país e, conseqüentemente, da expansão da atividade econômica chinesa.

### **2.2.1 – A Reforma do Sistema Bancário da República Popular da China**

No momento em que a RPC ocupou o lugar de segunda economia mundial em 2011, ela ainda apresentava um sistema bancário ineficiente. O elemento mais vulnerável das

---

<sup>48</sup>RIBEIRO, Valéria L. **A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX.** Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/RIBEIRO\\_VL.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

instituições financeiras do país revelou ser a mistura entre as questões políticas e técnicas. Como não existia essa separação, os empréstimos passaram a ser concedidos baseados em critérios políticos e não técnicos de rentabilidade o que, conseqüentemente, aumentou o volume de créditos irrecuperáveis no balanço dos bancos chineses (TREVISAN, 2006).

À época das reformas de 1978 de Deng Xiaoping, o sistema bancário chinês se concentrava no Banco do Povo da China que, por sua vez, estava subordinado ao Ministério das Finanças. O banco acumulava tanto prerrogativas de Banco Central como as de qualquer banco varejista. Com o advento da abertura econômica, as atividades varejistas foram distribuídas entre quatro instituições estatais distintas: Agriculture Bank of China, Bank of China, China Construction Bank e Industrial and Commercial Bank of China (TREVISAN, 2006).

Os quatro grandes bancos chineses apresentaram problemas semelhantes: interferência política, grandes volumes de créditos irrecuperáveis e gerenciamento ineficiente. Essas características foram resultado do período de forte interferência do Estado na economia, onde o controle estatal sobre os bancos fazia com que os mesmos fossem obrigados a conceder empréstimos às estatais de acordo com os interesses do governo (TREVISAN, 2006).

Os bancos comerciais concediam empréstimos a projetos ou empresas que nem sempre eram viáveis economicamente, o que gerou grandes taxas de inadimplência. Essas empresas e projetos possuíam grandes dificuldades de efetuar o pagamento de seus empréstimos junto aos bancos, ocasionando os créditos irrecuperáveis. A manutenção dessa política de empréstimos, ao longo dos anos, só foi possível graças aos elevados índices de poupança<sup>49</sup> e à garantia de suporte do governo central aos bancos em dificuldades de liquidez.<sup>50</sup>

A entrada da RPC, em 2001, na Organização Mundial do Comércio (OMC), foi um elemento fundamental para o início da reforma do sistema bancário do país. O principal objetivo dessa reforma foi a criação de um ambiente de competição que surgiria quando os bancos internacionais fossem autorizados a operar em solo chinês, o que ocorreu em 2006 (TREVISAN, 2006). Em 1998, foram criadas agências responsáveis por regular e fiscalizar os mercados de capitais e de seguros, a China Securities Regulatory Commission e a China

---

<sup>49</sup>Os elevados índices de poupança eram resultado da falta de opções de investimentos para a população chinesa.

<sup>50</sup>ApexBrasil. **A Internacionalização da Economia Chinesa – A Dimensão do Investimento Direto**. Disponível em: [http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim\\_conjuntura\\_ano=all](http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim_conjuntura_ano=all) Acesso em: 22 nov. 2012.

Insurance Regulatory Commission, respectivamente. Em 2003, a fiscalização e regulação do sistema bancário foi entregue ao China Banking Regulatory Commission. Assim, a RPC passou a ter uma rede completa de agências que regulariam seu sistema bancário.<sup>51</sup>

A principal estratégia do Partido Comunista Chinês para sanear os bancos do país foi baseada na atração de sócios estrangeiros por meio do lançamento de ações no mercado global. A venda dos ativos de seus bancos objetivou forçar as instituições a seguir e aplicar as regras internacionais de contabilidade e transparência, exigidas das empresas de capital aberto (TREVISAN, 2006).

Contudo, havia temores acerca da existência de investidores dispostos a injetar bilhões de dólares em bancos que, além de ineficientes e com créditos irrecuperáveis, continuariam a ser controlados pelo Estado chinês devido à ausência de um plano de privatização. Esses medos foram afastados após a RPC autorizar participações acionárias minoritárias em seus bancos, o que fez com que os investidores internacionais disputassem ferozmente as ações das maiores instituições bancárias do país (TREVISAN, 2006).

Somente em IED, os cinco maiores bancos chineses receberam a quantia de US\$ 27 bilhões entre 2004 e 2006 de instituições como HSBC, Goldman Sachs, Bank of America, Royal Bank of Scotland e American Express. O objetivo desses investimentos era a busca por uma boa posição no mercado bancário do país asiático para quando o governo abrisse seu sistema financeiro ao capital estrangeiro, em 2006. Já o governo, procurava preparar seus bancos e instituições locais para a competição com os novos agentes econômicos que iniciariam suas operações no país.<sup>52</sup>

Os três maiores bancos chineses, além de venderem participações diretas, iniciaram a venda de ações nas bolsas de valores, em 2004. O maior banco do país, o Industrial and Commercial Bank of China, captou cerca de US\$ 11 bilhões no lançamento de suas ações. O segundo maior banco, o Bank of China, captou cerca de US\$ 9,7 bilhões. O terceiro maior, o China Construction Bank, captou cerca de US\$ 9,23 bilhões (TREVISAN, 2006).

Entretanto, o sucesso tanto do lançamento das ações em bolsa de valores como das vendas das suas participações, não neutralizou os problemas estruturais ainda presentes nos bancos e, conseqüentemente, no sistema bancário chinês. O maior problema talvez ainda

---

<sup>51</sup> ApexBrasil. **A Internacionalização da Economia Chinesa – A Dimensão do Investimento Direto.** Disponível em: [http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim\\_conjuntura\\_ano=all](http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim_conjuntura_ano=all) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>52</sup> *Ibid.*

esteja na influência política na concessão de empréstimos e na incapacidade das instituições de avaliarem os riscos dessas operações.<sup>53</sup>

Essas práticas, ainda recorrentes, são herança do período em que o Estado planejava as atividades econômicas do país. Ele pressionava as instituições bancárias para efetuarem empréstimos para empreendimentos de seu interesse, mesmo que seus recursos não fossem mais resgatados.<sup>54</sup> Nas décadas de forte presença do Estado na economia, ou seja, após a revolução de 1949 e, até mesmo após as reformas de 1978, os bancos concederam bilhões em empréstimos às empresas estatais tão ou mais ineficientes que os próprios bancos.

Esse panorama se arrastou até os anos 2000, quando o Estado chinês buscou profissionalizar e tornar seu sistema bancário mais eficiente e rentável. Resta ainda um caminho longo a ser percorrido para se ter o nível de transparência, eficiência e rentabilidade internacional (TREVISAN, 2006).

A política do governo de Pequim, direcionada ao sistema bancário, buscou diminuir a influência do poder local na concessão de empréstimos. O Banco do Povo da China passou por uma profunda reformulação. Em 1998, as filiais em cada província do país foram fundidas em apenas nove escritórios regionais diretamente subordinados a Pequim. Com a transferência de seus poderes regulatórios para a China Insurance Regulatory Commission e a China Securities Regulatory Commission, o Banco do Povo da China pôde se concentrar em suas atividades de Banco Central.<sup>55</sup>

A RPC abriu seu sistema financeiro para a operação de instituições internacionais em 2006. Ela permitiu que essas empresas operassem em todo o território livremente, ao contrário do que ocorria antes, quando só eram autorizadas a trabalhar em algumas cidades e em moeda estrangeira. O ambiente de concorrência criado por essa medida fez com que Pequim pressionasse, ainda mais, para que os Acordos de Basileia<sup>56</sup> fossem implantados pelos bancos nacionais ao administrarem suas atividades.<sup>57</sup>

---

<sup>53</sup> ApexBrasil. **A Internacionalização da Economia Chinesa – A Dimensão do Investimento Direto**. Disponível em: [http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim\\_conjuntura\\_ano=all](http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim_conjuntura_ano=all) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>54</sup> RIBEIRO, Valéria L. **A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX**. Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/RIBEIRO\\_VL.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>55</sup> NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos. **O Sistema Financeiro Chinês**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306) Acesso em: 23 jul. 2012.

<sup>56</sup> Acordos internacionais que estabelecem pontos básicos para o funcionamento dos bancos.

<sup>57</sup> NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos. **O Sistema Financeiro Chinês**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306) Acesso em: 23 jul. 2012.

Não existe um dado exato acerca da quantidade de créditos irrecuperáveis presentes no sistema bancário da RPC. Analistas independentes acreditavam que esse volume poderia estar em cerca de 30% a 40% do PIB do país nos anos 2000, ou seja, algo entre US\$ 660 bilhões e US\$ 880 bilhões (TREVISAN, 2006).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estimou que fossem necessários, entre os anos de 1998 e 2005, cerca de US\$ 280 bilhões para recapitalizar os bancos chineses. Desse montante, o governo de Pequim já gastou o equivalente a US\$ 100 bilhões até 2005, o que fez a organização rever suas previsões e estimar que ainda fossem necessários mais US\$ 280 bilhões adicionais. Esses recursos elevariam o custo final para cerca de US\$ 480 bilhões, ou seja, valor de um quinto do PIB chinês em 2005 (TREVISAN, 2006).

Oficialmente, o governo só reconheceu gastos de recapitalização de US\$ 60 bilhões com três dos quatro maiores bancos do país. O China Construction Bank e o Bank of China receberam, cada um, US\$ 22,5 bilhões e o Industrial and Commercial Bank of China recebeu US\$ 15 bilhões em 2003 (TREVISAN, 2006).

Na busca por sanear seus bancos e torná-los mais eficientes, o governo da RPC criou agências estatais encarregadas de tentar resgatar os chamados créditos irrecuperáveis. Essas agências, as Asset Management Corporations (AMCs) criadas em 1999, receberam dos bancos cerca de US\$ 172 bilhões em créditos irrecuperáveis no mesmo ano. Em 2005, elas receberam do Industrial and Commercial Bank of China e do Bank of China as quantias de US\$ 84 bilhões e US\$ 34 bilhões, respectivamente (TREVISAN, 2006).

Segundo os dados do Banco do Povo da China – o Banco Central local – o total de créditos irrecuperáveis no sistema bancário do país foi reduzido de 17,3% em 2003 para 8,8% em 2005. Entre os quatro maiores bancos do país, o China Construction Bank possuiu a menor taxa de 3,8%, seguido pelo Industrial and Commercial Bank of China com 4,43% e do Bank of China com 5,4%. O Agriculture Bank of China, que ainda não havia iniciado o processo de saneamento, era o reflexo da realidade dos balanços dos bancos do país. No final do ano de 2005, o banco apresentava a taxa de 26,17% de créditos irrecuperáveis.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup>ApexBrasil. **A Internacionalização da Economia Chinesa – A Dimensão do Investimento Direto.** Disponível em: [http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim\\_conjuntura\\_ano=all](http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim_conjuntura_ano=all)  
Acesso em: 22 nov. 2012.

A queda dos créditos irrecuperáveis foi de 25,4% em 2001 para 9,8% em 2005.<sup>59</sup> A maioria dos analistas internacionais considerou que as estimativas governamentais acerca desse volume eram irreais e que o ritmo de expansão do crédito na economia do país dava indícios de que o crescimento desses “créditos podres”. Os bancos não estavam seguindo a orientação de Pequim para restringir novos empréstimos devido à grande pressão de líderes locais do Partido Comunista.<sup>60</sup>

O aumento da liquidez, por meio de novos empréstimos, estimulou novos investimentos e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Mesmo com diversas medidas do governo central na busca por restringir a interferência política na concessão de empréstimos, ela ainda se faz muito presente. O governo buscou tornar essa concessão mais criteriosa, rígida e técnica, nos moldes dos bancos internacionais, afim de não aumentar a taxa de créditos irrecuperáveis no sistema bancário do país.<sup>61</sup>

Em termos gerais, a abertura econômica de 1978 não resultou numa maior diversificação dos empréstimos nos bancos chineses. No início dos anos 2000, cerca de dois terços dos empréstimos ainda eram para as empresas estatais chinesas. Grande parte dessas empresas ainda se mantêm ineficientes e, por sua vez, não terão como arcar com os custos das operações bancárias. Essa ineficiência é a grande causa da existência e do aumento dos “créditos podres” no sistema bancário chinês (TREVISAN, 2006).

Além da pressão das autoridades locais do Partido Comunista pela concessão de empréstimos para investimentos, muitas das vezes, não rentáveis, os escalões médios dos bancos chineses possuem grande inabilidade em avaliar os riscos dos empréstimos concedidos. O presidente do Banco Central da China, Zhou Xiaochuan, disse em um seminário em Pequim no ano de 2006: “Se não colocarmos mais ênfase no controle de riscos, é provável que tenhamos problemas e quando esses problemas ocorrerem o ritmo de reforma e de experimentação poderá sofrer uma grande redução” (*Apud* TREVISAN, 2006).

Autoridades chinesas, que buscaram reformar o sistema, acreditaram ser essencial a presença de sócios estrangeiros para que contribuíssem com a mudança da mentalidade local quanto à concessão de empréstimos. O Partido Comunista esperava que novos sócios estrangeiros transferissem, além da mentalidade de mercado, a tecnologia que aumentasse a eficiência e a lucratividade das instituições do país. O ex-presidente do banco HSBC afirmou que:

---

<sup>59</sup> NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos. **O Sistema Financeiro Chinês**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306) Acesso em: 23 jul. 2012.

<sup>60</sup>*Ibid.*

<sup>61</sup>*Ibid.*

Os bancos sempre refletem a economia que eles servem. O sistema bancário na China herdou muitos problemas, mas, do outro lado, há um novo mercado de crédito imobiliário, crédito para compra de veículos ou empréstimos para companhias privadas. Um novo sistema bancário está sendo construído. (*Apud* TREVISAN, 2006)

Esse novo sistema bancário, que está sendo construído desde o início dos anos 2000, dá aos investidores estrangeiros uma enorme motivação por grandes lucros nas operações no mercado chinês. A taxa de crescimento da economia do país e a população de pouco mais de 1.3 bilhões de habitantes são um apelo quase que irresistível para os investidores privados em sua busca por lucros. Esse interesse ávido por lucros foi materializado em três operações em 2005 (TREVISAN, 2006):

- 1) O Bank of America investiu cerca de US\$ 3 bilhões na compra de 9% das ações do China Construction Bank;
- 2) O Temasek (Firma de Investimentos Asiática localizada em Cingapura) adquiriu 5,1% do capital do China Construction Bank;
- 3) Um consórcio controlado pelo Royal Bank of Scotland comprou 10% das ações do Bank of China, por US\$ 3,1 bilhões.

Após tal euforia na compra dos ativos dos bancos da RPC, ainda serão necessários alguns anos para se avaliar se os estrangeiros que aportaram no sistema bancário chinês fizeram, realmente, um bom negócio. Assim, como disse Liu Mingkang, diretor da Comissão Reguladora dos Bancos, em 2006: “Se o risco de *default* se tornar realidade, as perdas serão imensas” (*Apud* TREVISAN, 2006).

Mesmo com os problemas que o sistema financeiro chinês apresenta, as perspectivas para o seu sistema bancário são animadoras. O governo implementou uma série de medidas para melhorar o funcionamento e a eficiência dos bancos, como a exigência de reservas maiores quando as taxas de créditos irrecuperáveis dos bancos forem altas, além da adoção de práticas bancárias compatíveis com as utilizadas internacionalmente.<sup>62</sup> Outra questão é o incentivo governamental para que bancos e empresas de seguro entrem no mercado de ações. O objetivo desse incentivo foi melhorar o desempenho da Bolsas de Valores de

---

<sup>62</sup> NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos. **O Sistema Financeiro Chinês**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306) Acesso em: 23 jul. 2012.

Shanghai, facilitar o acesso dessas instituições a financiamentos e transferência de tecnologia e pressioná-las a tornar suas atividades e balancetes mais transparentes.<sup>63</sup>

Mesmo sob perspectivas animadoras quanto ao futuro, há também certo ceticismo. Há dúvida quanto à capacidade de Pequim em reformar seu sistema bancário. Entretanto, acreditou-se que o processo de reforma e liberalização do mercado financeiro chinês ocorreu não só por pressão internacional, mas também interna, ou seja, devido à necessidade de tornar suas instituições financeiras mais eficientes e lucrativas.<sup>64</sup>

O domínio do Estado no sistema bancário financiou o extraordinário crescimento chinês na economia real, na ordem de 10% ao ano em média entre 1991 e 2011. O sistema bancário foi utilizado para reformar a economia real do país. Dessa forma, o grande problema, agora visto por estudiosos, é que a reforma do sistema financeiro pode ter, como consequência, um impacto no crescimento da economia, já que o Estado não teria mais o controle sobre os recursos e as decisões de investimentos.<sup>65</sup>

A reforma do setor bancário poderia frear a expansão da economia real, especialmente se o país busca transitar de uma economia de investimentos em curto prazo e manufatureira exportadora para uma economia de investimentos de longo prazo, baseada no consumo interno e no conhecimento. A economia do conhecimento tem, como pré-condição, um eficiente sistema financeiro para o seu financiamento de longo prazo.<sup>66</sup>

O governo chinês ainda controla os depósitos bancários e as taxas de empréstimos, além de sua remanescente participação acionária atribuir-lhe considerável controle sobre os bancos. Os quatro maiores bancos do país, como serão explicitados mais adiante, juntos detêm cerca de 50% do mercado além de receberem uma garantia estatal de cerca de 3% sobre suas operações. Portanto, os bancos vêm favoravelmente os empréstimos para os investimentos das empresas estatais, onde cerca de 90% dos financiamentos das companhias estatais chinesas são obtidos por meio de empréstimos em bancos controlados pelo próprio governo.<sup>67</sup>

Contudo, essa reforma do sistema bancário e o aumento dos seus custos transacionais poderiam diminuir a concessão de empréstimos, tornando-a mais seletiva e técnica. A rigidez quanto à concessão de novos empréstimos poderia baixar as elevadas taxas de

---

<sup>63</sup> NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos. **O Sistema Financeiro Chinês**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306) Acesso em: 23 jul. 2012.

<sup>64</sup> *Ibid.*

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> *Ibid.*

<sup>67</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As Relações Bilaterais Brasil-China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil**. Disponível em: [http://www.cecac.org.br/Docs/Comunicado\\_do\\_Ipea\\_85-08\\_abril\\_2011.pdf](http://www.cecac.org.br/Docs/Comunicado_do_Ipea_85-08_abril_2011.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

crescimento econômico do país.<sup>68</sup> O sistema financeiro da RPC produz elevadas taxas de expansão da atividade econômica porque é forçado, pelo Estado, a subsidiar os empréstimos que vão financiar a expansão das atividades das empresas estatais.

Enquanto as taxas de crescimento se mantiverem elevadas e os investimentos não estiverem sendo desperdiçados, os retornos ao sistema bancário estarão garantidos. A partir do momento em que os investimentos não estiverem mais sendo totalmente alocados e as taxas de expansão desacelerarem, os níveis de inadimplência perante aos bancos aumentará, criando uma situação insustentável e perigosa.<sup>69</sup>

O país conseguiu manter sua taxa de crescimento em cerca de 7% e 8% durante algum tempo com investimentos na construção de sua infraestrutura. Segundo alguns analistas, porém, é importante que reformas na economia sejam feitas para que essas taxas se mantenham após a maturação desses investimentos.<sup>70</sup>

Externamente, o país também sofre pressões. Com seu objetivo de internacionalizar o yuan, o governo precisa abrir sua conta de capital e permitir que o dinheiro de investidores nacionais e internacionais entre e saia do país com mais facilidade. Segundo Wendy Dobson, professora da Faculdade Joseph L. Rotman de Administração da Universidade de Toronto, se a RPC continuar a ser o maior exportador e o segundo maior importador do planeta, além de aspirar transformar sua moeda em uma das aceitas como reserva de valor internacional, será imprescindível que a reforma de seu sistema financeiro seja realizada entre os próximos cinco a dez anos. Entretanto, uma liberalização ampla no país não poderá ser feita enquanto os bancos não interromperem seus gastos fiscais como se fossem o próprio Estado.<sup>71</sup>

Enquanto na Europa os gastos fiscais dos países são de aproximadamente 45% do PIB e nos EUA de 30% do PIB, na RPC eles são de apenas 28%. As despesas do Estado chinês são baixas porque seu governo gasta por meio dos bancos. Os recursos para financiar a expansão das empresas estatais chinesas, da infraestrutura e dos gastos de custeio são provenientes dos bancos públicos e não do orçamento nacional. Logo, esse financiamento não é contabilizado como gasto fiscal do ano corrente.<sup>72</sup> Não há problemas nessa relação

---

<sup>68</sup>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As Relações Bilaterais Brasil-China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil.** Disponível em: [http://www.cecac.org.br/Docs/Comunicado\\_do\\_Ipea\\_85-08\\_abril\\_2011.pdf](http://www.cecac.org.br/Docs/Comunicado_do_Ipea_85-08_abril_2011.pdf) Acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>69</sup>*Ibid.*

<sup>70</sup>TIME Business. **China's Antiquated Financial System: The Creaking Grows Louder.** Disponível em: <http://business.time.com/2012/06/05/chinas-antiquated-financial-system-the-creaking-grows-louder/2/> Acesso em: 23 jul. 2012.

<sup>71</sup>*Ibid.*

<sup>72</sup>*Ibid.*

entre os gastos dos bancos e do governo chinês, desde que os empréstimos sejam pagos para que não se criem créditos irrecuperáveis.

Como reformar esse sistema extremamente dependente dos depósitos dos pequenos poupadores? Será que as instituições financeiras chinesas são fortes o suficiente para serem reformadas e sobreviverem em um novo cenário onde os depósitos já não serão algo certo em seus balanços contábeis?<sup>73</sup> Ainda não há respostas ou soluções concretas para essas questões.

### *A Bolsa de Valores de Shanghai*

Uma das bolsas de valores mais lucrativas do mundo entre 1991 e 2011 foi a Bolsa de Shanghai. A *Shanghai Stock Exchange* (SSE) foi fundada em 29 de novembro de 1990 e entrou em operação no dia 19 de dezembro do mesmo ano, baseando seu desenvolvimento nos princípios da “legislação, supervisão, auto-regulação e standardização” para criar transparência, abertura, segurança e eficiência. Ela é uma instituição diretamente dirigida pela China Securities Regulatory Commission.<sup>74</sup>

A SSE se esforça para realizar uma série de funções, como prover facilidades e um lugar de segurança para os negociadores e a formular regras para os negócios. Além dessas atribuições, a bolsa também opera a aceitação e a organização das companhias listadas, o monitoramento da segurança das transações, a regulação dos membros e das companhias, além da disseminação das informações do mercado.<sup>75</sup>

Após muitos anos de operação, a Bolsa de Valores de Shanghai se tornou a mais preeminente na RPC em termos de número de empresas listadas, valor total de mercado, número de ações listadas, valor de mercado comercializável, valor de negócios mobiliários listados, valor de negócios mobiliários em estoque e valor de negócio em T-Bond.<sup>76</sup> Em dezembro de 2006, terminou com mais de 41 milhões de investidores e 842 companhias listadas, como mostrado na tabela 12.

Tabela 12: Valor de mercado e o número das companhias listadas na SSE.

---

<sup>73</sup>TIME Business. **China's Antiquated Financial System: The Creaking Grows Louder**. Disponível em: <http://business.time.com/2012/06/05/chinas-antiquated-financial-system-the-creaking-grows-louder/2/> Acesso em: 23 jul. 2012.

<sup>74</sup>Bolsa de Valores de Shanghai. Disponível em: [http://www.sse.com.cn/sseportal/en\\_us/ps/home.shtml](http://www.sse.com.cn/sseportal/en_us/ps/home.shtml) Acesso em: 24 jul. 2012.

<sup>75</sup>*Ibid.*

<sup>76</sup>*Ibid.*

Ano	Valor de Mercado ( <i>em bilhões de yuans</i> )	Número de Companhias Listadas
1991	29,43	8
1992	558,04	29
1993	2206,02	106
1994	2600,13	171
1995	2525,66	188
1996	5477,81	293
1997	9218,06	383
1998	10625,92	438
1999	14580,47	484
2000	26930,86	572
2001	27590,56	646
2002	25363,72	715
2003	29804,92	780
2004	26014,34	837
2005	23096,13	834
2006	71612,38	842

Fonte: Bolsa de Valores de Shanghai (*Shanghai Stock Exchange*)

O total de capitalização foi de cerca de 7 bilhões de yuans, onde um grande número de empresas industriais, de infraestrutura e de alta tecnologia não apenas levantaram capital para suas operações, mas também melhoraram seus mecanismos de operação e eficiência por meio da listagem em bolsa de valores. Essa valorização foi de mais de 210% quando comparada ao ano anterior, quando foi de cerca de 2 bilhões de yuans.<sup>77</sup>

A SSE está diante de uma grande oportunidade, que também é um desafio, de impulsionar um mercado em construção e regulá-lo. A combinação das facilidades de setores econômicos de vanguarda com as políticas favoráveis na província de Pudong, onde está localizada a cidade de Shanghai, fazem a SSE estar plenamente empenhada tanto no sucesso da reforma das empresas estatais como no desenvolvimento na cidade de um centro financeiro internacional de grande confiança dos investidores de todo o mundo.<sup>78</sup>

<sup>77</sup>Bolsa de Valores de Shanghai. Disponível em: [http://www.sse.com.cn/sseportal/en\\_us/ps/home.shtml](http://www.sse.com.cn/sseportal/en_us/ps/home.shtml) Acesso em: 24 jul. 2012.

<sup>78</sup>*Ibid.*

A infraestrutura que opera toda a Bolsa de Shanghai é um dos sistemas computadorizados mais avançados e eficientes do mundo. O modo como se opera a bolsa internamente é extremamente importante porque será ele quem ditará o ritmo das operações, ou seja, quanto mais eficiente for o sistema, maiores quantidades de negócios poderão serem feitas no mesmo dia, o que aumentaria a lucratividade. O computador central é capaz de executar 29 milhões de ordens e processar cerca de 60 milhões de transações numa velocidade de 16.000 operações por segundo.<sup>79</sup>

A SSE possui uma rede sofisticada de satélites de alcance mundial onde, além das mais completas funções, também tem um grandioso número de usuários e ampla cobertura. Seu sistema é alicerçado em mais de 3.000 subestações de sentido único e 1.800 subestações de duplo sentido. A Bolsa de Shanghai opera em tempo real e monitora as atividades do mercado sob um sistema moderno de segurança que encontra enorme demanda nas operações de compra e venda das ações.<sup>80</sup>

O moderno sistema de operações da SSE realiza negócios totalmente eletrônicos, ou seja, sem o auxílio de papel, e todas as transações são realizadas de acordo com o princípio do preço e da prioridade. As ordens de negócios podem ser enviadas para a central de operações por meio dos terminais da bolsa e pelos computadores das corretoras cadastradas, sendo ao todo cerca de 5.000 terminais.<sup>81</sup> A bolsa possui um ambiente de cerca de 3.600 metros quadrados para suas atividades, o que faz dela uma das maiores em área física de toda Ásia. Seu sistema de satélites e sua rede de telecomunicação podem realizar e transmitir as transações em tempo real para todo o país e o mundo.<sup>82</sup>

Todas as bolsas de valores formulam índices que medem o seu desempenho. No caso da Bolsa de Valores de Shanghai é o *Shanghai Stock Exchange 180* (SSE 180). O SSE 180 é uma carteira de ações com as cento e oitenta principais companhias do mercado chinês.<sup>83</sup> Quando é noticiado que a bolsa fechou em baixa é porque a média entre as ações que estão listadas na carteira sofreram desvalorizações e vice-versa. Os índices formulados pelas bolsas de valores são para uma carteira de ações, e não para cotas individuais.

Já a maneira de se quantificar a rentabilidade da carteira de ações, medida por meio do índice, é pelos pontos. Quando se afirma que o índice da Bolsa de Shanghai se valorizou

---

<sup>79</sup>Bolsa de Valores de Shanghai. Disponível em: [http://www.sse.com.cn/sseportal/en\\_us/ps/home.shtml](http://www.sse.com.cn/sseportal/en_us/ps/home.shtml) Acesso em: 24 jul. 2012.

<sup>80</sup>*Ibid.*

<sup>81</sup>*Ibid.*

<sup>82</sup>*Ibid.*

<sup>83</sup> Faculdade Assis Gurgacz. **Bolsa de Valores.** Disponível em: <http://www.fag.edu.br/professores/eduardo/Outros/Bolsa%20de%20Valores%20-%20Apostila.pdf> Acesso em: 24 jul. 2012.

e que fechou o ano de 2006 em 71.612,38 pontos, por exemplo, significa que quem possuísse nesse dia uma carteira de ações igual à da bolsa, possuiria 71.612,38 yuans em ações.<sup>84</sup>

Entretanto, qual a importância das bolsas de valores para uma economia? Quando as empresas buscam vender suas ações na bolsa, seu principal objetivo é se capitalizar para investir esses recursos na produção e eficiência da companhia e, assim, aumentar seu faturamento e lucro.<sup>85</sup> A simples proibição da bolsa de valores seria trágico para um país porque as companhias ficariam limitadas quanto ao financiamento da expansão de suas operações em: conseguir um empréstimo em um banco, se autofinanciar ou encontrar alguém com dinheiro que desejasse se tornar sócio da empresa.

Para além do financiamento das atividades de empresas, os negócios em bolsa de valores geram, indiretamente, empregos, renda para os trabalhadores e impostos para o governo. Se esse capital, ao invés de investido na bolsa estivesse em outros investimentos ou na própria caderneta de poupança, o impacto na economia real de um país seria bem menor.<sup>86</sup> A bolsa de valores é importante porque indica o patrimônio das companhias listadas e é mais um dos mecanismos que contribuem para o crescimento econômico de um país.

### **2.3 – Conclusões Parciais**

Nesse capítulo foram discutidos os diferentes ciclos de crescimento da economia da RPC em distintos períodos da história política e econômica do país. Os efeitos de ambos os ciclos estudados na economia do país foram complementares e podem ser vistos como parte do processo de enriquecimento chinês.

Após a Revolução Comunista de 1949, capitaneada por Mao Tsé-Tung, inúmeras medidas econômicas foram introduzidas, suprimindo os pressupostos capitalistas na busca pelo socialismo, sempre tendo como objetivo o crescimento da economia do país. O resultado da implantação de medidas socialistas foi uma razoável expansão da economia. Entretanto, pelo tamanho da população da RPC e suas necessidades materiais, o ritmo de crescimento não foi suficiente para suprir a gigantesca demanda por bens e serviços.

---

<sup>84</sup>Bolsa de Valores de Shanghai. Disponível em: [http://www.sse.com.cn/sseportal/en\\_us/ps/home.shtml](http://www.sse.com.cn/sseportal/en_us/ps/home.shtml) Acesso em: 24 jul. 2012.

<sup>85</sup>*Ibid.*

<sup>86</sup>*Ibid.*

Com a morte de Mao e a subida ao poder de Deng Xiaoping, inúmeras reformas foram realizadas na busca pela eficiência da economia e do Estado. A produtividade da economia deveria aumentar para oferecer maiores quantidades de bens e serviços de melhor qualidade. O Estado, por sua vez, deveria se tornar mais rápido em suas respostas quanto às demandas da sociedade. O resultado das reformas de 1978 foi o aumento do já razoável crescimento da economia da RPC. As taxas de expansão da economia do país mais que dobraram. Se na era Mao estavam em torno de 4%, no período de Deng passaram para cerca de 10% ao ano.

A expansão da economia chinesa também produziu efeitos nas áreas comercial e financeira. O país se tornou um grande importador e exportador mundial, recebendo vultuosas quantias de dólares norte-americanos que possibilitaram o país ser não só o maior credor da dívida pública dos EUA mas também o detentor da maior reserva internacional mundial, com cerca de US\$ 3 trilhões.

O crescimento das capacidades materiais chinesas alicerçou a ambição do país em se tornar mais pró-ativo e deter maior poder de decisão nas instituições internacionais. O processo de integração da RPC na economia internacional contribuiu para o enriquecimento de sua economia doméstica, como defendido por uma variável da teoria de regimes vista no capítulo 1. A abundância de recursos materiais habilitou Pequim a defender a reforma da Ordem Econômica Internacional (OEI) por meio da inclusão das nações emergentes no rol dos países formuladores de regras. Ao final do capítulo, pode-se afirmar que a RPC possui poder por recursos materiais, sendo que seu crescimento econômico lhe proporcionou riquezas que podem ser utilizadas para financiar seu projeto de ganho de poder na OEI.

As oportunidades presentes no sistema internacional são a outra variável inerente a teoria de regimes, o que explica as reivindicações chinesas e as propostas de reforma da ordem que serão debatidas no capítulo 3. Essas oportunidades podem ser traduzidas ou vislumbrada pelos Estados como um meio de influenciar as regras da OEI e, conseqüentemente, alterar os resultados/comportamentos dos demais atores envolvidos. Segundo Pequim, a agenda reformista é pertinente porque os países desenvolvidos já não conseguem solucionar os problemas econômicos mundiais sem o auxílio das nações emergentes.

### **Capítulo 3**

## **A Ordem Econômica Internacional e a República Popular da China**

A Ordem Econômica Internacional (OEI) vigente foi concebida no final da Segunda Guerra Mundial. Seus três pilares são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (antigo GATT). Os princípios, normas, regras e processos decisórios da OEI foram acordados entre os países capitalistas vencedores do conflito em 1945. Os Estados Unidos da América (EUA), o grande vencedor, viram sua moeda tornar-se a referência para a economia internacional. Os demais países, sem muitas opções, aceitaram tal condição.

Num mundo em que poucos países possuem moedas conversíveis e apenas uma nação emite a divisa referencial do sistema, privilégios são instituídos e uma hierarquia, mesmo que informal, é estabelecida. Enquanto os países desenvolvidos conseguiram solucionar os problemas econômicos mundiais sozinhos por meio do G8, a ordem funcionou satisfatoriamente e não foi contestada.

A partir do momento em que as nações desenvolvidas recuaram em sua participação proporcional no Produto Interno Bruto (PIB) mundial em detrimento dos países emergentes, a situação se modificou na década de 1990. Os países ricos passaram a necessitar dos recursos e do auxílio dos emergentes para elucidar problemas econômicos internacionais. O Grupo dos Oito (G8) sozinho deixou de ser legítimo para conduzir a economia internacional e foi considerado insatisfatório na solução das crises mundiais. O Grupo dos Vinte (G20) tornou-se, assim, o fórum legítimo, graças a sua maior representatividade, no qual seriam debatidas questões econômicas de alcance global.

Agora imprescindíveis nas negociações internacionais, os países emergentes passaram a pleitear mais participação e poder de decisão na reforma das regras da OEI. Segundo eles, a nova ordem deve incluí-los verdadeiramente como fazedores de regras e não tomadores, como anteriormente.

Nas próximas duas seções desse capítulo, respectivamente, serão abordados a construção da OEI vigente, datada do Pós-Segunda Guerra Mundial, e as propostas de reforma defendidas pela República Popular da China (RPC). O objetivo desse capítulo é mostrar a estrutura da OEI e suas implicações no funcionamento das organizações

internacionais (OI) que a compõem, além das consequências de uma reforma nos moldes defendidos pelos países emergentes.

### **3.1 – Os Sistemas Monetário e Financeiro Internacional do pós-Segunda Guerra Mundial**

A reforma da OEI, nos moldes defendidos por Pequim, incluiria os países emergentes no rol das nações detentoras de moedas conversíveis, o que lhes atribuiria grande poder econômico. Os privilégios e a hierarquia cristalizados pela ordem vigente impedem que os países emergentes alcancem um maior poder de decisão na arena internacional, o que aprofunda ainda mais as já desiguais relações econômico-financeiras internacionais.

Parte-se da premissa que esse aprofundamento produz o descolamento entre a participação proporcional dos países emergentes no PIB mundial e sua real contribuição na formulação da reforma das regras que norteiam a OEI.

Nessa seção serão analisadas as características dos sistemas monetário e financeiro internacional. O conhecimento do funcionamento desses sistemas é imprescindível para se compreender o ímpeto reformista dos países emergentes, a exemplo da RPC.

#### **3.1.1 – As Características dos Sistemas Monetário e Financeiro Internacional**

O sistema monetário que emergiu no final da Segunda Guerra Mundial ficou conhecido como Arranjos de Bretton Woods. Nele, foi acordado o padrão ouro-dólar, a partir do qual os EUA fixaram uma quantidade de ouro em relação a um valor de dólares norte-americanos. Essa convertibilidade foi assegurada pelo Federal Reserve (FED), Banco Central do país. Os demais países fixaram suas moedas em relação ao dólar e, implicitamente, tiveram suas moedas convertidas também em relação ao ouro. Imperavam o controle dos fluxos de capitais e o regime de câmbio fixo entre os países (SATO, 2012).

Em termos gerais, o sistema monetário internacional pode ser definido por meio de quatro características específicas como: 1) a forma da moeda internacional; 2) a dimensão hierárquica do sistema; 3) o grau de mobilidade dos capitais; e 4) o regime de câmbio.

Essas características, segundo Keynes, moldaram o sistema financeiro internacional como será visto mais adiante (KEYNES, 1980). Já a moeda nacional deve desempenhar três características básicas no âmbito interno: 1) meio de liquidação das transações e dos contratos; 2) unidade de conta; e 3) reserva de valor.

A moeda internacional, por sua vez, deve desempenhar as mesmas características de uma moeda nacional como descritas no parágrafo anterior, contudo em âmbito internacional (PRATES, 2005). A não existência de uma moeda internacional fez com que um acordo hierárquico, que refletisse as relações de poder entre os países centrais, estabelecesse uma moeda referencial e um regime cambial entre os participantes. No geral, a moeda referencial é a moeda nacional do país hegemônico no sistema internacional, a exemplo da libra esterlina no século XIX e do dólar norte-americano no século XX (PRATES, 2005).

A colocação do dólar como a moeda referencial do sistema baseou-se no poder econômico dos EUA, na importância de suas instituições financeiras e na dimensão de seu mercado interno (SATO, 2012). A utilização do dólar nas transações internacionais cumpre três objetivos para os investidores globais: liquidez instantânea em qualquer mercado, segurança nas operações de risco e unidade de conta da riqueza financeira virtual. A moeda norte-americana passou a desempenhar o papel de moeda referencial internacional, onde os títulos da dívida pública dos EUA passaram a ser o refúgio seguro para os mercados em momentos de turbulência e incerteza (BELLUZO, 1997).

No pós-guerra imediato, a falta de liquidez foi um empecilho para a retomada das relações econômicas internacionais. A excessiva concentração das reservas internacionais de ouro nas mãos de um único país, os EUA, tornou-se um problema central. Enquanto a Grã-Bretanha buscava tornar os países mais autônomos quanto às suas transações e processos de ajustamento econômico, os EUA defendiam o Fundo Monetário Internacional (FMI) como a instituição principal para esse papel. O FMI seria o estabilizador do sistema monetário (SATO, 2012).

As divergências quanto às posições britânica e norte-americana mostravam seus respectivos papéis na elaboração da nova ordem. Os EUA eram o maior credor internacional e a Grã-Bretanha tinha acumulado vultuosas dívidas devido especialmente ao conflito armado findo em 1945. Os britânicos defendiam uma união de pagamentos que proporcionasse aos países um mecanismo de saques de recursos baseados nos níveis de participação no comércio antes da Segunda Guerra Mundial. Aproximadamente de US\$ 25 a US\$ 30 bilhões deveriam ser colocados no sistema para alicerçar e estimular as transações internacionais (SATO, 2012).

O problema foi que esses recursos só poderiam ser disponibilizados pelo Tesouro dos EUA e a visão do governo deste país era bastante diferente. O FMI deveria ter o poder de questionar os empréstimos e também impor um prazo para o pagamento. Segundo o governo de Washington, a estabilidade deveria servir ao desenvolvimento da economia internacional e não o contrário, como defendiam os britânicos (SATO, 2012).

Os recursos depositados no FMI se revelaram insuficientes para destravar as transações internacionais. Dos US\$ 25 a US\$ 30 bilhões defendidos pelos britânicos, o FMI recebeu um montante inicial de US\$ 8,8 bilhões. Além de escassos, os recursos do FMI se tornaram menos atraentes aos países demandantes porque os saques anuais foram limitados a 25% da cota de participação do país na instituição (SATO, 2012).

Contudo, a preferência do FMI pela estabilização em detrimento da expansão das transações internacionais não significou que os norte-americanos fossem omissos quanto aos problemas de liquidez e crescimento econômico. Por meio do Programa de Recuperação Européia – como ficou conhecido o Plano Marshall – algo em torno de US\$ 41 bilhões foram transferidos para a Europa por meio de empréstimos, ajuda e investimentos de longo prazo entre os anos de 1945 e 1952 (SATO, 2012). O mundo viveu os anos dourados do capitalismo mundial que foi interrompido pelo primeiro choque do petróleo em 1973.

O colapso dos Arranjos de Bretton Woods<sup>87</sup>, em 1971, ocorreu quando o Presidente Richard Nixon decretou o fim da convertibilidade ouro-dólar. O novo sistema monetário também se alicerçou nesse acordo hierárquico, cuja moeda referencial escolhida continuou sendo o dólar norte-americano, mas implantou algumas alterações acerca do regime de câmbio, que passou a ser flutuante, e da mobilidade de capitais entre os países, que se tornou sem restrições (PRATES, 2005).

Uma das medidas tomadas pela Europa após a oficialização da não convertibilidade foi o “*snake in the tunnel*”. Este consistiu no estabelecimento de uma “banda” menor de variação para as moedas dos países integrantes da Comunidade Econômica Européia (CEE) em relação à “banda” de 4,5% acordada junto ao FMI. As moedas européias puderam variar apenas 2,5% e os governos do continente se comprometeram a intervir nos mercados de câmbio para assegurar a taxa negociada (SATO, 2012).

---

<sup>87</sup>Bretton Woods é uma cidade no estado norte-americano de New Hampshire. A importância dos acordos reside na elaboração do regime econômico internacional do pós-Segunda Guerra Mundial por meio da criação do FMI, do Banco Mundial e da Organização Internacional do Comércio (OIC). A implantação da OIC não ocorreu porque o Congresso dos EUA não ratificou a participação do país na instituição. Sem a participação do país mais importante economicamente da época, a instituição foi inviabilizada. No seu lugar foi criado o GATT – *General Agreement on Trade and Tariffs* – que deixou de existir na Rodada Uruguai em 1993, mas está no alicerce constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC). Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/pesquisa\\_debate/05\\_24\\_07\\_def.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/pesquisa_debate/05_24_07_def.pdf) Acesso em: 03 fev. 2013.

O sistema de Bretton Woods, que regulava as paridades fixas das moedas em relação ao dólar norte-americano e do mesmo quanto ao ouro, procurou impor uma severa restrição aos movimentos dos capitais privados porque sua principal preocupação se referia aos fluxos especulativos de curto prazo, que, acreditava-se, teriam sido uma das principais causas da crise dos anos 1930. Por outro lado, os capitais produtivos e de longo prazo foram estimulados (SATO, 2012).

As últimas duas características do sistema monetário descritas no início dessa seção, quais sejam, a mobilidade de capitais e o regime de câmbio flutuante, estão intrinsecamente relacionadas. O colapso de Bretton Woods e o advento da livre mobilidade de capitais exigiram uma maior flexibilidade da taxa de câmbio da moeda referencial em relação às demais para que os impactos do seu excesso ou escassez fossem absorvidos pela economia (EICHENGREEN, 1996). Assim, se o dólar norte-americano estivesse em abundância numa determinada economia, sua cotação tendia a se desvalorizar e o oposto também é verdadeiro. O câmbio enrijecido impossibilitava que o mercado absorvesse a abundância ou a falta da moeda numa economia.

Contudo, esse novo regime cambial, num ambiente de livre mobilidade de capitais, não resultou numa maior estabilidade das taxas de câmbio. Seu principal efeito foi uma grande volatilidade tanto do câmbio como dos juros (BELLUZZO, 1995).

O aumento dos fluxos de capitais transfronteiriços de curto prazo contribuiu para a elevação dos desequilíbrios econômicos sistêmicos. Esses desequilíbrios puderam ser identificados por meio da especulação excessiva e das distorções que criaram instabilidades nos mercados internacionais. Esses problemas persistem há muitos anos e foram o início de muitas crises financeiras de caráter global (MINGQI, 2009).

Assim, num ambiente de mercados organizados e com grande liquidez, o pensamento empresarial e produtivo tornou-se subordinado ao especulativo e virtual, ou seja, à riqueza não material. A lógica da globalização financeira no sistema financeiro internacional, aliada à grande mobilidade de capitais e ao câmbio flutuante, passou a direcionar os investidores por meio do pensamento especulativo (PRATES, 2005).

A dominância do financeiro em detrimento do produtivo refletiu a emergência de um outro padrão de medição e gestão da riqueza: a “financeirização” (BRAGA, 1997). Se antes possuir fortuna era ser proprietário de bens materiais, as riquezas passaram a ser mensuradas pela quantidade de dinheiro movimentado nos sistemas financeiros, sem necessariamente produzir um único bem material. A especulação tornou-se o comportamento padrão entre os

agentes econômicos relevantes no sistema financeiro internacional e não apenas em momentos esporádicos, como expansões ou crises econômicas (PRATES, 2005).

Essa “financeirização” influenciou fortemente o comportamento das empresas multinacionais. Os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) e indiretos (IEI) ganharam grande importância, no contexto de fusões e aquisições de empresas, na valorização do patrimônio e na geração de riquezas. A volatilidade desses investimentos atribuiu centralidade ao sistema financeiro dos Estados e aos seus balanços de pagamentos (HELLEINER, 1994).

Assim, o perfil volátil dos fluxos financeiros internacionais explicou a maior vulnerabilidade dos países emergentes, inclusive da RPC, às crises financeiras dos anos 1990. Essas crises estavam intrinsecamente relacionadas ao caráter assimétrico dos sistemas monetário e financeiro internacional (ORLÉAN, 1999). A assimetria monetária é relativa à hierarquia das moedas que compõem o sistema internacional. Contudo, essa hierarquia não é algo exclusivo do sistema contemporâneo, sendo que desde a elaboração do padrão ouro como sistema de conversão das moedas em relação ao ouro, já existia uma hierarquia entre as moedas sistêmicas (PRATES, 2005).

As assimetrias nos sistemas monetário e financeiro internacional surgiram de acordo com a distribuição das capacidades materiais de cada ator no momento da negociação para a elaboração da OEI no pós-Segunda Guerra. No sistema monetário, a assimetria está presente nos privilégios concedidos a alguns países no que tange a aceitação de suas moedas como meio de pagamento e reserva de valor no âmbito internacional. Já no sistema financeiro, a assimetria está presente, principalmente, nos fluxos de investimentos. Enquanto os recursos internacionais se alocam majoritariamente entre as economias desenvolvidas, as em desenvolvimento se posicionam na margem do sistema financeiro internacional quanto ao destino dos IED. Isso aprofunda o já enorme abismo econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O dólar norte-americano é a moeda referencial do pós-Segunda Guerra Mundial e está localizada no centro sistêmico. As demais moedas se posicionam hierarquicamente em relação à moeda dos EUA, sendo as mais próximas às conversíveis emitidas pelos demais países centrais (PRATES, 2005). As mais distantes do núcleo monetário são as moedas emitidas pelas nações emergentes, ou seja, as moedas não-conversíveis. A conversibilidade das moedas está diretamente relacionada à sua aceitação como meio de liquidação das transações e dos contratos, unidade de conta e reserva de valor. Assim, para uma moeda ser completamente conversível, ela precisa desempenhar em âmbito internacional todas as

funções que desempenha em ambiente interno (PRATES, 2005). Somente o dólar dos EUA desempenha integralmente essas três funções em âmbito internacional.

As moedas conversíveis dos demais países centrais são demandadas em segundo plano, quando comparadas à demanda do dólar. Já as moedas dos países emergentes, as chamadas não-conversíveis, quase não são procuradas por investidores estrangeiros porque não desempenham o papel de reserva de valor, ou seja, não oferecem segurança ao investidor em momentos de crise ou simples incertezas mundiais (HELLEINER, 1994).

A principal característica dessa falta de conversibilidade atribuída aos países emergentes está em suas taxas de juros. Os países emergentes, como a RPC, precisam manter elevadas taxas de juros, quando comparadas a taxa dos EUA, para remunerar os investidores que buscam suas respectivas moedas e títulos. Já os títulos da dívida pública norte-americana, por serem considerados o porto seguro dos investidores em momentos de incertezas e crises sistêmicas, são remunerados por uma taxa de juros que tende a ser a mais baixa (PRATES, 2005).

As taxas de juros dos países que estão afastados do centro do sistema monetário tendem a orbitar em torno da taxa dos EUA. Elas são elaboradas por meio da taxa de juros dos EUA somada à taxa do risco país. Logo, os países emergentes possuem maiores taxas de juros porque suas moedas são consideradas menos seguras pelos investidores internacionais, cobrando, assim, uma maior remuneração para retê-las em seus portfólios (CARNEIRO, 1999).

O ambiente criado pela livre mobilidade de capitais desfavoreceu as taxas de juros dos países emissores de moeda não-conversíveis. Caso os países emergentes sustentem taxas menores que a dos países centrais, correm o risco de deixar de atrair capitais, investimentos e, como consequência, de provocar uma fuga de capitais (PRATES, 2005). Já os países centrais escapam dessa realidade graças à existência de um fluxo contínuo de investimentos em capitais tanto produtivos como financeiros. Logo, as taxas de juros dos países emergentes tendem a ser sempre maiores que as dos países centrais (PRATES, 2005).

A formação das taxas de juros dos países do sistema internacional é resultante de diferentes graus de autonomia quanto à condução de suas políticas econômicas. A assimetria monetária, já descrita, implica numa assimetria macroeconômica.

A assimetria do sistema monetário internacional se sobrepõe à assimetria do sistema financeiro internacional quando analisados os determinantes dos fluxos financeiros para os países emergentes e a dimensão desses recursos.

Entretanto, os fluxos desses recursos para os países emergentes variaram de acordo com a política econômica implementada nos países centrais, liberando ou não recursos a serem investidos nos mercados emergentes. Caso as taxas de juros nos países centrais estivessem mais atrativas do que os investimentos em moedas não-conversíveis, esses fluxos ficavam retidos (PRATES, 2005). Os investidores internacionais tendiam a deixar seus recursos aplicados em moedas conversíveis, ou seja, de alta liquidez, quando possuísem boas perspectivas de remuneração.

Os recursos somente eram direcionados, ou seja, liberados, para que fossem investidos em países de moedas não-conversíveis quando a remuneração dos investimentos em países centrais estivesse muito abaixo das perspectivas de lucro nos mercados emergentes (PRATES, 2005). Assim, historicamente, a dinâmica do sistema financeiro internacional sempre ditou os meios dos fluxos de capitais para a periferia sistêmica, enquanto que a dinâmica econômica, ou seja, a dicotomia “crescimento *versus* recessão”, controlou o volume a ser investido nessa mesma periferia (BAER, 1995).

Mesmo com o crescimento desses fluxos de investimento para os mercados emergentes nos anos 1990, comparativamente, estes ainda são um montante marginal quando comparados com a quantidade existente no mercado contemporâneo e alocados nos países centrais (PRATES, 2005).

Os recursos alocados em países em desenvolvimento são investidos de modo concentrado. Devido à falta de liquidez desses mercados, os investidores os escolhem graças ao seu tamanho e rentabilidade. Assim, pode-se afirmar que os fluxos financeiros dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento são extremamente seletivos. A globalização financeira é excludente, hierarquizada e integra os sistemas financeiros dos países de modo desigual, imperfeito e incompleto (CHESNAIS, 1997). A integração financeira internacional é uma integração entre parceiros desiguais (STUDART, 2003).

Assim, quanto ao campo monetário, foram destacados três aspectos relevantes: primeiramente, o não desempenho pelas moedas dos países em desenvolvimento da função de reserva de valor e “porto seguro” dos investidores internacionais em momentos de incertezas globais; segundo, a dependência dos países emergentes de fontes de financiamento externas por serem incapazes de emitir dívida externa em suas próprias moedas nacionais, o que os atrela aos fluxos de moeda referencial para que suas economias saldem seus compromissos externos e; finalmente, a não-conversibilidade de suas moedas nacionais, o que atribui um menor grau de autonomia às suas políticas macroeconômicas (PRATES, 2005).

Na área financeira, foram detectadas duas questões principais. A primeira refere-se aos determinantes dos fluxos financeiros de investimentos externos para os países emergentes e, a segunda questão é quanto ao posicionamento marginal desses países referente à atratividade dos fluxos globais de IED (PRATES, 2005). Mais uma vez, as assimetrias monetárias e financeiras criam, reproduzem e reforçam o caráter excludente e hierárquico da OEI.

Em termos gerais, o objetivo da política externa (PE) da RPC, com o advento da crise da dívida da Europa em 2011, era reformar a OEI vigente por meio da inclusão das moedas dos países emergentes no rol das moedas conversíveis. Seriam incluídos nesse grupo seletivo somente as nações emergentes, ou seja, os países com altas taxas de expansão de suas economias e com extrema relevância internacional. A aceitação do yuan como uma moeda conversível, por exemplo, traria uma série de benefícios ao dragão asiático.

- 1) O Banco Central do país poderia baixar as taxas de juros do país em relação às praticadas nos EUA porque os investidores não mais precisariam ser bem remunerados por reterem a moeda chinesa;
- 2) O yuan seria mais um “porto seguro” para os investidores internacionais em tempo de instabilidade econômica, além de ser mais demandado para saldar transações internacionais;
- 3) A RPC poderia emitir papéis de dívida externa atrelados ao yuan e não mais ao dólar para captar recursos nos mercados mundiais, possibilitando maior flexibilidade em sua política fiscal;
- 4) As instituições internacionais, como o FMI poderiam passar a utilizar a divisa chinesa em suas operações e isso daria uma enorme autonomia às políticas macroeconômicas de Pequim.

A reforma da OEI faria com que os fluxos financeiros para os países emergentes, antes concentrados em alguns setores de suas economias, fossem realocados de modo mais uniforme por todo o setor produtivo desses países. Esse movimento beneficiaria o crescimento da economia aumentando sua produtividade e eficiência de um modo generalizado.

Definitivamente, caso tais propostas fossem aceitas, os países emergentes poderiam ser classificados como formuladores de regras e agrupados com os países desenvolvidos como destino da maioria dos fluxos de IED e IEI mundiais. Na seção seguinte serão

abordadas as características da atuação da RPC nas discussões internacionais acerca da reforma da OEI.

### **3.2 – A Reforma dos Sistemas Monetário e Financeiro Internacional no Grupo dos Vinte**

Nessa seção será explicada a formação e os objetivos do Grupo dos 20 (G20), formado pelas vinte unidades políticas mais ricas do planeta. Também serão debatidas as principais propostas da diplomacia da RPC para reformar a OEI na busca por uma maior e melhor representatividade das economias emergentes. Essa reforma foi alçada ao topo da agenda internacional após o advento da crise do *subprime* iniciada em 2008 nos EUA e à incapacidade de os países desenvolvidos solucionarem a questão sem o auxílio das nações emergentes.

#### **3.2.1 – As Propostas da República Popular da China de Reforma dos Sistemas Monetário e Financeiro no Grupo dos Vinte**

##### *O Grupo dos Vinte (G20)*

O G20 tornou-se o fórum mais importante de cooperação nas áreas tanto econômica como financeira internacional desde a eclosão da crise econômica e financeira internacional, em 2008. Nele estão presentes as economias avançadas e emergentes mais importantes do mundo. O grupo é formado por dezenove países membros e pela União Européia, os quais, juntos, representam cerca de 90% do PIB mundial, 80% do comércio global e 2/3 de toda a população global.<sup>88</sup> Seus principais objetivos são:<sup>89</sup>

- 1) A coordenação de políticas entre seus membros para o alcance da estabilidade e do crescimento econômico mundial;
- 2) A promoção de regulações financeiras que permitam diminuir o risco e prevenir novas crises mundiais;
- 3) A reconstrução dos arranjos financeiros internacionais.

---

<sup>88</sup>Grupo dos 20. **G20 México 2012**. Disponível em: <http://www.g20.org/> Acesso em: 03 ago. 2012.

<sup>89</sup>*Ibid.*

O G20 é integrado por países desenvolvidos, países emergentes e países em desenvolvimento. O FMI e o Banco Mundial também participam do G20 como observadores (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). Essa arquitetura está relacionada a dois fatores que estão modificando as relações internacionais contemporâneas. A primeira é a crescente influência dos países emergentes nos assuntos políticos e econômicos a nível global e, a segunda, a necessidade de se encontrar novas formas de cooperação para enfrentar as novas situações financeiras globais que requerem soluções ou respostas coletivas e coordenadas.<sup>90</sup>

O grupo surgiu como uma resposta às crises financeiras que as economias emergentes enfrentaram no fim da década de 1990 e ao crescente reconhecimento de que elas não estavam suficientemente representadas nas discussões acerca da governança econômica internacional. Em dezembro de 1999, os Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais, tanto das economias avançadas e emergentes como das em desenvolvimento, se reuniram em Berlim, na Alemanha, para dialogar sobre a estabilidade da economia mundial.<sup>91</sup> Desde então, Ministros e Presidentes dos Bancos Centrais, em particular, vêm se reunindo anualmente, como mostra a tabela 13.

Tabela 13: Ano e países anfitriões dos encontros dos Ministros das Finanças e dos Presidentes dos Bancos Centrais dos países do G20.

Ano	País Anfitrião
2000	Canadá
2001	Canadá
2002	Índia
2003	México
2004	Alemanha
2005	China
2006	Austrália
2007	África do Sul
2008	Brasil

Fonte: Grupo dos 20

<sup>90</sup>Grupo dos 20. **G20 México 2012**. Disponível em: <http://www.g20.org/> Acesso em: 03 ago. 2012.

<sup>91</sup>*Ibid.*

Em novembro de 2008, no contexto da pior crise econômica desde 1929, quando houve o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, o então Presidente dos EUA convocou uma reunião com os líderes do G20. O motivo desse encontro foi a amplitude da crise e as suas possibilidades de contágio do resto do planeta. Segundo ele, toda a economia mundial deveria agir de modo coordenado para minimizar os efeitos da crise.<sup>92</sup> O G20 foi considerado como o foro adequado para responder às demandas da crise mundial graças tanto à representatividade das economias mundiais de distintas regiões do globo, como à reduzida vinculação dos países ao órgão, o que lhes permitia formular acordos com maior velocidade.<sup>93</sup>

Nesse primeiro encontro, os líderes debateram as causas da crise e acordaram instrumentalizar um Plano de Ação sustentado em três prismas: restaurar o crescimento econômico global, fortalecer o sistema financeiro internacional e reformar as instituições financeiras internacionais.<sup>94</sup> Desde o primeiro encontro, o G20 já realizou seis encontros de seus líderes, como mostra a tabela 14.

Tabela 14: Data e local da Cúpula dos líderes do G20.

Data	Local da Cúpula
Novembro de 2008	Washington D.C., EUA
Abril de 2009	Londres, Reino Unido
Setembro de 2009	Pittsburgh, EUA
Junho de 2010	Toronto, Canadá
Novembro de 2010	Seul, Coreia do Sul
Novembro de 2011	Cannes, França
Junho de 2012	Los Cabos, México

Fonte: Grupo dos 20

A crise financeira global retirou o G20 de um plano secundário e colocou-o no topo da agenda dos principais líderes mundiais. Essa meteórica ascensão foi o reconhecimento de que a estrutura de poder e concertação até então existente, o Grupo dos 8 (G8)<sup>95</sup>, já não era

<sup>92</sup>Grupo dos 20. **G20 México 2012**. Disponível em: <http://www.g20.org/> Acesso em: 03 ago. 2012.

<sup>93</sup>*Ibid.*

<sup>94</sup>*Ibid.*

<sup>95</sup>Grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia. É formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

suficiente para solucionar os problemas da economia contemporânea (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). As economias emergentes e em desenvolvimento, devido à sua acelerada expansão econômica e tamanho, não estavam representadas de acordo com seu respectivo peso e importância para a economia global no antigo fórum, o G8. Somente um novo fórum de concertação poderia prover uma estrutura de poder mais balanceada e representativa (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

O G20 é um estudo de caso único porque não há um histórico institucional ou padrões de comportamento comum entre seus membros participantes. Não há um plano organizacional estipulando suas estruturas internas ou procedimentos a serem tomados para que sejam alcançados seus objetivos. O G20 possui um caráter singular quando comparado a outros fóruns internacionais graças aos seus debates não serem públicos e não existirem direitos de voto, além de inexistir um *staff* institucional para o auxílio nas discussões (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

Segundo Olson e Prestowitz, é precoce dizer se o G20 vai, realmente, se consolidar como um “Comitê Executivo” para a economia mundial, o que acarreta certa insegurança em dizer como ou se o grupo irá funcionar em um âmbito global. Entretanto, mesmo sob essa incerteza, pode-se observar o comportamento de seus membros nas discussões e, conseqüentemente, seus objetivos de PE, como será mostrado na subseção seguinte acerca da RPC (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

### *As Propostas da República Popular da China no Grupo dos Vinte (G20)*

Devido à falta de institucionalidade do G20, é difícil analisar ou caracterizar as estratégias de ação dos países no fórum. Entretanto, segundo Olson e Prestowitz, é possível afirmar que a estratégia da RPC é de “esperar e observar” os rumos a serem tomados pelo fórum. Da perspectiva chinesa, ainda não está claro o rumo que o fórum seguirá, ou seja, se ele será um lugar efetivo para Pequim pleitear seus interesses ou se apenas será uma arena para o país ser pressionado em temas como o câmbio, por exemplo (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

O comportamento e os objetivos do governo chinês no G20 refletem, em grande medida, suas condições e recursos econômicos internos. A posição reformista e ofensiva de Pequim acerca das instituições e dos sistemas monetário e financeiro internacional reflete a nova realidade do país asiático (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). Com uma economia que se

expande velozmente e uma abundância de recursos materiais, a RPC se coloca como um país em ascensão e que busca mais espaço, poder decisório e prestígio no sistema internacional.

O governo de Pequim possui uma visão singular de como esses sistemas monetário e financeiro devem ser reformulados, já que a crise de 2008, iniciada nos EUA, trouxe enormes prejuízos sociais e econômicos para todos os países. A crise não foi gerada por um simples erro do FED quanto à condução da política monetária dos EUA, nem pelo excesso de liquidez na economia que causou sérias distorções no que se refere aos riscos embutidos nas operações de crédito (MINGQI, 2009).

Segundo alguns analistas, a crise de 2008 foi causada por múltiplos fatores que induziram a um desequilíbrio que levou a economia ao colapso. Esses múltiplos fatores não estão relacionados particularmente às instituições norte-americanas, mas sim aos defeitos inerentes aos sistemas monetário e financeiro internacional. O status de referência do dólar norte-americano no sistema monetário internacional torna os EUA aptos a negligenciar seus sucessivos déficits em conta corrente e a taxa de câmbio para com sua própria moeda (MINGQI, 2009).

A não existência de uma moeda alternativa no sistema, que possa substituir o dólar em suas funções básicas internacionais, faz com que, novamente, os EUA o utilizem para importar bens e serviços a preços bastante vantajosos. Essa política expansionista/heterodoxa e inflacionária de Washington teve de ser alterada quando os preços das *commodities* e de outros bens e serviços, no mercado internacional, começaram a ser reajustados (MINGQI, 2009).

Com o ajuste monetário dos EUA, que se caracterizou por uma política contracionista/ortodoxa e anti-inflacionária, o mercado financeiro respondeu desencadeando a crise dos empréstimos *subprime* (MINGQI, 2009). Com o colapso da economia mundial, devido à desaceleração do crescimento, muitos países, sobretudo os europeus, seguiram os EUA em, mais uma vez, implementar idéias heterodoxas quanto às suas políticas monetárias e fiscais na busca pela reativação da atividade econômica. São esses motivos e, diretamente, a relação de dependência dos países à moeda e à política monetária dos EUA que fizeram a comunidade internacional chegar ao consenso acerca da necessidade de se reformar os sistemas monetário e financeiro internacional (MINGQI, 2009).

O governo dos EUA, com suas políticas macroeconômicas, buscou exclusivamente estimular a economia mas, quanto à reforma, rejeitou quaisquer idéias que retirassem o *status* de moeda referencial do dólar no sistema internacional. Washington até aceitou

reformular o sistema de cotas do FMI e uma expansão dos direitos especiais de saque (SDR), mas continuou rejeitando uma reforma que retirasse a proeminência do dólar norte-americano (MINGQI, 2009).

Os encontros do G20, em Washington e em Londres, nos anos de 2008 e 2009 respectivamente, priorizaram a recuperação econômica. A reforma dos sistemas monetário e financeiro internacional foi relegada a um papel secundário.<sup>96</sup> A maior parte dos países passou a utilizar políticas monetárias e fiscais expansionistas para estimular suas respectivas economias, atribuindo pouca importância às causas reais da crise econômica, ou seja, ao excesso de políticas heterodoxas.

Os líderes mundiais do G20 sabiam que, para que a crise econômica não se repetisse, era de extrema urgência que os sistemas monetário e financeiro fossem reformados. No encontro de Londres, algumas medidas foram decididas nessa direção, por meio do aumento dos recursos do FMI em US\$ 500 bilhões, a expansão em US\$ 250 bilhões dos SDR e o fortalecimento da vigilância dos mercados financeiros.<sup>97</sup> Entretanto, temas como a estabilidade da moeda referencial, os regimes de câmbio e os ajustes no mecanismo para desequilíbrios dos pagamentos internacionais nem estiveram na pauta dos chefes de Estado e governo.

A falta de arranjos institucionais e mecanismos de estabilização para a moeda referencial, o dólar norte-americano, e as demais importantes, como o euro e o iene japonês, estão na origem da crise internacional.<sup>98</sup> A falta de estabilidade entre as cotações das três principais moedas sistêmicas fez com que os demais países optassem por manter suas moedas atreladas preferencialmente ao dólar. Assim, os países em desenvolvimento tornaram-se altamente sensíveis tanto aos déficits em conta corrente como à taxa de câmbio dos EUA.

Segundo a RPC, uma possível reforma dos sistemas monetário e financeiro internacional deveria privilegiar um mecanismo de estabilidade das taxas de câmbio, com uma cesta das moedas dos países mais relevantes do sistema internacional. Essa cesta seria o alicerce fundamental de um sistema mais estável e previsível (MINGQI, 2009). Tal raciocínio fundamenta-se no fato de que muitas crises financeiras têm sua gênese atrelada a flutuações dramáticas nas taxas de câmbio das principais moedas do sistema (MINGQI,

---

<sup>96</sup>China Daily. **China: G20 Boosts Confidence**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/04/content\\_7649019.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/04/content_7649019.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

<sup>97</sup>*Ibid.*

<sup>98</sup> East Asia Forum. **China's New Strategy Policy and the G20**. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/03/29/g20-chinas-new-policy-strategy/> Acesso em: 13 jan. 2013.

2009). Não diferente disso, as flutuações excessivas do dólar dos EUA, quando comparadas às do euro e às do iene, foram o principal fator gerador da crise.

Nos mercados reais, os fluxos de capital especulativo exerceram grande influência nas taxas de câmbio, distorcendo as próprias funções do câmbio e impedindo que tanto o câmbio como suas funções corrigissem os desequilíbrios econômicos. Essas flutuações excessivas desencorajaram as atividades econômicas e aumentaram os custos de comércio e investimentos (MINGQI, 2009). Os chineses acreditavam que, por meio da cesta de moedas, fosse estabelecida uma coordenação entre os principais países do sistema. Essa convergência de políticas criaria uma certa disciplina no trato responsável pela estabilidade nas taxas de câmbio, ou seja, levaria a uma nova OEI (MINGQI, 2009).

A RPC defende a criação da cesta de moedas porque, como a maior detentora de título do governo dos EUA, ela é extremamente sensível a flutuações bruscas da moeda norte-americana (ZHOU, 2008). A estabilidade da moeda referencial é crucial para o governo de Pequim.

Essa nova OEI seria elaborada, em conjunto, pelos países participantes da cesta de moedas e substituiria a ordem vigente e seus vícios. A RPC buscou uma reforma ampla, onde poderia obter maior poder de decisão graças ao tamanho de sua economia. Os chineses defenderam a promoção da diversificação e da competição entre as moedas dos principais países do sistema internacional.<sup>99</sup> Contudo, não é algo simples fazer com que os EUA desistam da proeminência do seu dólar nas áreas monetária e financeira em detrimento das demais moedas.

A modificação do *status* do dólar no sistema monetário não pode ser implantada sem a anuência e a responsabilidade do governo dos EUA. Mesmo havendo inúmeras outras moedas no sistema, nenhuma possui condições de substituir o dólar norte-americano de sua função de moeda referencial em um futuro próximo. Mesmo que o dólar venha a ser substituído pelo euro, os problemas dos sistemas monetário e financeiro internacional persistiriam, ao menos que o emissor da moeda referencial assumisse a responsabilidade pela emissão e seus efeitos expansionistas ou contractionistas na economia de todo o sistema internacional (MINGQI, 2009).

Para o governo da RPC, quando a cesta de moedas for introduzida na ordem econômica, a competição e a quantidade de moedas da cesta fará com que as reservas internacionais dos países se diversifiquem e, conseqüentemente, nenhuma nação irá se

---

<sup>99</sup> East Asia Forum. **China's New Strategy Policy and the G20**. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/03/29/g20-chinas-new-policy-strategy/> Acesso em: 13 jan. 2013.

colocar como dominante nos sistemas monetário e financeiro internacional, a exemplo dos EUA. Então, os países estariam prontos para estabelecer um mecanismo estabilizador para as taxas de câmbio de onde surgiriam novos, reformulados e mais estáveis sistemas monetário e financeiro internacional.<sup>100</sup>

Um aspecto importante da reforma desses sistemas, ressaltado pelas autoridades chinesas, é o ajuste no mecanismo para desequilíbrios de pagamentos internacionais. A introdução da cesta de moedas corrigiria os desequilíbrios de pagamentos já que mais divisas poderiam ser utilizadas para quitar transações internacionais e diminuiria a dependência dos demais países em relação aos EUA.<sup>101</sup> Mais países teriam condições de honrar seus compromissos externos com facilidade diante do aumento dos meios de pagamento de contratos no sistema internacional.

Os EUA, diante de sua posição privilegiada por emitir a divisa referencial e utilizada como meio de pagamento de transações no sistema internacional, começou a expandir no início dos anos 2000, devido à invasão ao Afeganistão e ao Iraque, seu déficit em conta corrente sem temores dos seus efeitos para o sistema. O governo norte-americano confiou no fluxo de dólares para o país para equilibrar seu déficit por meio da compra dos seus títulos públicos considerados os mais seguros do planeta. O aumento da poupança interna e o corte de gastos estatais são estratégias macroeconômicas descartadas por Washington.

Como resultado dessa política, os desequilíbrios globais cresceram a patamares historicamente elevados. A desorganização no mecanismo de ajuste no balanço de pagamentos internacionais representa uma contradição entre os processos de globalização, que interligam os países, tornando-os mais próximos, assim como os sistemas monetário e financeiro, que atribuem especificidades e privilégios somente para alguns (MINGQI, 2009).

No antigo sistema de Bretton Woods, o país emissor da moeda referencial era obrigado a ajustar seu déficit em conta corrente com a ajuda do FMI. A ajuda do FMI para cobrir o déficit tornava mais fácil a implementação de políticas monetárias e fiscais restritivas (MINGQI, 2009). Mesmo com o colapso do sistema de Bretton Woods, os princípios básicos embutidos nos acordos criadores da instituição permaneceram. O princípio do acordo do FMI que obriga a correção dos déficits correntes são aplicados a todos os países membros, até mesmo aos EUA.

---

<sup>100</sup> East Asia Forum. **China's New Strategy Policy and the G20**. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/03/29/g20-chinas-new-policy-strategy/> Acesso em: 13 jan. 2013.

<sup>101</sup> *Ibid.*

Em discussões acerca das reformas econômicas internacionais, a diplomacia da RPC analisa cuidadosamente, sob diversos prismas, todas as questões em debate no G20 e rejeita quaisquer movimentos precipitados (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). O fórum está em construção e, portanto, muitas questões fundamentais ainda estão em aberto como: quais países irão liderar o processo, quais temas serão alçados ao topo da agenda de discussão e quais tipos de alianças entre os participantes serão formadas. Os chineses, na maior parte do tempo, estão se mantendo isolados e aguardando para constatar sob qual formato o grupo se constituirá (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

Contudo, são observados dois notáveis comportamentos distintos relacionados à RPC no G20. O primeiro é a “melhor defesa é às vezes uma boa ofensiva” e, o segundo, “o respeito e deferência à RPC” (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). A postura ofensiva do país tem como objetivo principal forçar o reposicionamento dos demais atores para a defensiva e alterar o tópico em negociação na agenda do encontro.

Com isso, o governo de Pequim tem tido sucesso em modificar antecipadamente os termos dos debates, a exemplo do evento preparatório para a cúpula do G20 em Toronto no ano de 2010. O encontro havia sido antecipado para que se tornasse um confronto entre os EUA e a RPC acerca da taxa de câmbio da moeda chinesa, o yuan.<sup>102</sup> A pressão política dentro dos EUA foi intensificada por meio dos líderes congressistas que advertiram as autoridades advogando pelas tarifas punitivas aos produtos chineses. Na visão desses líderes, o yuan subvalorizado atribuía grande vantagem competitiva aos bens e serviços comercializados pela RPC, o que distorcia o comércio internacional.

Alguns dias antes do encontro do G20, a RPC anunciou que iria introduzir certa flexibilidade à flutuação de sua moeda perante as demais. Seu objetivo com esse anúncio foi arrefecer a tensão criada antes da cúpula do G20. Mesmo com essa maior flexibilidade, as bandas sobre as quais a moeda poderia flutuar não foram alargadas e o yuan não se apreciou fortemente, como ansiavam os norte-americanos (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). Na realidade, ocorreu uma leve depreciação da moeda chinesa nos dias posteriores ao anúncio do governo.

Se em termos econômicos não houve grande repercussão, no mundo político esse anúncio teve grande impacto. As questões acerca da valorização do yuan saíram do topo da agenda dos países participantes da cúpula do G20 (OLSON; PRESTOWITZ, 2011). O

---

<sup>102</sup> China Daily. **President Hu Attends G20 Toronto Summit**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2010g20canada/2010-06/27/content\\_10025663.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2010g20canada/2010-06/27/content_10025663.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

objetivo da diplomacia chinesa foi alcançado por conseguir modificar o tema em destaque nas discussões para algo menos incômodo ao governo chinês.

Quanto à questão do respeito e deferência à RPC, o governo de Pequim não admite intromissões ou debates acerca de suas políticas internas, seja em qual área for. O princípio da soberania é algo indiscutível e possui origens históricas. As invasões estrangeiras e as humilhações sofridas pelo país ainda estão muito presentes e, muitas vezes, pautam as ações da PE do país. A RPC não aceita que outros países debatam em fóruns internacionais suas questões internas, a exemplo de suas políticas macroeconômicas ou de direitos humanos.

Mesmo com o não debate sobre as taxas de câmbio praticadas na economia da RPC, questões acerca dos fluxos internacionais de investimento foram discutidas na cúpula de Toronto, já que na reunião do G20 em Londres havia sido acordada a importância da supervisão e regulamentação desse fluxos. A maneira de como aplicá-los foi o ponto conflitante porque a liberalização dos fluxos de capitais entre os países não significou uma ausência completa de regulamentação e supervisão.<sup>103</sup> Assim, a RPC acreditou que todos os países necessitavam manter algum tipo de controle desses fluxos, mas sempre compatibilizando com suas condições econômicas e de mercado (MINGQI, 2009).

O livre fluxo de capitais entre os países é visto por muitos economistas como uma política correta e que não poderia ser modificada. Os defensores dessa política advogavam que somente o livre fluxo poderia corrigir as distorções inerentes ao sistema e, assim, garantir os preços internacionais mais justos e a alocação dos recursos financeiros nos locais mais necessitados (MINGQI, 2009).

Contudo, ainda é possível observar nos mercados internacionais distorções quanto ao fluxo de capitais, ou seja, há excessiva especulação e até a manipulação dos mercados. Essas situações, definitivamente, não são o melhor modo de se garantir uma eficiente alocação dos recursos financeiros, nem contribui para a correção dos desequilíbrios entre os fluxos de capitais, além de sinalizar para uma flutuação exagerada entre as taxas de câmbio (MINGQI, 2009). As taxas de câmbio são extremamente influenciadas pelos fluxos de capitais dos mercados financeiros ao invés dos fundamentos da economia real (MINGQI, 2009).

O governo chinês acredita que a criação de um padrão internacional para os fluxos internacionais de capital e a permissão para que os países em desenvolvimento mantenham certo controle sobre esses fluxos ajudaria profundamente a estabilizar os mercados financeiros internacionais. Tanto a criação desse padrão como o controle por parte dos

---

<sup>103</sup>China Daily. **China: G20 Boosts Confidence**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/04/content\\_7649019.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/04/content_7649019.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

países em desenvolvimento diminuiriam os fluxos especulativos que só buscam lucros rápidos e não investem na economia real de um país (MINGQI, 2009).

Para crescer economicamente, os países da região, inclusive a RPC, foram muito dependentes dos seus sistemas bancários tradicionais e esses sistemas, ao longo dos anos, acumularam grandes riscos operacionais, como visto no capítulo 2. Seus sistemas bancários ainda são pouco desenvolvidos, apesar dos grandes esforços de seus respectivos governos para reformá-los, reduzir seus riscos e, conseqüentemente, fortalecer suas economias (MINGQI, 2009).

A diplomacia chinesa, por sua parte, avisou aos seus pares no G20 que não confiassem estritamente em sua economia para a recuperação global, visto que a RPC era apenas uma nação em desenvolvimento e não poderia ser comparada aos países ricos do G20.<sup>104</sup> Os formuladores da política econômica chinesa parecem estar mais focados em não permitir um superaquecimento da economia do país, evitando assim que se criem bolhas especulativas. Sob a perspectiva de Pequim, a simples manutenção de uma taxa de expansão da economia em 8% ao ano já seria uma enorme contribuição para a estabilidade da economia mundial em tempos de crise (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

Ainda não estava decidido, após o término da cúpula de Cannes em 2011, quais medidas seriam implantadas para estimular o crescimento econômico e o consumo; contudo, o que já estava bem definido é que o G20 necessita da RPC para prover aos países desenvolvidos um período a mais para reparar suas finanças públicas e os balanços privados de suas companhias.<sup>105</sup> Essa dinâmica no G20 ajudou na criação de certo respeito e deferência ao país, como já indicado nos parágrafos anteriores.

Por sua vez, a maior prioridade do país asiático é utilizar o fórum do G20 para pressionar os países desenvolvidos por maior poder de decisão dos países emergentes na OEI. O G20, ademais, concordou em acelerar os programas de reforma do FMI no biênio 2011-2013 (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

Um objetivo extra da diplomacia da RPC é ocupar espaços que países ocidentais desenvolvidos preenchem nas posições de liderança no Banco Mundial e no FMI. O G20 havia concordado acerca desse tema na cúpula de Toronto e, também, com uma maior abertura e transparência dos processos de seleção para ocupar esses cargos de liderança nas instituições financeiras internacionais. Esses processos seriam baseados no mérito e não

---

<sup>104</sup> China Daily. **China Plays Unique Role at G20 Summit**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/HuvisitsDenmark/2012-06/21/content\\_15515896.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/HuvisitsDenmark/2012-06/21/content_15515896.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

<sup>105</sup> *Ibid.*

mais nas indicações políticas, como ocorre costumeiramente (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

Essa questão ainda é alvo de muitos questionamentos e desconfianças entre os países porque há dúvidas se os países desenvolvidos desistiriam de ocupar os postos de liderança em favorecimento das nações emergentes. Alguns analistas acreditam que seria ainda improvável um chinês no cargo de diretor-gerente do FMI num futuro próximo, e que também seria muito difícil imaginar um chinês como economista-chefe no Banco Mundial (OLSON; PRESTOWITZ, 2011).

Com o objetivo em comum de reformar a ordem econômica vigente, as principais economias emergentes utilizam os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como o fórum principal de reuniões sobre a criação de uma agenda reformista comum no G20. Foi na cúpula de Washington do G20, em 2008, que os BRICS passaram a defender a reforma dos sistemas monetário e financeiro internacional e a reestruturação das instituições financeiras multilaterais.<sup>106</sup>

Os BRICS defendem no G20 a reforma da estrutura de cotas e votos no FMI e no Banco Mundial. A redistribuição dos assentos no Comitê Executivo do FMI e no Comitê Financeiro e Monetário Internacional, segundo os BRICS, trará uma representatividade mais equilibrada dos membros da instituição.<sup>107</sup> Contudo, foi somente na reunião do G20 de 2009, em Pittsburgh, que, por intermédio dos EUA, os BRICS conseguiram que a União Européia concordasse com o aumento da participação das economias emergentes de 40% para 44% nas cotas do FMI. O mesmo ocorreu em relação ao Banco Mundial, em que a participação das economias emergentes passou de 44% para 47%. De acordo com Luciana Acioly, então Coordenadora de Estudos de Relações Econômicas Internacionais do IPEA, a cooperação política dos BRICS foi fundamental para que esses avanços na agenda em comum dos países emergentes fossem alcançados.<sup>108</sup>

Pode-se afirmar, por fim, que a RPC tem sido altamente efetiva na busca por seus objetivos no G20. Ela deixou de ser uma economia periférica em desenvolvimento para tornar-se a principal economia emergente na busca por integrar-se nos principais fóruns globais, sem deixar de pleitear um espaço condizente com seu tamanho e importância no sistema internacional.

---

<sup>106</sup> IPEA. **Os BRICS e o G20 Financeiro.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1090:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1090:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 08 ago. 2012.

<sup>107</sup> *Ibid.*

<sup>108</sup> *Ibid.*

### 3.3 – Conclusões Parciais

No pós-Segunda Guerra Mundial, a derrocada da Europa e a ascensão dos EUA como superpotência marcaram as características da então nova OEI em negociação. A distribuição de capacidades entre as unidades políticas alicerçou a elaboração dos novos princípios, normas, regras e processo decisório da OEI e as consequências geradas para o sistema internacional.

O dólar norte-americano como a moeda referencial do sistema internacional foi resultado da indiscutível hegemonia dos EUA no imediato pós-guerra. A economia dos EUA, além de maior e a mais segura, era a única que poderia garantir a reconstrução das transações econômicas mundiais. Entretanto, a posição assumida por Washington conferiu ao país um enorme privilégio fiscal mas com resultados injustos para o sistema internacional. A OEI estabelecida não foi questionada enquanto os demais atores não possuíam capacidades materiais internas para assegurar o seu funcionamento.

A partir do momento que os grandes países em desenvolvimento, como a RPC, tornaram-se nações emergentes e aumentaram suas capacidades materiais internas, como mostrado no capítulo 2, a ordem e suas distorções passaram a ser questionadas. Vale ressaltar que o ímpeto reformista das nações emergentes, sobretudo da RPC, só foi possível graças ao poder material representado por suas expressivas taxas de crescimento econômico.

O conhecimento sobre o funcionamento da OEI do pós-guerra revelou-se imprescindível para se compreender a emergência do reformismo dos países emergentes. As crises econômicas internacionais elencadas no estudo de caso do capítulo 1 são a variável externa da teoria de regimes também presente no capítulo 1. As crises foram e são oportunidades ímpares para a atuação das PE das nações emergentes. O enriquecimento das economias emergentes fez com que elas não quisessem mais ser meras espectadoras das regras elaboradas pelos países desenvolvidos e, sim, colaboradoras do seu processo de formulação.

Para participarem desse processo, as economias emergentes buscaram reformar a OEI no âmbito do G20. Essa reforma se daria pela modificação das regras e do processo decisório da ordem. A mudança da regra de funcionamento da ordem incluiria as moedas das economias emergentes (criação de um cesto de moedas) no grupo das divisas conversíveis ou criaria uma moeda referencial internacional não vinculada a nenhum Estado.

Já a reforma do processo decisório seria a legitimação do G20 como fórum de discussão apropriado para os problemas econômicos mundiais em detrimento do G8, visto como economicamente pouco representativo.

A reforma da ordem, de acordo com a proposta chinesa, trará um grande poder econômico para as nações emergentes. A inclusão de suas moedas no rol das conversíveis os trará uma série de benefícios, como uma maior autonomia fiscal, emissão de títulos da dívida pública externa em moeda nacional e o impacto direto advindo de uma reforma nas operações do FMI.

A reforma da OEI, nos moldes propostos pela diplomacia da RPC, faria com que as suas instituições passassem a utilizar uma maior diversidade de divisas em suas operações, diminuindo a dependência do dólar norte-americano.

O ganho de poder efetivo no FMI, por parte dos países emergentes, só se dará com a reforma da ordem para que suas moedas sejam incluídas e aceitas pelos demais atores como conversíveis. O simples ganho de espaço e poder de decisão dentro do FMI não produz poder econômico efetivo porque as moedas utilizadas nas operações do FMI ainda são as emitidas pelos países desenvolvidos, como será mostrado no capítulo seguinte.

## Capítulo 4

### O Dragão Chinês e o Fundo Monetário Internacional

O incremento das capacidades internas materiais da República Popular da China (RPC) e as crises econômicas internacionais foram as variáveis endógena e exógena relacionadas à teoria de regimes e que, conseqüentemente, moldaram a ambição e a atuação da RPC nos fóruns econômicos internacionais. As duas variáveis combinadas forneceram um ambiente propício para florescerem o desejo por mudanças na Ordem Econômica Internacional (OEI).

A reforma da OEI é importante porque, sem ela, o simples aumento das cotas de participação e voto em uma instituição internacional não atribuem poder de fato aos países emergentes, sobretudo à RPC. O ganho de poder de decisão e voto no Fundo Monetário Internacional (FMI), pelos países emergentes, é alicerçado pela reforma da OEI vigente que permitirá tanto a utilização de suas moedas nacionais nas operações das instituições financeiras mundiais como uma maior autonomia de suas políticas macroeconômicas. A reforma da OEI pode ser compreendida por meio da teoria dos regimes de Stephen Krasner, como já mostrado.

O estudo da participação da RPC no FMI é o objetivo do capítulo 4. A evolução da participação da RPC no FMI é resultado tanto do seu incremento material interno, da reforma da OEI e das oportunidades sistêmicas geradas pelas crises que abriram espaços de poder para a atuação dos países emergentes, sobretudo à RPC. As crises econômicas de 1997 (asiática), 2008 (*subprime*) e 2011 (crise da dívida da Europa) foram oportunidades para as nações emergentes pleitearem tanto a reforma da OEI como das cotas por maior poder de decisão e participação no FMI. As duas reformas são complementares na busca pelo poder econômico *de facto* no sistema internacional.

O presente capítulo estará dividido em duas seções, separadas em dois períodos históricos retratando a adesão, a evolução da participação e da contribuição da RPC ao FMI. O primeiro período entre os anos de 1945 e 1990 e o segundo entre os anos de 1991 e 2011.

#### **4.1 – Histórico da República Popular da China no Fundo Monetário Internacional: De 1945 até 1990**

Nas próximas duas subseções será explicada a participação da RPC no FMI entre os anos de 1945 e 1990. Quando da criação do FMI, o assento chinês na instituição era ocupado pela República da China (RC) e a RPC estava alijada não só do FMI, mas de outras instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Somente nos anos 1970 que o enfraquecimento do *lobby* dos EUA pela permanência da RC nas organizações internacionais (OI) possibilitaram a exclusão da ilha nacionalista em favor da aceitação da RPC. A mudança de postura da RPC perante o sistema internacional também foi decisiva nesse processo. A RPC passou a atuar com maior confiança no sistema internacional e passou a vislumbrar oportunidades de ganho econômico e de poder.

#### **4.1.1 – A Gênese do FMI e a Presença Chinesa: de 1945 até 1978**

Durante a Grande Depressão dos anos 1930, os principais países do sistema internacional procuraram defender suas economias por meio do aumento das barreiras comerciais. Os instrumentos utilizados para que esse objetivo fosse alcançado foram desde a desvalorização de suas moedas – o que tornava seus produtos exportáveis mais competitivos no comércio internacional – até a diminuição da liberdade de seus cidadãos na troca de sua moeda nacional por divisas estrangeiras.<sup>109</sup> Essas políticas buscavam a autodefesa dos países em relação aos demais. O grande efeito dessas políticas foi a redução drástica do comércio internacional, assim como dos índices de emprego e de condições de vida nas principais nações.<sup>110</sup>

A quebra da cooperação internacional, na crise da década de 1930, fez com que os países fundadores do FMI planejassem uma instituição que monitorasse e promovesse a cooperação no sistema monetário internacional.<sup>111</sup> Esse sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais propiciaria que países e seus cidadãos comprassem bens e serviços uns dos outros, ou seja, restaurassem o deficiente comércio internacional e, assim, promovessem o crescimento econômico. Essa nova instituição internacional garantiria a estabilidade das taxas de câmbio e encorajaria os seus países membros a eliminarem as restrições e barreiras ao comércio internacional.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> International Monetary Fund. **Cooperation and Reconstruction (1944-1971)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcoop.htm> Acesso em: 16. out. 2012.

<sup>110</sup> *Ibid.*

<sup>111</sup> *Ibid.*

<sup>112</sup> *Ibid.*

O FMI foi concebido em julho de 1944 mas foi formalmente criado em dezembro de 1945 quando seus primeiros vinte e cinco membros ratificaram a sua Carta Constitutiva; os representantes de quarenta e cinco países se reuniram na cidade norte-americana de Bretton Woods, no estado de New Hampshire e acordaram criar um arranjo para a cooperação econômica internacional após a Segunda Guerra Mundial. Eles acreditavam que esse arranjo era necessário para se evitar a repetição das políticas econômicas desastrosas que resultaram na Grande Depressão dos anos 1930.<sup>113</sup>

A função do FMI era promover a cooperação monetária internacional, estabilizar e ordenar os arranjos econômicos internacionais na busca pelo crescimento econômico e por baixas taxas de desemprego utilizando os recursos dos países credores depositados proporcionalmente às suas cotas de participação (KENT, 2007). Para que esses objetivos fossem alcançados, a instituição daria assistência temporária aos países com desarranjos em seus balanços de pagamentos, além de supervisionar as taxas de juros de seus membros e eliminar as restrições quanto ao câmbio (KENT, 2007).

Suas operações iniciaram-se em março de 1947. Um ano depois, a França tornava-se o primeiro país a tomar empréstimo na instituição.<sup>114</sup> O FMI se expandiu fortemente em quantidade de novos membros até a década de 1960, quando muitos países africanos pleitearam adesão à instituição e foram aceitos. Entretanto, a Guerra Fria limitou o aumento de membros do FMI já que muitos países socialistas da esfera de influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não participaram da empreitada.<sup>115</sup>

Os países que participaram do FMI entre 1945 e 1971 concordaram em manter suas taxas de câmbio<sup>116</sup> atreladas a taxas que poderiam somente ser ajustadas para corrigir possíveis desequilíbrios em seus balanços de pagamentos e, mesmo assim, com o aval do FMI. Esse sistema de paridades, também conhecido como o Sistema de Bretton Woods, funcionou até 1971, quando o governo dos Estados Unidos da América (EUA) suspendeu a convertibilidade do dólar norte-americano para o ouro.<sup>117</sup>

No início dos anos 1960, as demais moedas mundiais pareadas no dólar norte-americano e o mesmo fixado no ouro sob o Sistema de Bretton Woods viram-se sobrevalorizados. O aumento dos gastos do governo de Lyndon Johnson no âmbito interno

---

<sup>113</sup> International Monetary Fund. **Cooperation and Reconstruction (1944-1971)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcoop.htm> Acesso em: 16. out. 2012.

<sup>114</sup> *Ibid.*

<sup>115</sup> *Ibid.*

<sup>116</sup> O valor de suas moedas em relação ao dólar norte-americano e, no caso dos EUA, o valor do dólar em termos de ouro – padrão ouro-dólar.

<sup>117</sup> International Monetary Fund. **Cooperation and Reconstruction (1944-1971)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcoop.htm> Acesso em: 16. out. 2012.

não só com programas sociais, mas também com as Forças Armadas, devido à guerra do Vietnã, paulatinamente foi sobrevalorizando o dólar no plano internacional.<sup>118</sup>

Em agosto de 1971, o Presidente Nixon anunciou a suspensão temporária da convertibilidade do dólar norte-americano para o ouro.<sup>119</sup> Ao passo que o dólar norte-americano buscou se desvencilhar da paridade estabelecida em Bretton Woods durante a década de 1960, essa crise marcou a “ruptura” do Sistema. Não querendo reviver as crises do início do século em que as moedas possuíam câmbios fixos entre si, em 1973, os governos deixaram que suas moedas flutuassem no mercado de câmbio internacional.<sup>120</sup>

Desde o colapso do Sistema de Bretton Woods, os países membros do FMI foram liberados para escolher a melhor forma de câmbio para suas economias (exceto estabelecer quaisquer tipos de paridade com o ouro). Foram permitidos: câmbio livre e flutuante, câmbio atrelado a outra moeda ou a uma cesta de moedas pré-estabelecidas, adoção da moeda de outro país e participação em um bloco monetário como a União Europeia (UE).<sup>121</sup>

Acreditava-se que o colapso do Sistema de Bretton Woods colocaria fim ao período de rápida expansão econômica mundial. Entretanto, o câmbio flutuante facilitou os ajustes macroeconômicos a possíveis choques externos aos países, a exemplo das ações do FMI frente ao desafio criado pelos choques dos preços do petróleo nos anos 1970.<sup>122</sup> Para ajudar os países importadores de petróleo, com constantes déficits em conta corrente e alta inflação devido aos altos preços da *commoditie*, foi criado o primeiro de dois arranjos.<sup>123</sup>

No primeiro arranjo, criado em meados dos anos 1970, o FMI buscou solucionar as dificuldades dos balanços de pagamentos dos países mais pobres concedendo financiamento por meio do que ficou conhecido como *Trust Fund*<sup>124</sup>.<sup>125</sup> Já em 1986, o FMI criou o segundo arranjo, ou seja, um novo mecanismo que concederia empréstimos. Ele ficou conhecido como *Structural Adjustment Facility* (SAF). O SAF só foi sucedido pelo terceiro

---

<sup>118</sup>International Monetary Fund. **The End of the Bretton Woods System (1972-1981)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histend.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>119</sup>*Ibid.*

<sup>120</sup>*Ibid.*

<sup>121</sup>*Ibid.*

<sup>122</sup>*Ibid.*

<sup>123</sup>*Ibid.*

<sup>124</sup>Fundo voltado para socorrer os países mais pobres do mundo com dificuldades no balanço de pagamentos no contexto dos choques do petróleo nos anos 1970.

<sup>125</sup>International Monetary Fund. **The End of the Bretton Woods System (1972-1981)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histend.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

instrumento de empréstimos aos países em dificuldades em 1987, chamado de *Enhanced Structural Adjustment Facility*.<sup>126</sup>

Durante esse período, desde a fundação do FMI em 1945, era a RC quem ocupava o assento chinês na instituição. A RPC iniciou sua participação no FMI somente em 1980, após a expulsão da RC da instituição (JACOBSON; OKSENBURG, 1990). Como uma aliada do ocidente, a RC foi membro fundador do FMI em 1945 e possuía uma posição de destaque na instituição. Esse prestígio era justificado porque o país era visto como o representante de toda a China, ignoradas as devidas proporções econômicas entre a RC e a RPC (KENT, 2007). Assim, até 1980, a RC ocupou o assento chinês não só no FMI, mas também no Banco Mundial.

Mesmo com a retórica isolacionista e revolucionária da Era Mao, muitos líderes chineses tinham interesse em reclamar o assento da RPC tanto na ONU como nas instituições da OEI, o FMI, o então GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* – e o Banco Mundial (JACOBSON; OKSENBURG, 1990).<sup>127</sup>

Em 1950, Zhou Enlai, então Primeiro-Ministro da RPC, despachou um ofício para Camille Gutt, então Diretor-Gerente do FMI, afirmando que a RPC era o governo legítimo da China e pedindo a expulsão dos representantes enviados pela RC do encontro anual da instituição (JACOBSON; OKSENBURG, 1990). Embora a requisição tenha sido negada, foi feito um convite para que o país pudesse aderir à OI.

Durante esse encontro anual, em 1950, a Tchecoslováquia, com o endosso da Índia e da Iugoslávia, propôs uma resolução que excluísse a RC e seus diplomatas. Essa resolução não foi aceita porque as Filipinas a contestaram afirmando que a questão ainda estava sob análise (JACOBSON; OKSENBURG, 1990).

Entre os anos de 1951 e 1954, a Tchecoslováquia propôs resoluções com o mesmo teor, ou seja, a exclusão da RC em detrimento da entrada de Pequim no FMI. Todos os resultados foram o mesmo, ou seja, rejeitados. Assim, até 1971 os delegados designados para ocupar o assento chinês eram os provenientes de Taipei e não de Pequim (JACOBSON; OKSENBURG, 1990).

Mesmo sem representantes no FMI, Pequim era informada sobre os acontecimentos na instituição por meio de muitos chineses-americanos e servidores civis internacionais que eram familiarizados com o trabalho do órgão. Esse trabalho de informação ocorreu entre os

---

<sup>126</sup>International Monetary Fund. **The End of the Bretton Woods System (1972-1981)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histend.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>127</sup>Como o objetivo desse trabalho é analisar somente o FMI, o engajamento chinês na adesão tanto à ONU, ao Banco Mundial como ao GATT serão desconsiderados.

anos de 1950 e 1960 (JACOBSON; OKSENERG, 1990). Entretanto, esse contato informal e fluxo de informações ainda não significava que a RPC estava preparada para se autorepresentar imediatamente nas OI, mesmo após a Assembléia Geral da ONU em 1971 lhe atribuir o assento chinês (JACOBSON; OKSENERG, 1990).

O governo de Pequim não esperava receber o aval da ONU ainda naquela ocasião. Segundo seus formuladores de política externa (PE), a administração de Nixon ainda faria *lobby* pela RC na Assembléia de 1971, deixando a entrada da RPC na instituição para 1972. Não foi o que ocorreu porque a RPC ocupou o assento chinês na ONU já em 1971 (JACOBSON; OKSENERG, 1990).<sup>128</sup> Com a adesão à ONU, foi criado um grupo de estudo, que trabalhou em conjunto com o Ministro das Relações Exteriores da RPC, para avaliar a entrada do país nas instituições formadoras da OEI (JACOBSON; OKSENERG, 1990).

A decisão definitiva de participar do FMI foi tomada somente em 1979. Essa decisão foi antecedida de muito preparo e considerações acerca dos prós e contras da adesão. As reformas de 1978 contribuíram para o engajamento da RPC na instituição já que muitas políticas econômicas defendidas pelo FMI já haviam sido implantadas, como a permissão de investimentos estrangeiros diretos (IED) no país, ainda que de forma controlada (JACOBSON; OKSENERG, 1990).

O governo de Pequim também tomou uma série de medidas para facilitar a entrada e o engajamento do país na economia internacional já em 1973, como o acordo com o Japão para a venda de carvão e petróleo cru e compra de metais. Em 1977, a RPC decidiu importar equipamentos e tecnologia estrangeiros, além de expandir contatos científicos pelo mundo (JACOBSON; OKSENERG, 1990). No ano de 1978, a permissão de IED em solo chinês com a abertura econômica foi apenas o ápice de uma série de medidas preparatórias que já vinham sendo implementadas desde 1971.

A mudança nas relações diplomáticas da RPC com os EUA e o Japão em 1971 foi o que permitiu definitivamente a aproximação e a evolução de suas políticas comerciais. Entre 1949 e 1971, os EUA buscavam manter a RPC pobre, fraca e isolada no sistema internacional (JACOBSON; OKSENERG, 1990). Mas a Guerra do Vietnã e a Revolução Cultural da Era Mao mostraram a Washington os riscos e os custos dessa política. A decisão, em 1979, de participar do FMI, foi tanto um produto de sete anos de evolução e

---

<sup>128</sup>Em 1974, os Ministros das Finanças e das Relações Exteriores da RPC posicionaram-se contra a entrada do país no Banco Mundial, no FMI e no então GATT (KENT, 2007). A adesão aos organismos internacionais não era unanimidade dentro do governo da RPC.

amadurecimento das políticas econômicas do país asiático como um resultado das mudanças das políticas norte-americanas e japonesas orientadas para a RPC (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

O período entre a morte de Mao, em 1976, e a consolidação de Deng Xiaoping como o principal líder chinês durou aproximadamente dois anos. Durante esse período, iniciou-se a mudança do paradigma cultural e social da Era Maoísta para uma ênfase modernizante e desenvolvimentista da economia segundo Deng (JACOBSON; OKSENBERG, 1990). O processo de formulação dessas políticas também se modificou. Se antes eram formuladas de acordo com princípios ideológicos, as políticas passaram a ser elaboradas de acordo com as necessidades do país. O pragmatismo tornou-se predominante em detrimento da ideologia.

As decisões da Terceira Sessão do Plenário do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, em 1978, acerca das reformas econômicas no país seguiram o pensamento dos formuladores de PE de engajar o país nos órgãos da OEI, como o FMI (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

Após a decisão da RPC de iniciar seu processo de adesão ao FMI, foi a vez da instituição começar a se preparar para o ingresso do país. Esse preparo esteve diretamente relacionado ao levantamento de dados sobre o país e sua economia (JACOBSON; OKSENBERG, 1990). Muitos dados acerca da economia chinesa foram postos à análise de economistas ocidentais e de funcionários do próprio FMI. Uma grande parte desse material veio da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, já que Washington vinha há muitos anos monitorando a performance da economia do país asiático (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

O engajamento da RPC nas instituições internacionais foi cuidadosamente preparado por suas autoridades devido ao impacto que ele poderia ocasionar no sistema político e econômico do país. O medo diante dos dirigentes chineses tergiversava a OEI à qual essas instituições serviam (JACOBSON; OKSENBERG, 1990). O processo de entrada preparou tanto a instituição internacional como o novo membro a terem uma relação produtiva e interativa.

Somente com as mudanças na política comercial do país e as decisões na Terceira Sessão Plenária pelas reformas econômicas de Deng Xiaoping, de 1978, o caminho para a adesão a essas instituições internacionais, principalmente ao FMI, sedimentou-se (KENT, 2007). Essa adesão, antes vista com desconfiança pelos próprios líderes chineses, passou a ser um motivo para o fortalecimento das relações bilaterais e comerciais de Pequim, além de facilitar o acesso à informação sobre a economia e as finanças

internacionais (KENT, 2007). O sistema internacional passou a ser visto como um campo cheio de oportunidades para o desenvolvimento econômico chinês. As mudanças econômicas da RPC em 1978 podem ser confirmadas, mesmo que vinte e quatro anos depois, pela citação abaixo:

China's decision to be associated with the IMF and the World Bank marked the first critical step toward economic integration with the global economic...Our experience with these two institutions as the gateway to the world reinforced our conviction that active engagement with the international community could benefit China's economic development which in turn contributes to the development of the world economy. (LIQUN, Jin. Vice-Minister of Finance, Washington D.C., 2002)

Para que essa relação pudesse ocorrer, quatro pontos principais foram acordados (JACOBSON; OKSENBURG, 1990):

- a) O processo de engajamento devia solucionar quaisquer contenciosos que pudessem existir entre o país aspirante, a instituição ou quaisquer de seus membros;
- b) A entrada de um novo membro não interromperia as atividades correntes ou em andamento na instituição, pelo contrário, deveriam ser providos meios para que o novo membro pudesse participar das atividades;
- c) O novo membro e a instituição buscariam o benefício mútuo na relação, o que significa que a burocracia seria instalada em ambos os lados para facilitar a interação e o contato regular;
- d) Essa relação entre o país e a organização seria institucionalizada.

O Diretor do Departamento Asiático do FMI, Tun Thin, formou em 1980 uma delegação com representantes de todos os Departamentos da instituição para que se iniciassem as negociações de adesão. Por sua vez, os chineses apresentaram várias indagações acerca dos direitos e obrigações dos Estados-membros do FMI (JACOBSON; OKSENBURG, 1990). Seus negociadores pediram que todas as informações fossem colocadas formalmente por escrito nos relatórios oficiais, o que resultou num documento final de cerca de catorze páginas. Esse extremo cuidado e receio na negociação ressaltou a desconfiança de Pequim para com as instituições ocidentais (JACOBSON; OKSENBURG, 1990).

Esse documento tornou-se a base para as negociações (KENT, 2007). As discussões iniciais entre o FMI e a RPC estavam centradas nas questões do tamanho da cota, nos

direitos e deveres do país para com a instituição, no *status* da RC – inclusive nos seus depósitos em ouro no Fundo – e nos procedimentos de como lidar com ela, a alocação e o aumento dos direitos especiais de saque (SDR)<sup>129</sup> na instituição e a representação chinesa no Comitê Executivo do FMI (KENT, 2007).

Ficou estabelecido que a cota do país seria negociada posteriormente e, em 1980, foi estabelecida a quantia de US\$ 1.8 bilhões, que em 1983 foi aumentada para US\$ 2.39 bilhões. Somente em abril de 1980 o Comitê Executivo do FMI estabeleceu que Pequim ocuparia o assento chinês na instituição, substituindo Taipei (KENT, 2007).

O processo de negociação das cotas de contribuição e participação dos membros no FMI, como descritas no parágrafo anterior, são estabelecidas, até o presente momento, pelo Comitê de Governadores. Este, age de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo, cujas ações são direcionadas pelos burocratas da instituição. O tamanho da cota no FMI é que estabelecerá a participação ou não do país no Comitê Executivo (JACOBSON; OKSENBERG, 1990). O procedimento para determinar o tamanho das cotas dos países no FMI é baseado nas informações fornecidas pelos países à instituição concernentes ao tamanho, à importância e ao caráter de suas economias.

Enquanto a adesão ao Banco Mundial traz ao aspirante apenas benefícios por meio dos empréstimos, a adesão ao FMI implica também obrigações, como o respeito às regras de câmbio e às restrições das moedas no sistema internacional (KENT, 2007). Enquanto o Banco concede empréstimos para projetos de desenvolvimento em seus países membros, o FMI, além de conceder empréstimos, também impõe condicionalidades aos seus devedores ou postulantes. O órgão possui a autoridade de requerer de um país devedor ou postulante a empréstimo mudanças em suas políticas econômicas (KENT, 2007).

O FMI seria o mantenedor da estabilidade do sistema monetário internacional e seus membros contribuiriam com uma quantia equivalente à sua cota na instituição, onde parte é estabelecida de acordo com os SDR e o restante segundo sua própria moeda. Essa cota determinará o poder de voto do país e o seu acesso ao crédito no organismo.

Com a imposição de mais obrigações aos seus membros, o Tratado fundador da instituição possui trinta e um artigos, contudo bem maiores e detalhados quando comparados aos do Banco Mundial. Para exemplificá-los, os artigos II e III regem as regras para os membros participantes e os de número XXIV, XXVI e XVII tratam dos termos de participação, saques e suspensões temporárias dos membros do organismo (KENT, 2007).

---

<sup>129</sup>Modificações implementadas nos empréstimos da instituição realizadas no âmbito da 8ª Revisão Geral das Cotas do FMI que foi finalizada em janeiro de 1981.

Os SDR são explanados em dez artigos, sendo eles XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII e XXV.<sup>130</sup> Entretanto, é somente nos artigos IV, VIII e XXII que estão as obrigações gerais dos Estados participantes, incluindo a repulsa a restrições a pagamentos em moeda local, à discriminação a certas práticas monetárias, a conversibilidade dos balanços dos países e o fornecimento de informações acerca da economia internacional (KENT, 2007).

Esse fornecimento de informações é intrínseco aos procedimentos de monitoramento do FMI que, por sinal, são bem rigorosos. O FMI monitora o respeito às regras estabelecidas de diferentes formas: vigilância do país membro, vigilância sistêmica e vigilância regional sobre as uniões monetárias (KENT, 2007). Há também revisões bienais e avaliações externas acerca da vigilância do FMI, ou seja, um *feed back* sobre o trabalho da instituição.

Com o passar dos anos e a ocorrência de diversas crises econômicas internacionais, as instituições da OEI adaptaram suas funções. Se antes apenas solucionavam problemas de balanço de pagamentos, passaram a elaborar políticas para elucidar crises econômicas, fiscais e de dívidas públicas, como a da Europa de 2011. Mesmo com essa adaptação nas suas funções, as ações do FMI ainda estão calcadas nas mesmas idéias da prosperidade econômica internacional sob as regras do liberalismo, livre comércio, estabilidade monetária e mobilidade de capitais (KENT, 2007). O FMI, o Banco Mundial e o GATT – origem da OMC – foram criados fora do sistema ONU e, depois, inseridos no escopo institucional da organização, sendo submetidos à autoridade do ECOSOC (Conselho Econômico e Social).

A RPC, já presente no FMI, ainda não possuía meios econômicos para defender a reforma da instituição. O governo de Pequim chegou a sacar, em 1981, recursos do FMI, quitados em 1984, para respaldar suas políticas de transição macroeconômica. Até então, o país ainda não era visto como uma nação próspera e emergente, como passou a sê-lo a partir dos anos 1990.

#### **4.1.2 – O Fundo Monetário Internacional e as Reformas Econômicas da República Popular da China: de 1979 até 1990**

A crise da dívida externa dos países em desenvolvimento foi um dos acontecimentos mais importantes da década de 1980. Ela foi de tamanha magnitude que marcou os anos 1980 como “a década perdida” para os países latino-americanos e africanos subsaarianos

---

<sup>130</sup>International Monetary Fund. **Articles of Agreement of the International Monetary Fund**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/index.htm> Acesso em: 09 out. 2012.

porque ambos sofreram fortes recessões econômicas, altas taxas de inflação e reformas estruturantes impopulares. A ação do FMI foi decisiva para que o temor global não se espalhasse e, assim, em conjunto com os países mais afetados, se pudesse implementar as reformas internas necessárias e reestruturar as dívidas externas desses países com seus credores.

Para exemplificar o tamanho das dívidas e a importância da atuação do FMI nas reestruturações dos débitos, a República Democrática do Congo devia em torno de 720% de seu Produto Nacional Bruto<sup>131</sup>, Guiné-Bissau cerca de 415% do PNB, Angola cerca de 292%, Brasil cerca de 30%, Argentina cerca de 51% e México cerca de 45%. Se todos esses países declarassem falência conjuntamente, o potencial perturbador do sistema internacional seria devastador. Logo, percebe-se a importância fundamental da ação do FMI para mitigar os possíveis efeitos da crise da dívida externa dos anos 1980.<sup>132</sup>

Contudo, mesmo após a ação do FMI para mitigar os efeitos da crise, muitos analistas criticaram as políticas neoliberais impostas pelo FMI aos países que requisitavam o saque de seus recursos. Em troca de ajuda para sanear suas contas públicas, os países em crise tinham que implantar uma série de medidas econômicas neoliberais impostas pelo órgão.<sup>133</sup>

As dívidas externas dos países em desenvolvimento estão diretamente relacionadas ao choque do petróleo dos anos 1970. O choque forçou muitos países importadores da *commoditie* a tomarem empréstimos em bancos comerciais nos países desenvolvidos para cobrirem os déficits dos seus balanços de pagamento. Com a escalada inflacionária nos países centrais e o conseqüente aumento de suas taxas de juros, originou-se uma crise internacional de dívidas públicas nos países mais pobres.<sup>134</sup>

Durante os anos 1970, os bancos comerciais dos países ocidentais emprestaram bilhões de dólares norte-americanos aos países importadores de petróleo para que sanassem seus déficits correntes originários do choque do petróleo. Esse movimento de empréstimos ficou conhecido como petrodólares. O dinheiro era oriundo dos depósitos dos países

---

<sup>131</sup>PNB = Produto Interno Bruto + “total de rendas recebidas do exterior” – “total de rendas enviadas ao exterior”.

<sup>132</sup> Defesa de Direitos e a Dívida: Um Guia Prático. **A Crise da Dívida**. Disponível em: <http://tilz.tearfund.org/webdocs/Tilz/Topics/Other%20advocacy%20training%20materials/AdvdebtP%20-%202-3.pdf> Acesso em: 08 nov. 2012.

<sup>133</sup>FILHO, Petrónio P. **O Ajustamento da América Latina: Crítica ao Modelo de Washington**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000100007&script=sci_arttext) Acesso em: 03 fev. 2013.

<sup>134</sup> International Monetary Fund. **Debt and Painful Reforms (1982-1989)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histdebt.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

exportadores de petróleo que, por sua vez, viram suas receitas aumentarem exponencialmente após o aumento do preço da *commoditie* no mercado internacional.<sup>135</sup> Esses empréstimos, de um modo geral, eram concedidos com taxas de juros variáveis, ou seja, elas poderiam ser alteradas de acordo com as taxas de juros do país sede da instituição bancária.<sup>136</sup>

Quando as taxas de juros dos países desenvolvidos começaram a elevar-se em 1979, as taxas dos empréstimos dos países em desenvolvimento e importadores de petróleo também aumentaram. O crescimento dos repasses das dívidas dos países não produtores de petróleo para os bancos nos países industrializados foi estimado em US\$ 22 bilhões entre os anos de 1978 e 1981.<sup>137</sup> Ao mesmo tempo, o preço das *commodities* exportadas por esses países caiu devido à recessão econômica global provocada pelas políticas monetárias ortodoxas anti-inflacionárias ao redor do planeta.

A responsabilidade dos países em desenvolvimento para com esses problemas macroeconômicos incluiu desde as políticas fiscais expansionistas até as taxas de câmbio sobrevalorizadas sustentadas por massivos empréstimos internacionais.<sup>138</sup> Já a responsabilidade dos países desenvolvidos foi ter aumentado suas taxas de juros sem considerar a realidade econômica do sistema internacional, ou seja, buscando solucionar apenas seus problemas inflacionários domésticos.

Quando a crise da dívida eclodiu no México em 1982, o FMI coordenou políticas de âmbito mundial, engajando inclusive bancos comerciais credores dos países endividados. Segundo o FMI, ninguém seria beneficiado caso os países devedores interrompessem o pagamento de suas dívidas.<sup>139</sup> As iniciativas da instituição acalmaram o pânico inicial e demoveram o potencial estrago que ele poderia causar aos mercados internacionais. Entretanto, um longo caminho teve de ser percorrido pelos países devedores, como a implementação de reformas econômicas de difícil aceitação popular e o aumento da cooperação para com o FMI. Somente assim o problema seria solucionado e eliminado.<sup>140</sup>

A RPC não esteve envolvida diretamente na crise da dívida externa dos anos 1980 por dois motivos. O primeiro porque o país esteve alijado dos mercados financeiros internacionais durante os anos 1970, quando os empréstimos dos países devedores foram

---

<sup>135</sup> International Monetary Fund. **Debt and Painful Reforms (1982-1989)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histdebt.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>136</sup> *Ibid.*

<sup>137</sup> *Ibid.*

<sup>138</sup> *Ibid.*

<sup>139</sup> *Ibid.*

<sup>140</sup> *Ibid.*

tomados. Já o segundo está relacionado à ausência de uma dívida externa relevante por parte da RPC. Os dirigentes chineses ainda buscavam aumentar a integração do país no sistema internacional quando ocorreu o *default* do México em 1982.

O governo de Pequim estava mais preocupado com questões relacionadas à adesão do país ao FMI do que com a crise internacional em si. A questão do tamanho da cota da RPC era importante porque definiria sua contribuição e poder de decisão no FMI. A colaboração de um país membro é equivalente a sua cota e determina tanto o montante que o país pode sacar como o poder de voto na instituição. Quando o FMI foi criado em 1945, a participação da RC era de cerca de US\$ 550 milhões. Esse aporte inicial na criação da instituição deu a RC o direito de indicar um representante para o Comitê Executivo já que sua cota era a terceira maior da organização (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

Com o passar dos anos e a expansão dos recursos da instituição, a participação taiwanesa não foi sendo incrementada. As autoridades da RC, até então detentoras do assento chinês, não aumentaram o aporte do país no FMI, o que diminuiu o tamanho proporcional de sua cota e fez com que o país perdesse o direito de indicar um membro do Comitê Executivo (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

A saída da RC e a entrada da RPC significou a mudança do tamanho da cota relativa ao assento chinês e, conseqüentemente, a perda da indicação de um representante para o Comitê Executivo. Em julho de 1980, a RPC decidiu aumentar a sua participação com o objetivo de obter o direito de indicar um membro para o Comitê Executivo.<sup>141</sup> Uma delegação do FMI coletou dados acerca da economia chinesa e, poucos meses depois, o Comitê de Governadores decidiu que o incremento da cota do país seria de US\$ 1.2 bilhões. A cota da RPC passou para cerca US\$ 1.8 bilhões em 1980. Em 1983 foi realizada outra Revisão Geral das Cotas – a 8ª – onde a participação da RPC foi novamente incrementada para cerca de US\$ 2.39 bilhões (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

O estágio de preparação da adesão e participação da RPC no FMI terminou em maio de 1980, com a organização das ações que deveriam ser tomadas tanto pelo país como pela instituição. Assim, os chineses nomearam seu primeiro representante em ambos os Comitês do FMI, de Governadores e Executivo, respectivamente o até então Presidente do Banco Popular da China Li Baohua e Zhang Zicun (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

---

<sup>141</sup>Para mais informações acerca das negociações que levaram a República Popular da China a indicar sozinho um membro para o Comitê Executivo do Fundo Monetário Internacional, ler o documento “Getting a Seat at the IMF Executive Board Table: Strategic, Economic, or Bureaucratic Politics?” Disponível em: [http://citation.allacademic.com/meta/p\\_mla\\_apa\\_research\\_citation/2/5/2/1/5/pages252154/p252154-1.php](http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/2/5/2/1/5/pages252154/p252154-1.php) Acesso em: 02 abr. 2013.

Nos primeiros contatos entre Pequim e o FMI, devido à até então política autárquica chinesa, o relacionamento era pouco intenso, ou seja, quase não havia trocas. Para ilustrar essa frieza, na década de 1990, a cada cinco semanas em que o Banco Mundial se empenhou em solucionar os problemas do país, o FMI gastou apenas uma. Outro dado é que, no mesmo período, o escritório do Banco Mundial na capital chinesa possuía sessenta e cinco funcionários, ao passo que o do FMI empregava apenas dois (KENT, 2007).

Em 1981, a RPC conseguiu seu primeiro empréstimo do FMI no valor de US\$ 450 milhões em SDR, além de US\$ 309 milhões da instituição como respaldo para seu programa de estabilização econômica. O empréstimo chinês totalizou US\$ 759 milhões e foi totalmente pago em 1984. Em 1986, Pequim retirou novamente US\$ 596.3 milhões que foi pago no ano seguinte (KENT, 2007).

Após esses dois empréstimos, que foram liquidados em prazos curtos de tempo, o país não efetuou mais retiradas na instituição. Ademais, essa não retirada do país é intrínseca à confiança de Pequim em sua poupança doméstica como fonte de financiamento dos gastos governamentais. Vale ressaltar que todos os empréstimos da RPC junto ao FMI não possuíram vínculo com a crise da dívida externa dos anos 1980, apesar de se situarem no mesmo período de tempo. Como já dito, esses empréstimos foram, mais especificamente, ajudas dadas pela instituição para garantir o sucesso dos planos de estabilização e reformas econômicas internas as quais a RPC implementava naquele momento (KENT, 2007).

Por sua vez, a RPC tornou-se o maior receptor de assistência técnica do FMI. O seu ímpeto em modernizar-se encontrou no FMI um parceiro estratégico e útil para conselhos e informações, particularmente por meio dos Anuários para consultas acerca de seu crescimento, economia e inflação (KENT, 2007). Além disso, as políticas de avisos da instituição, sobretudo as de balanço de pagamentos e de assistência técnica, também foram consideradas de extrema importância. O provimento de assistência técnica à RPC abrangeu inúmeros assuntos como estatísticas econômicas, reforma fiscal, impostos, balanço de pagamentos e operações monetárias (KENT, 2007). O órgão responsável por essas atividades foi o Instituto FMI, ou seja, o encarregado de prestar assistência técnica para os Estados membros da instituição.

Com essa assistência, o processo de integração da RPC no FMI harmonizou a legislação doméstica do país com as regras do órgão. Nos anos 1980, conforme visto no capítulo 2, foi criado um sistema bancário central sob a égide do Banco Popular da China, que adotou medidas para aumentar a flexibilidade e a credibilidade de suas políticas monetárias (KENT, 2007). Isso incluiu a diversificação dos instrumentos de política

monetária, ajustes na política de crédito, estabilização do balanço de pagamentos, a taxa de câmbio do yuan, a reestruturação das instituições financeiras não bancárias, a aceleração da reforma financeira e a reestruturação das empresas estatais (KENT, 2007). Logo, com a reorganização da economia e a reforma dos bancos comerciais, o país estaria pronto para abrir-se aos mercados financeiros.

Nesse processo de aderência, a negociação acerca do tamanho da cota do país alçou a RPC a nona maior da instituição, como mostra a tabela 15. Devido a esse aumento de participação, foi acordado que a RPC teria o direito de indicar um membro para o Comitê Executivo do FMI (JACOBSON; OKSENBERG, 1990). Com essas renegociações, a RPC que possuía 18,250 votos com 2.82% do total, em 1983, passou para 24,159 votos. Mas, com o aumento generalizado das cotas, proporcionalmente à porcentagem total o país recebeu 2.58%, ou seja, sua cota diminuiu 0.24% (JACOBSON; OKSENBERG, 1990).

Tabela 15: Poder Relativo de voto da República Popular da China em 1988 no FMI.

País	Ranking no FMI	Porcentagem do Total no FMI
Estados Unidos	1	19.14%
Reino Unido	2	6.63%
Alemanha Ocidental	3	5.79%
França	4	4.81%
Japão	5	4.53%
Arábia Saudita	6	3.44%
Canadá	7	3.16%
Itália	8	3.13%
<b>China</b>	<b>9</b>	<b>2.58%</b>
Holanda	10	2.44%
Índia	11	2.38%
Bélgica	12	2.25%
Austrália	13	1.75%
Brasil	14	1.59%
Venezuela	15	1.49%
Espanha	16	1.40%

México	17	1.27%
Argentina	18	1.21%
Suécia	19	1.16%
Indonésia	20	1.10%

Fonte: IMF, *International Monetary Fund: Annual Report*, 1988 (Washington, D.C.: IMF, 1988)

No geral, os processos de transição, tanto da economia socialista chinesa para a de mercado quanto a participação organizacional na instituição fizeram com que a RPC se adequasse às regras institucionais (KENT, 2007). O país adotou algumas das políticas recomendadas pelo FMI, em particular as relativas ao câmbio nos anos 1980. Isso incluiu, em 1986, a desvalorização do yuan em 15.8% e, em 1994, a adoção de apenas uma única taxa de câmbio (KENT, 2007).

Assim, a RPC terminou os anos 1980 integrada aos órgãos da OEI, com exceção da Organização Mundial do Comércio (antigo GATT), cuja entrada do país ocorreu apenas em 2001. Os dirigentes da RPC, que antes viam a OEI com desconfiança, passaram a vê-la como um enorme campo cheio de oportunidades para o desenvolvimento e crescimento econômico do país no curto, médio e longo prazos.

## 4.2 – O Império do Meio no FMI: De 1991 até 2011

Nas duas subseções seguintes serão analisadas as participações da RPC no FMI entre os anos de 1991 e 2011. É nos anos 1990 que o Dragão Chinês emerge no FMI e inicia seu movimento diplomático por maior poder de decisão nas reuniões da instituição. Nos anos aqui analisados, serão estudados em particular os resultados mais visíveis das reformas de 1978 para o FMI e para a diplomacia de Pequim.

### 4.2.1 – A Globalização e os Desafios Chineses: de 1991 até 2000

A queda do muro de Berlim em 1989 e a dissolução da URSS em 1991 habilitaram o FMI a tornar-se uma instituição quase universal, ou seja, presente em quase todos os países do mundo.<sup>142</sup> Em três anos, a adesão dos antigos países socialistas elevou de cento e

<sup>142</sup>International Monetary Fund. *Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

cinquenta e dois a cento e setenta e dois a quantidade de Estados membros do FMI. Esse foi o aumento de membros da instituição mais rápido desde a entrada dos países africanos recém-independentes nos anos 1960.<sup>143</sup>

Para atender as suas novas responsabilidades, o corpo de funcionários do FMI foi expandido em perto de 30% em seis anos. O Comitê Executivo aumentou seus assentos de vinte e dois para vinte e quatro para acomodar os diretores da Rússia e da Suíça, além de alguns diretores terem tido suas ações expandidas para outros países antes fora de suas competências.<sup>144</sup>

O FMI possuía, naquele momento, um papel central na ajuda aos países que formavam o então bloco soviético e suas respectivas transições de economias planificadas para de livre mercado.<sup>145</sup> Essas transformações econômicas nunca haviam sido realizadas antes e, às vezes, o processo era pouco suave, ou seja, possuía sobressaltos. Durante quase todos os anos 1990, esses países trabalharam em conjunto com a instituição, beneficiando-se de suas políticas de aconselhamento, de assistência técnica e de suporte financeiro.<sup>146</sup>

No final da década, muitas economias em transição obtiveram sucesso em seus processos rumo ao livre mercado, após muitos anos de intensas reformas econômicas internas, sempre com o respaldo dos recursos do FMI. Em muitos desses países, o resultado final desse processo de transição foi a adesão à União Européia (UE) em 2004, como os países do leste europeu antes pertencentes à chamada antiga cortina de ferro.<sup>147</sup> A UE foi, muitas vezes, a esperança dos antigos países socialistas em transição. Empobrecidos e com suas economias mergulhadas no caos, os investimentos da UE, o acesso ao mercado comum europeu e as reformas políticas e sociais foram um alento para os agora independentes países do leste da Europa.

A década de 1990 foi transpassada pelos processos de transição dos antigos países socialistas de economia planificada para economias de livre mercado. Muitos obtiveram êxito, outros nem tanto. Contudo, o desfecho da década foi marcado pela crise asiática de 1997 que contagiou diferentes países ao redor do planeta nos anos seguintes, a exemplo da Rússia em 1998 e do Brasil em 1999 resultando no abandono da banda cambial do recém criado Real e na adoção do câmbio flutuante.

---

<sup>143</sup>International Monetary Fund. **Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>144</sup>*Ibid.*

<sup>145</sup>*Ibid.*

<sup>146</sup>*Ibid.*

<sup>147</sup>*Ibid.*

Em 1997, a crise financeira derrubou as economias do leste asiático, desde a Tailândia, Indonésia e Coréia do Sul até países menores como Laos e Camboja. Muitos dos países afetados pediram ao FMI tanto suporte financeiro como assistência técnica para reformas em suas políticas econômicas.<sup>148</sup> Contudo, surgiram conflitos sobre como melhor lidar com a crise, o que deixou o FMI sob críticas muito severas. Essas críticas estavam relacionadas às medidas as quais o FMI recomendava, já que muitos economistas acreditavam que somente a implantação de medidas neoliberais, como a ortodoxia fiscal e as privatizações, não solucionariam a crise. A crise financeira internacional era muito intensa e se espalhava pelo mundo com uma rapidez nunca antes registrada.<sup>149</sup>

O Comitê Executivo dedicou grande parte de suas análises e estudos à crise financeira da Ásia. Os diretores se reuniram por diversas vezes para receber informações e discutir a evolução das economias dos países situados no epicentro da crise, além de orientar o trabalho que os funcionários do FMI desenvolviam em conjunto com as autoridades dos países em crise.<sup>150</sup> O Comitê Executivo aprovou programas de ajuste respaldados pelo FMI com grande volume de ajuda financeira em favor da Coréia do Sul, da Tailândia e da Indonésia. O Comitê também realizou diversas análises mais profundas e detalhadas acerca dos problemas mais gerais suscitados pela crise, como suas causas, as políticas que deveriam ser aplicadas, o papel que a comunidade internacional precisaria desempenhar na solução do problema e as lições que poderiam ser extraídas dessa crise que assolou a Ásia em 1997.<sup>151</sup>

A crise financeira asiática produziu um contexto de graves pressões nos mercados financeiros de várias economias locais, associado ao medo provocado pela falta de solidez dos sistemas financeiros, aos grandes déficits externos, à supervalorização dos ativos em bolsa de valores, à manutenção de regimes de câmbio fixo e à excessiva dependência dos fluxos de capital de curto prazo que, geralmente, se destinam para investimentos pouco produtivos.<sup>152</sup> Ademais, a perda de competitividade no mercado internacional pelos países asiáticos foi influenciada diretamente pelas grandes oscilações cambiais entre o iene japonês e o dólar norte-americano. Essas pressões foram particularmente intensas na Tailândia.<sup>153</sup>

Os efeitos secundários da crise foram sentidos em países como Filipinas, Indonésia e Malásia. Em todos esses países, as pressões que os mercados sofreram deram lugar, em

<sup>148</sup>International Monetary Fund. **Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>149</sup>*Ibid.*

<sup>150</sup>*Ibid.*

<sup>151</sup>*Ibid.*

<sup>152</sup>International Monetary Fund. **Informe Anual 1998 del FMI**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/98/s/pdf/file03s.pdf> Acesso em: 09 nov. 2012.

<sup>153</sup>*Ibid.*

última instância, à adoção de regimes cambiais mais flexíveis, a fortes depreciações de suas respectivas moedas e ao valor dos ativos listados em suas bolsas de valores.<sup>154</sup>

Na reunião realizada pelo Comitê Executivo do FMI em 1997, vários diretores ressaltaram a importância de frear os déficits externos e utilizar o mínimo possível dos empréstimos vindos do exterior, especialmente os de curto prazo em moeda estrangeira, objetivando sempre reduzir o risco de que se produzissem câmbios desfavoráveis nos mercados de capitais.<sup>155</sup> Vários diretores também observaram que para se restabelecer a estabilidade da economia e dos mercados financeiros, era crucial que todos os países da região aplicassem firmes políticas macroeconômicas e estruturais, reforçassem a supervisão financeira e aumentassem a transparência, publicando periodicamente os dados econômicos e financeiros de suas economias.<sup>156</sup>

Quando, posteriormente, analisaram a perspectiva da economia mundial, a crise já havia tomado proporções maiores e, assim, contaminado a Coreia do Sul. Ao se considerar os motivos que originaram a turbulência e a rapidez de sua propagação para outros países, os diretores constataram que deveriam ser observados vários elementos, entre eles os sólidos resultados econômicos registrados por esses países nos anos anteriores à crise.<sup>157</sup> Esses bons resultados contribuíram para atrair grandes volumes de capital durante os anos noventa. Esse fluxo impôs, em última instância, fortes demandas sobre as instituições e as políticas econômicas, incluindo as que tinham por objetivo fomentar a estabilidade monetária e a solidez do setor financeiro.<sup>158</sup> Devido ao vigoroso desempenho econômico desses países nos decênios anteriores à crise, as autoridades não adotaram as medidas corretivas necessárias visando, no futuro, mitigar os riscos de desequilíbrios financeiros e, assim, evitar possíveis crises econômicas.<sup>159</sup>

Os diretores do Comitê Executivo do FMI acordaram que seria indispensável a adoção de medidas audazes para corrigir as deficiências básicas das políticas públicas até então implementadas. Essas medidas buscariam restabelecer a confiança e por fim sanar as dificuldades econômicas dos países em crise.<sup>160</sup> Assim, os diretores destacaram quatro esferas de atuação:

---

<sup>154</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 1998 del FMI**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/98/s/pdf/file03s.pdf> Acesso em: 09 nov. 2012.

<sup>155</sup> *Ibid.*

<sup>156</sup> *Ibid.*

<sup>157</sup> *Ibid.*

<sup>158</sup> *Ibid.*

<sup>159</sup> *Ibid.*

<sup>160</sup> *Ibid.*

- 1) Era necessário tranquilizar os investidores tanto nacionais como estrangeiros a respeito da restauração da estabilidade macroeconômica;
- 2) A política monetária deveria ser suficientemente forte para resistir a uma excessiva depreciação do tipo de câmbio e suas consequências inflacionárias;
- 3) Seria necessário corrigir as deficiências do setor financeiro adotando medidas capazes de acabar com a incerteza e a desconfiança dos investidores tanto nacionais como estrangeiros;
- 4) A busca constante pela melhora da gestão governamental, tanto no nível público como no empresarial, para que se conseguissem uma maior transparência e responsabilização de seus dirigentes. Para isso, a publicação periódica dos dados exatos dos indicadores de todos os setores bancário e financeiro era de vital importância.

Assim, para que o FMI pudesse alcançar seus objetivos e realizar suas operações, seu Convênio Constitutivo estabeleceu que a instituição “exerceria uma firme supervisão das políticas de tipo de câmbio nos países membros”. Na busca desse fim, o FMI utiliza instrumentos multilaterais e bilaterais para fiscalizar as ações dos países.<sup>161</sup>

A supervisão multilateral consiste nas deliberações sobre a evolução do sistema monetário internacional, realizado pelo Comitê Executivo com base nas informações sobre as perspectivas da economia mundial preparados por seu *staff* e por meio também de debates realizados periodicamente acerca da evolução, das perspectivas e das principais questões dos mercados internacionais de capitais.<sup>162</sup>

Já a supervisão bilateral se dá por meio de consultas a cada país membro, que ocorrem anualmente conforme o acordado no Artigo IV do Convênio Constitutivo do FMI. O Comitê Executivo complementa a supervisão realizada pela instituição por meio do acompanhamento sistemático da evolução de cada país e da economia mundial.<sup>163</sup>

Os mecanismos de supervisão foram criados para que o FMI se certificasse de que os recursos emprestados aos países em crise estivessem sendo bem utilizados, ou seja, de acordo com as suas especificações. Em situações de crise, como a asiática de 1997, esses mecanismos de supervisão foram mais visíveis devido aos pré-requisitos impostos pelo FMI para aprovar empréstimos aos países necessitados. Ademais, as crises econômicas internacionais são oportunidades para os países envolvidos projetarem seu poder dentro

---

<sup>161</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 1998 del FMI**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/98/s/pdf/file03s.pdf> Acesso em: 09 nov. 2012.

<sup>162</sup> *Ibid.*

<sup>163</sup> *Ibid.*

do FMI por meio do veto ou da concessão de recursos aos países em crise ou instáveis economicamente.

Por sua vez, a crise financeira asiática foi sintomática para revelar o ganho de influência da RPC no âmbito do FMI porque, desde 1988, o país já indica sozinho um membro para o Comitê Executivo – o órgão mais importante do FMI – da instituição, ou seja, sem precisar ser eleito por nenhum outro membro. Isso a igualou aos países mais importantes do FMI, como os EUA, por exemplo. Essa indicação só foi possível porque o país aumentou sua contribuição e tornou-se um dos maiores cotistas.<sup>164</sup>

Outro indício do crescente poder chinês foi a 11ª Revisão Geral de Cotas do FMI, cujas negociações iniciaram-se em 1998 e entraram em vigor no início de 1999. A proximidade à crise financeira que assolou o sudeste asiático não foi mera coincidência.<sup>165</sup> O abalo de 1997 precipitou a Revisão Geral que, geralmente, é feita de cinco em cinco anos, e redistribuiu a participação dos membros da instituição. O 11º encontro mais uma vez aumentou a colaboração dos países emergentes em detrimento dos desenvolvidos de acordo com sua porcentagem na economia mundial.<sup>166</sup>

A cota de Pequim estava em US\$ 3,385.2 bilhões em SDR, o que lhe atribuía 47.122 votos e cerca de 2.20% do total (KENT, 2007). Sua participação total diminuiu, apesar de sua contribuição ter aumentado, devido ao incremento dos recursos disponíveis na instituição. Proporcionalmente ao novo montante total outros países aumentaram ainda mais seus repasses e contribuições, o que diminuiu a cota de Pequim.

Mesmo com essa diminuição, a cota chinesa ainda era substancial quando comparada à de seus vizinhos (Bangladesh, Butão, Índia e Sri Lanka), que somados representavam 2.42% do total (KENT, 2007). Assim, durante a crise asiática de 1997, Pequim contribuiu para um pacote de resgate do FMI estrito para economias asiáticas em dificuldade. Nele, foram repassados US\$ 1 bilhão para a Tailândia e US\$ 200 milhões para a Indonésia (KENT, 2007).

Mesmo com a reforma de 1998, os representantes chineses se posicionaram criticamente perante as políticas do FMI já no ano 2000. Os países em desenvolvimento, sobretudo a RPC, acreditavam que a implementação de reformas na instituição era

---

<sup>164</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 1998 del FMI**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/98/s/pdf/file03s.pdf> Acesso em: 09 nov. 2012.

<sup>165</sup> MARTINS, Fernando. **11ª Revisão Geral das Cotas do FMI: Enquadramento e Implicações**. Disponível em: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB199810\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB199810_p.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>166</sup> *Ibid.*

influenciada fortemente pelos países do Grupo dos Sete (G7)<sup>167</sup>. Segundo as nações em desenvolvimento, as reformas poderiam ser iniciadas pelo Comitê e não pelos países do G7 que são os principais credores do FMI (KENT, 2007).

Após a reforma de 1998, os dirigentes chineses ainda defendiam que a participação da RPC no FMI estava aquém do seu tamanho na economia mundial. Seu objetivo era aumentar a contribuição do país e, conseqüentemente, o poder de voto perante os países desenvolvidos. Somente em 2001 essas diferenças entre Pequim e o FMI foram sanadas. Em janeiro, o Diretor-Gerente, Horst Kohler, anunciou que o Comitê Executivo propôs ao Comitê de Governadores o incremento da cota da RPC para US\$ 6,369.2 bilhões em SDR (KENT, 2007). A justificativa dada por Kohler foi que esse aumento iria refletir a posição ocupada pela RPC na economia mundial, corrigindo eventuais distorções. A cota proposta representava 3% do total do FMI e, em fevereiro daquele ano, ela foi aprovada pelo Comitê de Governadores, transformando a RPC na oitava maior cota da instituição (KENT, 2007).

Dessa experiência, o FMI retirou ainda uma série de lições que mudariam suas atitudes nos eventos futuros. Primeiramente, a instituição se convenceu de que deveria dar mais atenção ao setor bancário de países mais pobres e fracos e aos efeitos dessa fraqueza na estabilidade macroeconômica.<sup>168</sup> Em 1999, o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, lançou um Programa de Acesso ao Setor Financeiro e iniciou um processo de adesão dos países de modo voluntário. Segundo, o FMI percebeu que os pré-requisitos institucionais para uma liberalização satisfatória dos fluxos de capitais internacionais eram mais complexos do que o previsto.<sup>169</sup> Esse contratempo fez com que os economistas do FMI perdessem o entusiasmo com o processo de liberalização desses fluxos. Terceiro, a severidade da contração da atividade econômica que acompanhou a crise asiática necessitou de uma reavaliação sobre como as políticas fiscais deveriam ser ajustadas, já que a crise acarretou um súbito corte nos fluxos financeiros internacionais.<sup>170</sup>

Logo, em 1945, o FMI tinha como objetivo apenas auxiliar países com dificuldades em seus balanços de pagamentos mas, em 1997, passou a fornecer recursos para mitigar crises econômicas e ajudar em reformas estruturantes nos países segundo a política neoliberal predominante na década de 1990. A crise asiática foi o marco dos anos 1990 na

---

<sup>167</sup>Grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo. É formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

<sup>168</sup>International Monetary Fund. **Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>169</sup>*Ibid.*

<sup>170</sup>*Ibid.*

economia internacional, assim como a crise do *subprime* de 2008 foi para o início do século XXI, como será abordado na próxima subseção.

#### **4.2.2 – A Pró-Atividade da República Popular da China no FMI diante das Crises Econômicas Internacionais: de 2001 até 2011**

No ano de 2008, o FMI esteve na linha de frente prestando suporte aos países envolvidos naquela que foi a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão da década de 1930.<sup>171</sup> Já na primeira década do século XXI, os fluxos de capitais internacionais financiaram a expansão da economia internacional e habilitaram muitos países a não só quitarem seus débitos com o FMI, mas também a acumularem grandes quantias em reservas internacionais.<sup>172</sup>

A crise econômica global iniciada nos EUA em 2007, que se espalhou pelo planeta em 2008, foi precedida por grandes desequilíbrios nos fluxos globais de capitais. Esses fluxos flutuavam entre 2% e 6% do PIB mundial entre os anos de 1980 e 1995 e, desde então, passaram para cerca de 15%.<sup>173</sup> Em 2006, eles totalizaram cerca de US\$ 7.2 trilhões, o que representava mais que o triplo do verificado em 1995. Esse crescimento acelerado foi diagnosticado somente nas economias desenvolvidas.<sup>174</sup>

Na busca por políticas para superar a crise, os governantes das economias desenvolvidas tiveram que buscar uma trajetória de queda de suas dívidas públicas, mas sem sacrificar o crescimento econômico no curto prazo.<sup>175</sup> Foi necessário realizar um ajuste fiscal mensurado no curto prazo, acompanhado de planos de consolidação econômica a médio prazo que incluíam reformas nos programas de pagamentos das dívidas. Essas economias tiveram que iniciar reformas estruturais em seus mercados de trabalho para reduzir o desemprego e propiciar uma expansão da economia com mais vigor.<sup>176</sup> No caso das economias emergentes e em desenvolvimento, as autoridades tiveram que encontrar um

---

<sup>171</sup> International Monetary Fund. **Globalization and the Crisis (2005-present)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histglob.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>172</sup> *Ibid.*

<sup>173</sup> *Ibid.*

<sup>174</sup> *Ibid.*

<sup>175</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>176</sup> *Ibid.*

meio adequado de políticas macroeconômicas que reduzisse os riscos mundiais e que, em certos momentos, mantivesse o controle sobre um superaquecimento da economia.<sup>177</sup>

Para restaurar a confiança internacional e alcançar a estabilidade, foi necessária uma constante cooperação em matéria de política macroeconômica entre os diversos países. Com o objetivo de avançar na direção da solução dos desequilíbrios e da queda da demanda global, os países com altas taxas de poupança tiveram que tomar medidas para superar os obstáculos que freavam o consumo e o investimento, utilizando tipos de câmbio que dependessem mais das forças dos mercados como o flutuante.

O setor financeiro internacional seguiu sendo uma prioridade principal. A necessidade de implantar novas regulações para o setor em escala mundial e de corrigir possíveis outras deficiências foram para o topo da agenda dos principais líderes mundiais no Grupo dos 20 (G20). Essa necessidade deu-se devido à reestruturação e resgate das instituições mais importantes do sistema financeiro e à colaboração transfronteiriça em matéria de supervisão bancária.<sup>178</sup>

O crescimento dos fluxos de capitais estrangeiros no século XIX foram indicados como os grandes causadores da crise da década de 1930. A desregulamentação dos mercados nos anos 1980 fez com que os fluxos de capitais aumentassem rapidamente para níveis superiores aos verificados no século XIX. Segundo muitos economistas, esse rápido aumento nos anos 1990 foi, novamente, a principal causa da crise de 2008 (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Os países criadores do Sistema de Bretton Woods, que vivenciaram a crise de 1930, não deveriam ter permitido que esses fluxos de capitais tivessem readmitido, no início do século XX, a proeminência obtida no século XIX.<sup>179</sup> O desenvolvimento dos mercados, e o conseqüente aumento dos fluxos de capitais, tornou a livre mobilidade de capitais uma arma poderosa para a especulação e para possíveis desequilíbrios macroeconômicos. Devido à essa mobilidade, tradicionalmente, o FMI emprestava recursos para que os países corrigissem seus balanços de pagamentos e evitassem uma instabilidade maior.<sup>180</sup>

A crise econômica de 2008 revelou a fragilidade dos mercados financeiros e levou a economia mundial à pior recessão econômica desde a Grande Depressão dos anos 1930.

---

<sup>177</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>178</sup> *Ibid.*

<sup>179</sup> International Monetary Fund. **Globalization and the Crisis (2005-present)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histglob.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>180</sup> *Ibid.*

Desde então, o FMI tem criado inúmeros mecanismos, arranjos e suportes às políticas econômicas e financeiras para ajudar os países envolvidos diretamente na crise.<sup>181</sup>

Nos anos posteriores à eclosão da crise de 2008, o FMI seguiu respondendo com flexibilidade às necessidades de financiamento de seus países membros envoltos em incertezas nos mercados financeiros. A demanda por recursos da instituição se manteve elevada e seus compromissos também aumentaram, ainda que em ritmo mais lento que no ano seguinte ao início da crise.<sup>182</sup> Com o aumento dos compromissos da instituição com seus membros, importantes medidas foram tomadas para melhorar a supervisão do FMI. O Comitê Executivo considerou uma avaliação integral das atividades de supervisão do Fundo: o Exame Trienal de Supervisão.<sup>183</sup>

Os Diretores Executivos respaldaram, em 2010, o plano de ação da Diretora-Gerente, Christine Lagarde, para reforçar o controle nos seis aspectos seguintes: interconexões, avaliações de riscos, estabilidade financeira, estabilidade externa, marco jurídico e eficácia na supervisão. Cabe destacar que o Comitê Executivo sinalizou que a análise dos efeitos de contágio externo às cinco maiores economias de importância sistêmica, realizado em 2011, contribuiu de maneira útil para o trabalho de supervisão do FMI.<sup>184</sup>

Com respeito ao marco jurídico que embasa as ações de supervisão, o Comitê Executivo iniciou uma atualização do marco, até então vigente, a fim de melhorar a eficácia da supervisão da instituição. Pode-se prever que o Comitê abordará esse tema com mais detalhes e profundidade no ano de 2013.<sup>185</sup>

Como é sempre reiterado pelo FMI, a adoção das reformas aprovadas sobre a estrutura de governo da instituição é crucial para garantir um FMI representativo e legítimo. Uma preocupação constante desde o início da crise internacional de 2008 foi assegurar que o FMI contasse com recursos suficientes para enfrentar os aumentos potenciais das necessidades dos países.<sup>186</sup> Assim, foram incrementados os recursos disponíveis por meio dos Novos Acordos para a Obtenção de Empréstimos em quase US\$ 574 bilhões. Essa ampliação ocorreu para dar acesso imediato aos recursos para os países em crise, caso fosse necessário.<sup>187</sup>

---

<sup>181</sup>International Monetary Fund. **Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>182</sup>International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>183</sup>*Ibid.*

<sup>184</sup>*Ibid.*

<sup>185</sup>*Ibid.*

<sup>186</sup>*Ibid.*

<sup>187</sup>*Ibid.*

Até o ano de 2012, o FMI continuou respondendo de maneira flexível às necessidades de financiamento dos países membros em um contexto de acentuada incerteza mundial. Em janeiro de 2012, o Comitê Executivo analisou em reunião se os recursos do FMI eram adequados para prover o financiamento dos países membros. Mesmo com essa análise pelo Comitê, a Diretora-Gerente sinalizou que essa reunião havia sido uma oportunidade para avaliar se os recursos da instituição eram suficientes para cumprir seu mandato e desempenhar a função de facilitar o alcance e a manutenção da estabilidade mundial.<sup>188</sup>

Durante as reuniões de 2012, os países membros se comprometeram a tomar as medidas necessárias para assegurar a estabilidade financeira mundial. Junto com o G20, o Comitê Monetário e Financeiro Internacional alcançou um acordo para incrementar os recursos do FMI destinados à prevenção e resolução de crises.<sup>189</sup> Um número considerável de países formulou compromissos de injetar recursos no FMI em mais US\$ 430 bilhões, que se somam ao aumento das cotas no âmbito da reforma acordada em 2010. Esses recursos estarão à disposição de todos os países membros da instituição e não serão direcionados a nenhuma região do mundo em particular.<sup>190</sup>

Os países membros podem solicitar assistência financeira ao FMI para atender às suas necessidades quanto ao balanço de pagamentos e à manutenção das reservas internacionais em volume adequado. O FMI normalmente proporciona financiamentos no marco de um “acordo”. O empréstimo procura respaldar o programa econômico de um determinado país que, geralmente, inclui políticas e medidas de ajuste a serem adotadas para solucionar o problema de balanço de pagamentos.<sup>191</sup> Ao longo dos anos, a instituição tem aprovado diversas políticas que estabelecem instrumentos e mecanismos de financiamento, alguns dos quais são suficientemente flexíveis para atender a qualquer tipo de necessidade relacionada ao balanço de pagamentos.<sup>192</sup>

A crise financeira de 2008 afetou profundamente os países europeus, sobretudo Portugal, Grécia e Irlanda. Os três foram, até 2011, os únicos europeus a pedirem ajuda ao FMI para respaldar seus planos de recuperação econômica.

Os problemas estruturais de longa data – como a baixa produtividade, a débil competitividade e os altos níveis de dívida privada – têm prejudicado o crescimento de

---

<sup>188</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>189</sup> *Ibid.*

<sup>190</sup> *Ibid.*

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> *Ibid.*

Portugal e gerado importantes desequilíbrios externos e fiscais. Em maio de 2011, o Comitê Executivo aprovou um acordo ampliado para três anos por um montante de € 26 bilhões a favor de Portugal para apoiar seu programa de ajuste econômico e crescimento.<sup>193</sup> O acordo a favor do país, aprovado como parte do pacto de financiamento coordenado pela UE em torno de € 78 bilhões, permitiu um acesso excepcional aos recursos do FMI, equivalente a 2.306% da cota de Portugal na instituição.

Em março de 2012, o FMI aprovou um acordo ampliado para quatro anos por um montante de € 28 bilhões a favor da Grécia. Igualmente ao que favoreceu Portugal, o acordo grego também ofereceu um gigantesco acesso aos recursos da instituição, equivalente a 2.158,8% da cota do país. Um segundo programa de reestruturação grego contou com um respaldo de € 130 bilhões em financiamento até 2014, sendo € 34 bilhões provenientes do FMI. Soma-se a esse empréstimo mais € 8 bilhões adicionais prometidos pelo FMI em 2015 e no primeiro trimestre de 2016.<sup>194</sup>

No caso da Irlanda, em fevereiro de 2012, o Comitê Executivo permitiu o desembolso de € 3.2 bilhões que estavam inseridos no acordo firmado em 2010 de três anos por um montante de € 22.6 bilhões. Esse acordo firmado com o FMI faz parte do pacto de financiamento da UE no valor de € 85 bilhões, também respaldado por outros países europeus e por contribuições da própria Irlanda.<sup>195</sup>

O FMI não agiu sozinho para conter a crise. A colaboração da instituição com o G20 se intensificou desde o início da crise financeira internacional, quando a ação coletiva do G20 foi crucial para evitar dificuldades econômicas ainda maiores. Por solicitação dos dirigentes do Grupo, o FMI proporcionou análises técnicas em respaldo ao Processo de Avaliação Mútua (PEM), por meio do qual os países do G20 determinariam, de forma multilateral, os objetivos para a economia mundial.<sup>196</sup> Inicialmente, encomendou-se ao pessoal técnico do FMI que analisassem – em colaboração com outras instituições internacionais – se as políticas empregadas individualmente pelos países do Grupo eram coletivamente congruentes com os objetivos de crescimento do próprio G20. Essa colaboração do FMI com o G20 não se limitou ao PEM. Ela transcendeu para outros

---

<sup>193</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>194</sup> *Ibid.*

<sup>195</sup> *Ibid.*

<sup>196</sup> *Ibid.*

campos, como a iniciativa sobre as deficiências de dados e os informes sobre os efeitos das reformas regulatórias nas economias de mercado e em desenvolvimento.<sup>197</sup>

A comunidade internacional reconheceu que os recursos financeiros do FMI tornaram-se mais importantes nesse momento de crise do que o eram antes. Esse montante de dinheiro tornou-se pequeno diante do tamanho da crise econômica global nos anos posteriores à sua gênese em 2007.<sup>198</sup> O aumento dos seus recursos ocorreu graças ao aporte dos países credores, quando a capacidade do FMI foi triplicada para cerca de US\$ 750 bilhões. Para o uso efetivo desses recursos, o FMI reformulou suas políticas, incluindo a criação de uma linha de crédito flexível para os países com fundamentos econômicos sólidos e sucesso na implementação de suas políticas econômicas.<sup>199</sup> Outras reformas, adaptadas para ajudar os países mais pobres, habilitaram o FMI a desembolsar grandes somas em pouco tempo, sem constrangê-los por meio das cotas e do poder de voto.<sup>200</sup>

Dentro do sistema de cotas do FMI, os países em desenvolvimento comandam apenas 31% do total, enquanto os países desenvolvidos possuem 60%. As decisões para reformas ou modificações nas cotas necessitam de 85% do total, quaisquer outras decisões requerem 70% e os empréstimos são aprovados com apenas 50% das cotas da instituição (KENT, 2007). Pequim acredita que, com as atuais cotas, os países em desenvolvimento não consigam efetuar reformas significativas e influenciar nas políticas do FMI. Por essas razões, a RPC busca uma maior pró-atividade para, assim, aumentar suas contribuições e repasses ao órgão (KENT, 2007).

No ano de 2008, na esteira da crise, foram acordadas reformas gerais relativas às cotas do FMI. Essa reforma aumentou a representatividade das economias emergentes na instituição. Entretanto, já no ano de 2010, impulsionados pela persistência da crise econômica de 2008, os países membros realizaram uma nova reforma nas cotas do FMI.

Essa nova reforma iniciou-se em abril de 2009 quando o Comitê Executivo se reuniu para começar a debater as principais questões e opções de reforma da estrutura do FMI. Os debates dos Diretores Executivos estavam baseados em vários boletins e informes elaborados por uma Comissão de Notáveis e por representantes da Sociedade Civil. O Comitê apresentou seu relatório imediatamente antes da reunião anual de 2009, em Istambul,

---

<sup>197</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>198</sup> International Monetary Fund. **Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>199</sup> *Ibid.*

<sup>200</sup> *Ibid.*

ocasião na qual a importância da reforma da estrutura da instituição, para a manutenção de sua legitimidade e eficácia, foi reforçada.<sup>201</sup>

Nas suas deliberações preliminares, os Diretores Executivos examinaram cinco questões fundamentais: realinhamento das cotas relativas, participação no alto nível, tomada de decisão eficaz e representação no Comitê Executivo, seção aberta da Gerência do FMI e a atualização do mandato da instituição.<sup>202</sup>

Os Diretores manifestaram seu acordo quanto à necessidade de um Comitê Executivo sólido para o desenvolvimento das funções do FMI. Eles também reforçaram a importância da função do Comitê, prestando mais atenção às questões estratégicas e a modernização das práticas de trabalho. Já no que se refere às regras de votação, os Diretores Executivos reafirmaram que a prática de tomar decisões por consenso, sempre que possível, é a mais vantajosa para a instituição.<sup>203</sup>

O Comitê Executivo realizou várias deliberações sobre a questão da estrutura do FMI. Em março de 2010, iniciou-se a reunião da 14ª Revisão Geral das Cotas do FMI, seguida de um debate acerca do tamanho da instituição, ou seja, do aumento ou diminuição do montante total disponível para os países. Nesse mesmo mês, o Comitê debateu outros dois temas: a reforma dos processos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional – Comitê assessor da Junta de Governadores – para facilitar decisões mais eficazes e um possível Comitê cuja composição seja integralmente resultado de uma eleição.<sup>204</sup>

As cotas de participação são uma fonte importante dos recursos financeiros do FMI. A Junta de Governadores da instituição realiza revisões gerais das cotas com regularidade – mínimo de cinco anos – e que permitem ao FMI avaliar a suficiência das cotas em função das necessidades de financiamento dos países membros. É por meio dessas revisões que se permite modificar as cotas dos países em função das mudanças de posição relativa na economia mundial, assegurando que o mecanismo decisório do sistema financeiro internacional evolua em conjunto com a economia mundial. A última revisão geral – 14ª Revisão Geral das Cotas do FMI – terminou em dezembro de 2010.<sup>205</sup>

Em dezembro de 2010, após a conclusão da 14ª Revisão Geral das Cotas, a Junta de Governadores aprovou uma proposta de emenda do Convênio Constitutivo do FMI sobre a

---

<sup>201</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2010 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2010/pdf/ar10\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2010/pdf/ar10_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>202</sup> *Ibid.*

<sup>203</sup> *Ibid.*

<sup>204</sup> *Ibid.*

<sup>205</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

reforma do Comitê Executivo. Essas duas reformas, uma vez aceitas pelos países membros, duplicarão as cotas até aproximadamente US\$ 739 bilhões e transferirão mais de 6% das cotas relativas para as economias emergentes, superando o mínimo de 5% estabelecido pelo Comitê Monetário e Financeiro Internacional em 2009.<sup>206</sup> Na tabela 19 constam os valores da cota e do voto pós-2008 e pós-2010 da RPC.

Tabela 16: Variação da Cota e dos Votos da RPC nas reformas de 2008 e 2010.

Cota		Votos	
Pós-2008	Pós-2010	Pós-2008	Pós-2010
3.996	6.390	3.806	6.068

Fonte: IMF, *International Monetary Fund: Finance Department*, 2011 (Adaptação)

Ademais, com essa transferência, Brasil e Índia passarão a formar parte dos dez maiores países membros do FMI, grupo que também inclui os EUA, Japão, França, Alemanha, Itália, Rússia, Reino Unido e RPC. Por sua vez, uma revisão integral da fórmula atual para o cálculo das cotas será concluída em janeiro de 2013 e a conclusão da 15ª Revisão Geral das Cotas do FMI será adiantada para 2014.<sup>207</sup>

Para que essas reformas entrem em vigor, duas condições precisam ser cumpridas:

- 1) A emenda proposta sobre a reforma do Comitê Executivo tem de ser aprovada por três quintos dos países membros que representem ao menos 85% do total de votos do FMI;
- 2) Os países membros que em cinco de novembro de 2010 tinham um mínimo de 70% do total de cotas devem aceitar o aumento das cotas proposto.

Em dezembro de 2011 e março de 2012, o Comitê Executivo examinou os avanços, até então conseguidos, na implementação do plano de reformas das cotas acordado em 2010. Em ambas avaliações ainda não haviam sido alcançados os mínimos legais necessários para que as reformas entrassem em vigor.<sup>208</sup> Até o final do ano exercício de 2012 estava em:

<sup>206</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

<sup>207</sup> *Ibid.*

<sup>208</sup> *Ibid.*

- 1) Cem países membros, que tinham 57,93% das cotas em 5 de novembro de 2010, haviam aceitado o aumento das cotas proposto conforme a reforma;
- 2) Setenta e cinco países membros, que tinham 46,85% do número total de votos, haviam aceitado a emenda proposta de reforma do Comitê Executivo.

Segundo as próprias palavras ditas por Dominique Strauss-Kahn em 2010, Diretor-Gerente da instituição na época, “trata-se da mais profunda reformulação da governança do FMI em seus sessenta e cinco anos de história e a maior mudança de influência em favor dos países de mercados emergentes e em desenvolvimento.”<sup>209</sup>

Logo, mesmo indicando um membro do Comitê Executivo sozinha desde 1988 graças ao tamanho de sua cota, a RPC ainda buscava incrementar seu poder de decisão no FMI via reforma das cotas. As crises econômicas revelaram-se, assim, ser oportunidades para os países emergentes aumentarem suas cotas de participação no FMI.

A crise asiática de 1997 foi o estopim para a 11ª Revisão Geral das Cotas do FMI e a crise financeira internacional de 2008 também serviu como motivo para que se revisassem as participações na 13ª Revisão Geral das Cotas. Entretanto, devido ao caráter prolongado e planetário da crise iniciada em 2008, já no ano de 2010 foi convocada a 14ª Revisão Geral das Cotas do FMI. Essa revisão foi adiantada devido à difícil solução da crise pelas economias desenvolvidas sem a colaboração dos países emergentes. Pode-se afirmar, com mais clareza, ao final dessa subseção, que as crises econômicas e financeiras internacionais precipitaram reformas nas instituições, ou seja, modificações que refletiram a nova realidade econômica entre os países do sistema no pós-crise.

### **4.3 – Conclusões Parciais**

Na criação do FMI, em 1945, a RPC se encontrava alijada do sistema internacional. Sua PE revolucionária via o cenário externo com desconfiança e não vislumbrava oportunidades de atuação e ganho de poder. A RC assumiu o assento chinês no FMI com o apoio dos países desenvolvidos ocidentais. Essa situação só foi modificada quando os EUA diminuíram seu *lobby* pela permanência da ilha na instituição e permitiram o ingresso do país comunista.

---

<sup>209</sup> International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

As reformas econômicas de 1978 contribuíram para o processo de integração da RPC junto ao FMI. A abertura e a integração para com o mundo eram um modo de buscar a superação dos seus desafios econômicos internos, como defende a teoria de regimes do capítulo 1. As reformas de 1978 também atribuíram capacidades materiais à RPC de financiar sua atuação sistêmica, à exemplo do aumento de sua contribuição com o FMI. Os incrementos seguidos e relevantes da cota e voto chineses transformaram o país em um dos dez maiores colaboradores da instituição, recebendo o direito de indicar sozinho um membro do Comitê Executivo desde 1988.

Na década de 1990, o FMI foi o garantidor dos processos de transição econômica dos antigos países socialistas para o capitalismo. Seus recursos foram o alicerce para as reformas macroeconômicas nesses países no início daquela década. Entretanto, a crise asiática de 1997 trouxe enormes desafios para o órgão. Como primeira crise da era da globalização, seus efeitos eram desconhecidos. A velocidade e a intensidade do contágio da crise no sistema internacional foram avassaladoras e o FMI buscou se inovar para superar o desafio. Se antes apenas reequilibrava os balanços de pagamentos em dificuldades, o FMI passou a prestar outros tipos de socorro aos países diretamente envolvidos na crise econômica. A crise asiática foi a primeira grande oportunidade para a realização de reformas na governança do FMI em favor dos países emergentes. A função de resgatar os países em crise demandou enormes recursos financeiros e a ajuda dos países emergentes era importante para o financiamento das ações do FMI. A 11ª reforma de cotas de 1998 transferiu participações dos países desenvolvidos para os emergentes e a RPC foi um dos países mais beneficiados.

Já na década de 2000, essa nova função do FMI foi apenas reiterada. A crise do *subprime* nos EUA em 2008 gerou a crise da dívida pública dos países europeus e, conseqüentemente, o FMI proveu recursos para sanear as finanças públicas desses países. Diante da dimensão da crise, os recursos do FMI não eram suficientes para suprir a demanda dos países membros. O auxílio das nações emergentes foi de extrema importância para capitalizar a instituição e dar prosseguimento aos processos de resgate, visto que as nações desenvolvidas estavam no epicentro do colapso financeiro. A crise do *subprime* foi a segunda oportunidade sistêmica para uma nova reforma da governança do FMI, permitindo a realização da 13ª reforma das cotas que transferiu vultuosas quantias de participação para os emergentes.

O advento da crise da dívida pública da Europa, como um prolongamento do colapso financeiro norte-americano, precipitou a 14ª reforma das cotas no FMI em 2010. Os inúmeros pacotes de resgate para os países europeus expuseram a necessidade de aumentar

substancialmente os recursos disponíveis na instituição. A ajuda dos países emergentes nesse processo foi vital e, conseqüentemente, lhes foram transferidas vultuosas quantias em cotas de participação no FMI. Mais de 6% de contribuições foram repassadas dos países desenvolvidos para os emergentes. Assim, a magnitude da crise da Europa criou, novamente, uma grande oportunidade para os países emergentes ganharem poder no FMI. Nesse contexto, a RPC foi o principal país beneficiado.

Para que esse poder no FMI pudesse ser alcançado, o aumento dos recursos materiais internos da RPC foram nevrálgicos, como explicitado no capítulo 2. A teoria de regimes, presente no capítulo 1, defende que as reformas internas dos Estados e sua busca constante por se integrar ao sistema internacional são sintomas da busca pela superação dos problemas internos. A participação das OI contribuiria para o processo de modernização das nações em desenvolvimento.

Assim, uma economia grande e forte seria capaz de financiar uma participação relevante no FMI, já que o tamanho da cota de um país e seu poder de voto são proporcionais ao tamanho relativo de sua economia no sistema internacional. E, uma economia internacional fraca e necessitando do auxílio dos países emergentes, sobretudo da RPC, criou uma arena propícia para a barganha dos mesmos por maior participação, colaboração e poder de decisão junto ao FMI em detrimento dos países desenvolvidos.

## Conclusão

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi fundado em 1945. No início de seus trabalhos, o assento chinês era ocupado pela República da China (RC). A RC era vista como a legítima representante do povo chinês, ao passo que a República Popular da China (RPC) estava marginalizada e isolada do sistema internacional.

Essa exclusão do sistema ocorreu não só porque os países ocidentais não a reconheciam como legítima, mas também porque os próprios dirigentes do país acreditavam que o sistema era pouco receptivo a países como a RPC e não demonstravam interesse em participar dos fóruns internacionais. O ambiente externo era visto como inóspito e a RPC tinha o objetivo de modificá-lo pelo caminho revolucionário.

As desconfianças que os dirigentes da RPC tinham em relação ao sistema internacional os impediam de querer participar dos fóruns internacionais. Essa atitude isolacionista só se modificou quando a mentalidade das autoridades chinesas se alterou. Quando o Partido Comunista Chinês vislumbrou o sistema internacional como um campo cheio de oportunidades para o desenvolvimento econômico do país, ele quis participar das instituições e estabelecer relações diplomáticas com os outros Estados. A política externa (PE) chinesa, antes tida como revolucionária e idealista, modificou-se, tornando-se pragmática, como demonstrou a frase do líder Deng Xiaoping: “não importa a cor do gato, desde que ele casse bem os ratos”.

A partir do momento em que a RPC iniciou sua participação no sistema internacional, seu corpo diplomático foi treinado para assumir as novas funções que lhes seriam impingidas. O objetivo dessa preparação era deixar seus diplomatas qualificados e a RPC assumir o seu papel nas instituições internacionais em igualdade com os outros membros.

Vale ressaltar que a decisão de participar do sistema ainda precisava ser referendada pelos membros já participantes. Essa aceitação da RPC só foi possível graças à mudança na PE dos Estados Unidos da América (EUA), que restabeleceu relações diplomáticas com o país asiático. Quando os EUA deixaram de reconhecer a RC, em detrimento da RPC, como a legítima representante dos chineses nos fóruns internacionais o caminho estava sedimentado para a entrada definitiva da RPC nas diversas instituições internacionais. Os EUA tinham interesse em manter a RPC ao seu lado como um contrapeso as políticas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Ásia.

A aceitação e entrada da RPC nas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o FMI e o Banco Mundial, por exemplo, resultaram na expulsão da RC. Esse foi um pré-requisito imposto pela RPC. Após sua entrada no FMI, a RPC decidiu incrementar sua participação na instituição por meio de pressões pelo aumento de sua cota de contribuição. Seu objetivo principal era ter maior poder de voto que seus vizinhos do sudeste asiático.

Assim, para se compreender o processo de adesão e a participação da RPC na OEI, foi formulada a pergunta: Como evoluiu a participação da RPC no FMI nos últimos sessenta e seis anos (1945-2011)? A hipótese elaborada que procurou responder a questão é que a participação crescente chinesa se realizou graças aos seus recursos materiais internos, à sua pró-atividade na reforma da OEI e do FMI, e também à demanda sistêmica por maior colaboração das nações emergentes.

O aumento dos recursos materiais chineses, graças ao seu rápido crescimento econômico, fez o país ser extremamente poderoso em termos materiais. A RPC tornou-se protagonista graças ao tamanho de sua cota de participação e consequente poder de voto no FMI. A RPC indica sozinha, desde 1988, um membro do Comitê Executivo e recebeu esse espaço, prestígio e poder de decisão pelo tamanho de sua economia em relação às demais. Somente os maiores cotistas possuem a prerrogativa de indicar unilateralmente seu representante no Comitê Executivo, ou seja, o órgão mais importante da instituição e que elege o Diretor-Gerente. Esse direito igualou-a aos maiores cotistas do FMI, como: EUA, França, Alemanha, Reino Unido, Japão, Rússia e Arábia Saudita. Os demais membros precisam ser eleitos de acordo com suas localizações geográficas para participar do órgão máximo do FMI. O aumento acelerado de sua participação no FMI representou uma correção da defasagem da representatividade na instituição quando comparada ao tamanho de sua economia e de sua fatia no comércio internacional.

Já quanto ao poder por comportamento, a RPC ainda é coadjuvante, mas aumenta paulatinamente sua influência sobre os demais atores, com o passar do tempo. A RPC ainda precisará ser melhor vista pelos demais participantes do sistema e como legitimamente importante.

O incremento da participação da RPC no FMI só foi possível graças ao aumento de seus recursos materiais, ou seja, do seu poder econômico. As reformas de Deng Xiaoping de 1978, tratadas no capítulo 2, foram o marco para o enriquecimento da RPC e, conseqüentemente, da sua maior colaboração financeira para com o FMI. As reformas de 1978 foram importantes para o processo de enriquecimento da RPC e suas aspirações no

sistema internacional porque a transformaram em segunda maior economia mundial na década de 2000.

A importância da presença dos dois modelos econômicos implementados na RPC, o comunista e o reformista, está relacionada à comparação por meio dos resultados gerados. A política econômica de Mao Tsé-Tung gerou crescimento econômico. Contudo, quando comparada às taxas do período reformista, estavam muito aquém das necessidades reais do país. Enquanto o período de 1949 até 1978 gerou taxas de crescimento em torno de 5% ao ano, o pós-1978 foi de expansão média em torno de 10%, ou seja, o dobro. A mudança de paradigmas econômicos na RPC e o incremento de sua taxa de crescimento econômico foram fatores fundamentais para o enriquecimento do Estado chinês.

A decisão de ser atuante no sistema internacional foi uma decisão governamental chinesa, mas que só pôde ser tomada porque o país possuía recursos materiais que financiassem essa atuação. As reformas de 1978 lhe atribuíram condições econômicas e financeiras para ser pró-ativo, atuante, colaborador e participante da Ordem Econômica Internacional (OEI). A RPC arcaria com os custos de ser um país protagonista no sistema internacional.

Segundo a teoria de regimes no capítulo 1, a variável interna dos Estados explica uma parte do seu comportamento no sistema internacional, ou seja, a busca pela solução dos problemas internos por meio da cooperação e da adesão do país às instituições da OEI. Como já foi dito, a RPC só aumentou sua colaboração e participação no sistema internacional porque possuía recursos materiais (poder econômico/recursos) suficientes que financiassem essa empreitada.

A parte da hipótese relacionada ao engajamento pela reforma da OEI revelou-se verdadeira porque a RPC mostrou-se pró-ativa em relação aos assuntos internacionais. Especificamente em relação a OEI, a RPC só defendeu modificações de suas regras e processo decisório porque suas capacidades materiais internas assim a possibilitaram. A RPC possui recursos suficientes para financiar suas ambições no sistema internacional. A reforma da OEI, se realizada de acordo com as propostas da RPC, dará aos países emergentes muitos privilégios macroeconômicos como mostrado no capítulo 3.

O problema é que essas modificações na OEI não podem ser realizadas sem a anuência dos EUA e o governo norte-americano não pretende desistir das atribuições de sua moeda no sistema internacional com facilidade. A criação de uma moeda internacional, sem estar atrelada a nenhum Estado, ou a elaboração de uma cesta com as divisas mais importantes do planeta, como defende a RPC, expandiria as características do dólar para as

demais moedas, retirando o caráter exclusivo e o privilégio da moeda norte-americana de ser a referência sistêmica.

Já quando se analisou a maior demanda sistêmica por engajamento das nações emergentes nas soluções das questões globais, verificou-se a perda de poder de decisão efetiva dos países desenvolvidos. Mesmo que queiram, os países desenvolvidos sozinhos, ou no âmbito do Grupo dos Oito (G8), não são mais capazes de solucionar os problemas mundiais. O sistema necessita das nações emergentes trabalhando em conjunto com os países desenvolvidos, para resolver os problemas econômicos globais.

O crescimento econômico acelerado dos países emergentes, sobretudo da RPC, fez com que a participação proporcional dos países desenvolvidos no Produto Interno Bruto (PIB) mundial recuasse, diminuindo sua margem de ação frente às questões econômicas internacionais. Em 1990, os países emergentes detinham cerca de 20% do PIB mundial, enquanto os países desenvolvidos ficavam com 80%. Em 2010, os países emergentes aumentaram sua participação no PIB mundial para 35% e as nações desenvolvidas recuaram para 65%. Em 20 anos os países emergentes incrementaram sua contribuição para o PIB mundial em 15%.<sup>210</sup> Observou-se, assim, a “socialização” dos países emergentes no sistema internacional, ou seja, estes foram chamados a participar mais pró-ativamente e contribuir financeiramente nos fóruns globais.<sup>211</sup>

Ainda de acordo com a teoria de regimes, o cenário externo é a outra variável que contribui para elaboração e transformação da PE de um determinado Estado. As capacidades materiais de um Estado somadas às oportunidades vislumbradas no cenário internacional pautam sua atuação sistêmica. Assim, não só as capacidades econômicas internas da RPC a possibilitaram ser mais atuante, mas também as oportunidades configuradas no sistema como as crises econômicas de 1997, 2008 e 2011. O sistema demandou a atuação e a cooperação das nações emergentes na solução das suas questões. Essas crises foram oportunidades para que os países emergentes utilizassem seus recursos econômicos na defesa da reforma da OEI e, sobretudo, do FMI. Somente as nações emergentes relevantes foram demandas a participar das soluções das crises econômicas internacionais porque possuíam recursos econômicos para tal.

---

<sup>210</sup> Banco Central Europeu. **Economias Emergentes: A Importância cada vez maior das Economias Emergentes.** Disponível em: <http://www.ecb.int/ecb/tasks/international/emerging/html/index.pt.html> Acesso em: 03 fev. 2013.

<sup>211</sup> Post-Western World. **Who Will Make the Rules in Tomorrow's World?** Disponível em: [http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm\\_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm\\_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm\\_medium=email](http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm_medium=email) Acesso em: 30 nov. 2012.

Entretanto, para participarem com recursos para a solução das crises globais, os países emergentes em geral, e a RPC, em particular, querem contribuir para a formulação das regras da OEI na qual estão inseridos. Eles não querem mais ser apenas meros espectadores de decisões de terceiros, mas tomadores de decisão, como se mostrou no capítulo 3. Para cooptar os países emergentes nas discussões econômicas globais, os países desenvolvidos vêm aumentando o poder decisório dos emergentes no FMI por meio de reformas periódicas. Estas procuram diminuir a defasagem na instituição entre os emergentes e os desenvolvidos proporcionalmente às suas respectivas participações no PIB mundial.

Os três eventos escolhidos para análise nesse processo investigativo foram considerados marcos para este trabalho. A crise asiática de 1997 foi um marco por ser o estopim para a 11ª Revisão Geral de Cotas do FMI, ao contrário da 12ª Revisão Geral de 2002 que não foi considerada por esse trabalho porque não resultou de uma crise econômica. A crise financeira de 2008 também foi significativa porque culminou na 13ª Revisão Geral de Cotas do FMI. Já a 14ª Revisão Geral de Cotas do FMI de 2010 foi importante não só por ter realizado a maior transferência de cotas da história dos países desenvolvidos para os emergentes, mas por ter sido acordada na esteira do prolongamento da crise financeira de 2008, ou seja, a crise da dívida pública dos países europeus.

A participação da RPC em cada um desses episódios foi sintomática para se verificar o efetivo ganho de poder de decisão do país no FMI, como expresso no capítulo 4. Vale ressaltar que a busca por uma futura reforma da OEI e ganho de poder no FMI só são factíveis graças ao seu poder econômico/recursos alcançado após as reformas de 1978, mostradas no capítulo 2. Já quando se relacionam às Revisões Gerais de Cotas e os episódios selecionados, conclui-se que as crises internacionais foram catalisadoras e estopins para processos reformadores nas instituições internacionais.

A 11ª Revisão foi finalizada 1998, um ano após o início da crise de 1997. A 13ª Revisão foi finalizada em 2009, um ano após o estouro da bolha imobiliária nos EUA e o início da crise financeira de 2008. Já a 14ª Revisão foi convocada em 2010 devido ao prolongamento da crise de 2008 e à incapacidade dos países desenvolvidos de solucionar a questão sem o auxílio dos recursos das nações emergentes. Para que os países emergentes pudessem aumentar suas contribuições foram transferidas 6% das cotas de participação dos países desenvolvidos para os emergentes mais dinâmicos, como Brasil e China, por exemplo.

A RPC, em sua expansão na OEI, sobretudo no FMI, ainda busca a alteração de regras e processos decisórios previamente estabelecidos, a exemplo da inclusão do yuan no seletivo grupo de moedas conversíveis no sistema internacional. A reforma dos sistemas financeiro e monetário internacional implicaria numa mudança de atuação do FMI, já que a aceitação de outras moedas conversíveis faria com que o FMI modificasse seus procedimentos e integrasse novas moedas em suas transações e empréstimos. O *status* de moeda conversível traria grande prestígio e poder político para Pequim, além de uma flexibilidade econômica, comercial e fiscal. Esses dados, que foram explicitados com mais detalhes nos capítulos 2 e 3, confirmam o plano da RPC de não alterar, até o presente momento, os princípios e as normas da OEI, o que poderia gerar um novo regime.

Até o presente, Pequim teve como objetivo alterar as regras e os processos decisórios da OEI e manter a essência do sistema internacional. Essa estratégia de PE tem uma orientação mais pró *status quo* do que realmente reformista porque não busca mudar princípios ou normas sistêmicas, mas sim levar a RPC a participar mais ativamente de sua elaboração.<sup>212</sup>

A reforma das regras poderá se dar ainda, segundo os desejos da RPC, pela inclusão de outras divisas no rol das moedas conversíveis no âmbito internacional, o que atribuiria grande flexibilidade econômica ao governo de Pequim com a inclusão do yuan. Já a reformulação do processo decisório está diretamente relacionado à substituição definitiva do G8 pelo G20 como fórum legítimo de debate na busca pelas soluções dos problemas econômicos mundiais. O G8 não seria democrático e representativo o suficiente para negociar soluções de escala global. O G20 seria o fórum perfeito porque engloba não só as economias desenvolvidas mais relevantes, mas também as emergentes mais dinâmicas e importantes.

Outro fator que reforça o argumento de que os emergentes, sobretudo a RPC, não buscam modificar os princípios e as normas do sistema internacional é que o arranjo vigente lhes atribui muitos benefícios e poucos custos. A integração da RPC no sistema internacional, a partir das reformas de 1978, fortaleceu e acelerou sua expansão econômica, ao passo que o país possui poucos ônus na OEI. A manutenção da ordem vigente é onerosa para os países hegemônicos; por sua vez, fundar um arcabouço totalmente novo e ainda conseguir seguidores para esse novo projeto seria algo muito mais complexo e custoso para

---

<sup>212</sup> Post-Western World. **Who Will Make the Rules in Tomorrow's World?** Disponível em: [http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm\\_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm\\_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm\\_medium=email](http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm_medium=email) Acesso em: 30 nov. 2012.

um país emergente como a RPC.<sup>213</sup> Segundo o governo chinês, a reforma da OEI vigente, com a inclusão dos países emergentes mais relevantes, é o caminho para a democratização das relações econômicas internacionais.

Constatou-se, assim, que a atuação de Pequim pela reforma da OEI pode ser explicada pela teoria de regimes de Stephen Krasner, explicada no capítulo 1. A modificação dos princípios e normas alterariam o regime em si, ao passo que a mudança das regras e dos processos decisórios transformaria apenas seu *modus operandi*, ou seja, o seu funcionamento. O governo chinês objetiva reformar a ordem e não substituí-la por uma nova, até o presente momento.

Desde os anos 1970, quando a RPC iniciou seu processo de adesão à OEI, o país buscou aumentar seu poder de decisão tanto no FMI, como na OEI de modo generalizado. Os movimentos da PE chinesa, nesses sessenta e seis anos de existência do Fundo, alcançaram reformas constantes e favoráveis para o país. A RPC conseguiu a alteração das regras de funcionamento – mudanças nas cotas de participação dos países membros – e do processo decisório da instituição – a RPC passou a indicar sozinha um membro para o Comitê Executivo. Entretanto, esse êxito reformista no FMI não tem se configurado na OEI. Apesar das propostas concretas de reforma da ordem, muito pouco foi efetivado. As regras de funcionamento da OEI permaneceram as mesmas e o processo decisório, mesmo após tímidas mudanças, ainda carece de maior institucionalização, como visto no capítulo 3. Não obstante as dificuldades de se reformar a OEI, como verificado, os países emergentes continuaram defendendo nos fóruns internacionais um poder de decisão para si na formulação das regras e dos processos decisórios no sistema internacional.

O resultado desse processo foi que a RPC estabeleceu um novo modelo de interação entre o Estado e o FMI. Mesmo com as desconfianças iniciais do processo de adesão, o relacionamento provou ser benéfico mutuamente (KENT, 2007). Isso ocorreu porque, diferentemente dos demais países em desenvolvimento, no início, a RPC já era forte o suficiente para impor limites na relação com o FMI. A mútua interação, com o tempo, assumiu um caráter extremamente profissional, em detrimento de uma relação de clientela para com o órgão (KENT, 2007).

A adesão da RPC não só ao FMI, mas também ao Banco Mundial, beneficiou o país de diferentes formas. Além do treinamento técnico, da construção de infraestrutura, da

---

<sup>213</sup> Post-Western World. **Who Will Make the Rules in Tomorrow's World?** Disponível em: [http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm\\_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm\\_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm\\_medium=email](http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm_medium=email) Acesso em: 30 nov. 2012.

redução da pobreza e da transferência de tecnologia, o FMI e o Banco Mundial contribuíram para a política de desenvolvimento do país por meio da injeção de recursos e empréstimos para a sua estabilização macroeconômica, como mostrado no capítulo 4 (KENT, 2007). A relação de Pequim com as instituições, além de lhe atribuir legitimidade internacional, por meio da interação com os demais Estados membros, integrou a RPC definitivamente na OEI (KENT, 2007).

Assim, a integração de Pequim na OEI tende a se fortalecer e aprofundar. As razões que fundamentam essa afirmação são a relação quase simbiótica entre o país asiático e as instituições econômicas internacionais graças ao crescimento acelerado de sua economia. A relação entre Pequim e essas instituições é estreita não só pela presença de escritórios em solo chinês, mas também pela cooperação técnica intensa que norteia as reformas econômicas no país, como já visto.

Assim, a expansão econômica acelerada contribui para o aprofundamento dessa relação interinstitucional no tocante à participação da RPC nos assuntos concernentes à OEI. Por sua vez, o sistema internacional fará, para essas nações que enriquecem com extrema rapidez, maiores demandas de participação e contribuição financeira. Quanto maior for o enriquecimento da nação, maior será a vontade de participar dos rumos e das decisões econômicas internacionais, assim como as chances dessa vontade se materializar.

**Bibliografia:**

AIGUO, Lu (1999). **China and The Global Economy since 1840**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

ARON, Raymond (2002). **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.

BAER, Mônica (1995). “Sistema Financeiro Internacional: Oportunidades e Restrições ao Financiamento do Desenvolvimento”. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, Julho.

BELLUZZO, Luís G. M. (1997). “Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza”. In: M. C. Tavares e J. L. Fiori (orgs.), **Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 151-193.

BELLUZZO, Luís G. M. (1995). “O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados Globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, nº. 4, p. 11-20.

BRAGA, José C. S. (1997). “Financeirização Global: o Padrão Sistêmico de Riqueza do Capitalismo Contemporâneo”. In: M. C. Tavares e J. L. Fiori (orgs.), **Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 196-242.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2009). “A Crise Financeira de 2008”. *Revista de Economia Política*. **Revista de Economia Política**. nº 1, v. 29, p. 133-149.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2010). “A Crise Financeira Global e Depois: Um Novo Capitalismo?”. **Novos Estudos**, São Paulo, nº 86, p. 51-72.

BULL, Hedley (2002). **A Sociedade Anárquica**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.

CARNEIRO, Ricardo M. (1999). “Globalização Financeira e Inserção Periférica”. **Economia e Sociedade**, Campinas, nº. 13, p. 58-92.

CARVALHO, Ernani (2010). “Krasner e os Regimes Internacionais” in MEDEIROS, Marcelo; LIMA, Marcos C.; VILLA, Rafael; REIS, Rossana R. (Orgs.). **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: HUCITEC.

CASTRO, Marcos F (2005). **Política e Relações Internacionais: Fundamentos Clássicos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CHESNAIS, François (1997). **La Mondialisation du Capital**. Nouvelle Édition Augmentée, Paris: Syros.

CHIN, Gregory; THAKUR, Rajesh (2010). “Will China Change the Rules of Global Order?” **The Washington Quarterly**. Washington D.C., nº 4, v. 33, p. 119-138.

EICHENGREEN, Barry (1996). **Globalizing Capital: a History of the International Monetary System**. Princeton: Princeton University Press.

GODOY, Arilda S (1995b). Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. nº 13, v. 35, maio/junho.

HAGAN, Joe (1994). “Domestic Political Regime Change and Foreign Policy Restructuring: A Framework for Political Analysis”. In ROSATI, Jerel; HAGAN, Joe; SAMPSON, Martin (org.). **Foreign Policy Restructuring: How Governments Respond to Change**. Ed. Columbia: University of South Carolina Press, cap. 7, p. 138-163.

HELLEINER, Eric (1994). **States and the Reemergency of Global Finance, from Bretton Woods to the 1990’s**. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

HONGYING, Wang; ROSENAU, James N. (2009). “China and Global Governance”. **Asian Perspective**. nº 3, v. 33, p. 5-39.

JACOBSON, Harold K.; OKSENBURG, Michel (1990). **China's Participation in the IMF, the World Bank and GATT: Toward a Global Economic Order**. The University of Michigan Press.

JERVIS, Robert (1983). "Security Regimes". In: S. Krasner (org.). **International Regimes**. Los Angeles: Cornell University Press.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph (1989). **Power and Interdependence**. Second Edition, Harper Collins Publishers.

KENT, Ann (2007). **Beyond Compliance: China, International Organizations and Global Security**. Stanford: Stanford University Press.

KEYNES, John M. (1980). **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. XXV, activities 1940-44: Shaping the Post-War World, The Clearing Union, D. Moggridge (ed.). Londres: Macmillan.

KIM, Samuel S. (2009). "China and Globalization: Confronting Myriad Challenges and Opportunities". **Asian Perspective**. n° 3, v. 33, p. 41-80.

KINDLEBERGER, Charles P. (1986). **The World in Depression, 1929-1939**. Los Angeles: University of California Press.

KISSINGER, Henry (2011). **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva.

KRASNER, Stephen (1983). "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables". In: S. Krasner (org.). **International Regimes**. Los Angeles: Cornell University Press.

LARDY, Nicholas R. (2002). **Integrating China into the Global Economy**. Washington D.C: The Brookings Institution.

MEDEIROS, Carlos (2000). “China: entre os Séculos XX e XXI”. In: FIORI, José L (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 379-411.

MINGQI, Xu (2009). **How to Reform the International Financial System? A Chinese Perspective**. FES Briefing Paper 11, Set. 2009.

NYE JR., Joseph S. (2011). **The Future of Power**. New York: Public Affairs.

OLSON, Stephen; PRESTOWITZ, Clyde (2011). **The Evolving Role of China in International Institutions**. Washington DC: The Economic Strategy Institute.

ORLÉAN, André (1999). **Le Pouvoir de la Finance**. Paris: Editions Odile Jacob.

PECEQUILO, Cristina S. (2004). **Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões**. Petrópolis: Vozes.

PRATES, Daniela M. (2005). “A Assimetrias do Sistema Monetário e Financeiro Internacional”. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n.º. 2, Ago. 2005, p. 263-288.

ROSE, Gideon (1998). “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy”. **World Politics**. n.º 1, v. 51, p. 144-172.

RUGGIE, John G. (1983). “International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order”. In: S. Krasner (org.). **International Regimes**. Los Angeles: Cornell University Press.

SATO, Eiiti (2012). **Economia e Política das Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço.

SHAMBAUGH, David; ROBINSON, Thomas W. (ed.). (2006) **Chinese Foreign Policy: Theory and Practice**. Oxford: Clarendon Paperbacks.

STRANGE, Susan (1986). **Casino Capitalism**. Oxford: Basil Blackwell.

STUDART, Rogério (2003). “A Integração de Parceiros Desiguais: os Efeitos Desestabilizadores da Liberalização Financeira e a Internacionalização das Economias Latino-Americanas”. In: J. C. Ferraz, M. Crocco e L. A. Elias, **Liberalização Econômica e Desenvolvimento: Modelos, Políticas e Restrições**. São Paulo: Futuro.

TREVISAN, Cláudia (2006). “Os Estrangeiros e a Reforma do Sistema Financeiro Chinês”. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, São Paulo, n.º. 9, Dez. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel (2010). “Northeast Asia in the Multipolar World-System”. **Asian Perspective**. n.º 4, v. 34, p. 191-205.

ZHOU, Jinghao (2008). “Does China’s Rise Threaten the United States?”. **Asian Perspective**. n.º 3, v. 32, p. 171-182.

AARSÆTHER, Aslaug. **Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola**. Master Thesis, Department of Comparative Politics - University of Bergen, June 2011. Disponível em: <https://bora.uib.no/bitstream/1956/4930/1/84870016.pdf> Acesso em: 10 out. 2011.

ApexBrasil. **A Internacionalização da Economia Chinesa – A Dimensão do Investimento Direto**. Disponível em: [http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim\\_cojuntura\\_ano=all](http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=785&tmp.boletim_cojuntura_ano=all) Acesso em: 22 nov. 2012.

Banco Central Europeu. **Economias Emergentes: A Importância cada vez maior das Economias Emergentes**. Disponível em: <http://www.ecb.int/ecb/tasks/international/emerging/html/index.pt.html> Acesso em: 03 fev. 2013.

Bolsa de Valores de Shanghai. Disponível em: [http://www.sse.com.cn/sseportal/en\\_us/ps/home.shtml](http://www.sse.com.cn/sseportal/en_us/ps/home.shtml) Acesso em: 24 jul. 2012.

China Daily. **China Plays Unique Role at G20 Summit**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/HuvisitsDenmark/2012-06/21/content\\_15515896.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/HuvisitsDenmark/2012-06/21/content_15515896.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

China Daily. **China: G20 Boosts Confidence**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/04/content\\_7649019.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2009-04/04/content_7649019.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

China Daily. **President Hu Attends G20 Toronto Summit**. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/china/2010g20canada/2010-06/27/content\\_10025663.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2010g20canada/2010-06/27/content_10025663.htm) Acesso em: 13 jan. 2013.

CIA World Factbook. **China**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> Acesso em: 04 out. 2011.

DALFOVO, Michael S.; LANA, Rogério A.; SILVEIRA, Amélia. **Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico**. Disponível em: [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodos\\_quantitativos\\_e\\_qualitativos\\_um\\_resgate\\_teorico.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf) Acesso em: 02 jan. 2013.

Defesa de Direitos e a Dívida: Um Guia Prático. **A Crise da Dívida**. Disponível em: <http://tilz.tearfund.org/webdocs/Tilz/Topics/Other%20advocacy%20training%20materials/AdvdebtP%20-%202-3.pdf> Acesso em: 08 nov. 2012.

East Asia Forum. **China's New Strategy Policy and the G20**. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2009/03/29/g20-chinas-new-policy-strategy/> Acesso em 13 jan. 2013.

Faculdade Assis Gurgacz. **Bolsa de Valores**. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/professores/eduardo/Outros/Bolsa%20de%20Valores%20-%20Apostila.pdf> Acesso em: 24 jul. 2012.

FILHO, Petrônio P. **O Ajustamento da América Latina: Crítica ao Modelo de Washington.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000100007&script=sci_arttext) Acesso em: 03 fev. 2013.

Folha de São Paulo. **Países Emergentes Ganham Influência e FMI Duplica Cotas.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/819201-paises-emergentes-ganham-influencia-e-fmi-duplica-cotas.shtml> Acesso em: 16 dez. 2011.

Foreign Policy. **Clash of the Titans.** Disponível em: <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034.pdf> Acesso em: 12 nov. 2012.

Fundo Monetário Internacional. **China.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberKey1=180&date1key=2011-10-23> Acesso em: 22 out. 2011.

Fundo Monetário Internacional. **Departamento de Relações Externas.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/NP/sec/pr/2011/pr1164p.pdf> Acesso em: 08 fev. 2012.

Fundo Monetário Internacional. **IMF Quota and Governance Reform – Elements of an Agreement.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2010/103110.pdf> Acesso em: 08 fev. 2012.

Fundo Monetário Internacional. **Principal Global Indicators.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/data.htm> Acesso em: 08 fev. 2012.

Grupo dos 20. **G20 México 2012.** Disponível em: <http://www.g20.org/> Acesso em: 03 ago. 2012.

Harvard University. **GNT – Global Trade Negotiations Home Page.** Disponível em: <http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html> Acesso em: 16 dez. 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As Relações Bilaterais Brasil-China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil**. Disponível em: [http://www.cecac.org.br/Docs/Comunicado\\_do\\_Ipea\\_85-08\\_abril\\_2011.pdf](http://www.cecac.org.br/Docs/Comunicado_do_Ipea_85-08_abril_2011.pdf) Acesso em 22 nov. 2012.

International Monetary Fund. **Articles of Agreement of the International Monetary Fund**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/index.htm> Acesso em: 09 out. 2012.

International Monetary Fund. **Cooperation and Reconstruction (1944-1971)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcoop.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

International Monetary Fund. **Debt and Painful Reforms (1982-1989)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histdebt.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

International Monetary Fund. **Globalization and the Crisis (2005-present)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histglob.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

International Monetary Fund. **Informe Anual 1998 del FMI**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/98/s/pdf/file03s.pdf> Acesso em: 09 nov. 2012.

International Monetary Fund. **Informe Anual 2010 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2010/pdf/ar10\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2010/pdf/ar10_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

International Monetary Fund. **Informe Anual 2012 del FMI**. Disponível em: [http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12\\_esl.pdf](http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/ar/2012/pdf/ar12_esl.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

International Monetary Fund. **Societal Change for Eastern Europe and Asian Upheaval (1990-2004)**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histcomm.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

International Monetary Fund. **The End of the Bretton Woods System (1972-1981)**.

Disponível em: <http://www.imf.org/external/about/histend.htm> Acesso em: 16 out. 2012.

IPEA. **História – Bretton Woods**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 13 nov. 2012.

IPEA. **Os BRICS e o G20 Financeiro**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1090:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1090:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 08 ago. 2012.

MARTINS, Fernando. **11ª Revisão Geral das Cotas do FMI: Enquadramento e Implicações**. Disponível em: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB199810\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB199810_p.pdf) Acesso em: 15 nov. 2012.

NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos. **O Sistema Financeiro Chinês**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306) Acesso em: 23 jul. 2012.

OGLOBO. **PIB Chinês deve crescer entre 7,7% e 7,8% em 2012, diz pesquisador**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/pib-chines-deve-crescer-entre-77-78-em-2012-diz-pesquisador-6107231> Acesso em: 01 fev. 2013.

Post-Western World. **Who Will Make the Rules in Tomorrow's World?** Disponível em: [http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm\\_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm\\_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm\\_medium=email](http://www.postwesternworld.com/2012/11/24/who-will-makes-the-rules-in-tomorrows-world/?utm_source=Post-Western+World+Monthly+Newsletter&utm_campaign=181ceaa590-November+27%2C++2012&utm_medium=email) Acesso em: 30 nov. 2012.

RIBEIRO, Valéria L. **A China e a Economia Mundial: Uma Abordagem sobre a Ascensão Chinesa na Segunda Metade do Século XX**. Disponível em: [http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index\\_arquivos/RIBEIRO\\_VL.pdf](http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/RIBEIRO_VL.pdf) Acesso em 22 nov. 2012.

Shanghai Institutes for International Studies. **China's Perspective on Global Governance and G-20**. Disponível em: [http://www.siiis.org.cn/en/zhuanti\\_view\\_en.aspx?id=10051](http://www.siiis.org.cn/en/zhuanti_view_en.aspx?id=10051)  
Acesso em: 31 jul. 2012.

THOMAS, Stephen C. **China's Economic Development since 1860 to the Present: The Roles of Sovereignty and the Global Economy**. Disponível em: <http://forumonpublicpolicy.com/archive07/thomas.pdf> Acesso em: 22 nov. 2012.

TIME Business. **China's Antiquated Financial System: The Creaking Grows Louder**. Disponível em: <http://business.time.com/2012/06/05/chinas-antiquated-financial-system-the-creaking-grows-louder/2/> Acesso em: 23 jul. 2012.

VEJA. **Economia chinesa apresenta crescimento de 9,2% em 2011**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/china-anuncia-que-pib-cresceu-9-2-em-2011--2>  
Acesso em: 12 nov. 2012.